

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Criança que faz criança: (des)construindo infância e
sexualidade
com meninos e meninas de rua.

Priscila Pinto Calaf

Brasília, Agosto de 2007.

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Criança que faz criança: (des)construindo infância e sexualidade
com meninos e meninas de rua.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Antropologia Social da
Universidade de Brasília, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Mestre
em Antropologia Social.

Priscila Pinto Calaf

Orientadora: Professora Doutora Lia Zanotta Machado.

Brasília, Agosto de 2007.

Priscila Pinto Calaf

Criança que faz criança: (des)construindo infância e sexualidade
com meninos e meninas de rua.

Banca Examinadora:

Professora Doutora Lia Zanotta Machado (Presidente) – DAN/UnB.

Professora Doutora Adriana de Resende B. Vianna – Museu Nacional/
UFRJ.

Professora Doutora Cristina Patriota de Moura – DAN/UnB.

Dissertação aprovada em 28 de agosto de 2007.

A Luis Evangelista de Souza, o Barriga(1993-2005),
minhas lágrimas escritas no papel.
Honrado enquanto viveu, honrado na hora de morrer.
Tua luta, muleque, fica pra sempre.

Agradecimentos

Galera, sempre do Gramado, isso é de vocês. O sol da bravura, a querida presença, mãos fortes, cabeças mais. Outros mundos possíveis, sempre. Que me leiam no papel, que por outros meios já nos lemos há muito. Vida boa, mundo cão.

Ao CNPq, pelo sustento durante tortuosos dois anos.

Penso nos agradecimentos desde que me entendo por gente. Uma lápide bonita e um cadáver bem conservado. Ainda não é a versão final, mas vou ensaiando.

Respeito, diversidade, estruturalismo, pós-modernidade. Prosa e verso, mito e rito. Minha família nuclear e extensa. O elogio da loucura. Quinteto fantástico, grupo de siblings. Nunca é demais, nunca é possível não esbarrar na pieguice. Irmãs, mãe, pai, mãe do pai, irmãs e irmãos da mãe, irmãos do pai, filhas e filhos dos irmãos do pai, filhas e filhos das irmãs da mãe, filhas e filhos dos irmãos da mãe, filhos e filhas das irmãs, filhos da filha da irmã da mãe. Antropologuês procês, que os conceitos cês já conhecem de longe.

Do antigo que compõe. Sincronia, sempre. Yukie e Livia, os primeiros nomes que apareceram pra ficar.

Entre o velho e o novo Mundo, espalho-me: Eslováquia, Colômbia, México.

E a Florbela, Espanca? Vinhos e prosas entre autores e prazos. Aos Katadores de idéias e perfumes.

Saudade eterna de um passado mítico: Vinícius, Alba, Barriga.

Às mestras, com carinho: Lia Zanotta Machado, orientadora (e ídola) acadêmica e política; e Anna Lúcia Santos da Cunha, companheira e guia nesses quase cinco anos de novas luzes e sombras sobre nossas antropologias. Sexualidade que aprendi a enxergar antropológicamente no Ritz, e que hoje se faz canção.

Idéias brilhantes que não se encontram em qualquer lugar. O olho que tudo vê, e para o qual escrevo. Carmela Zigoni.

Adriana Vianna e Cristina Patriota, por aceitarem participar da banca de avaliação e martírio, leitura atenta e excelentes sugestões. A vós, ofereci minha pele e a pena, e obtive, por contra-dádiva, misericórdia.

Rosa Cordeiro e Adriana Sacramento, o sarcasmo que desfaz as lágrimas. Essa dissertação, como todas as outras neste departamento velho de guerra, é obra de vocês, poetisas da burocracia criativa. Muito Obrigada.

Resumo

Palavras-chave: Meninos e Meninas de Rua; Infância; Sexualidade.

Pensar sobre infância e sexualidade é o mote propulsor desta dissertação. A partir de etnografia realizada com um grupo de meninos e meninas de rua de Brasília, a Galera do Gramado, questões acerca de valores (produtores e produzidos pelas ruas) como liberdade, esperteza e valentia. Neste sentido, o foco das considerações, minhas e da Galera, girou em torno de representações próprias e alheias acerca de infância e sexualidade como operadoras do acesso a tais valores. Reflexões acerca das representações das ciências sociais sobre crianças e adolescentes em situação de rua e das possibilidades de construção de uma antropologia da (s) infância (s) combinaram-se a considerações sobre diversos conceitos e categorias etárias. Deste modo, busco entender como, para o grupo com quem estudei, a disposição ativa perene para o sexo é fator fundamental na construção das identidades masculinas e femininas, constituindo-se o status de saber mais sobre o sexo condição e prova de ser não mais (apenas) criança, mas *muleque*. No bojo da sexualidade como meio de acesso ao status de quem sabe mais, de circulação por um mundo adulto, são apresentadas questões outras, engendradas pelo exercício de uma sexualidade ativa e valorizada positivamente. Entre virar *pai ou mãe de família* e exercer diversos métodos contraceptivos se dá o diálogo da Galera do Gramado com as políticas públicas de saúde voltadas para esta população.

Abstract

Key Words: Street Kids; Childhood; Sexuality.

The current dissertation aims to discuss childhood and sexuality. Values like freedom, keenness and bravery arouse during my fieldwork with a group of street kids in Brasília. Our considerations (mine and the street kids') focused representations about childhood and sexuality as those who could operate such values. Reflections over representations, on the Social Sciences scenario, about street kids and the possibilities of constructing an Anthropology of Childhood (s) took part, as well as considerations on various different age categories and concepts. In this sense, I try to understand how, for the group I studied with, the perennial sexual disposition is a fundamental factor in the construction of both male and female identities in a way that the knowing- about- sex status constitutes proof and condition of being no more a child, but a *muleque*. On the realm of sexuality as a means of acquiring a state of deeper knowledge and circulation through the adult world, other questions are presented, aroused by the exercise of a positively valued active sexuality. Becoming a mother or a father and having access to various contraceptive methods are the most important ways of contact (and dialogue) between the group of street kids I studied with and Public Health Politics.

Sumário

Introdução.....	11
------------------------	-----------

Capítulo 1: Antropologia (s) da(s) infância(s): olhares nativos, olhares peritos.....18

A produção das ciências sociais sobre crianças e adolescentes: um pequeno resgate.....	21
--	----

Por uma antropologia (e sociologia) da infância: movimentos na academia a partir da década de 70.....	25
---	----

Contribuições da etnologia indígena brasileira para uma antropologia da infância.....	31
---	----

Cultura como texto, criança como pessoa em construção.....	33
--	----

De muleques e bacuris: as reflexões analíticas, os conceitos e as categorias.....	41
---	----

Capítulo 2: Os muleques da Galera: meninos e meninas em situação de rua.....48

O Gramado passado e presente.....	62
-----------------------------------	----

As relações de pertença: as ruas, o Gramado, as casas.....	64
--	----

Os espaços da rua e a noção de liberdade.....	69
---	----

“Bodinho tem mais é que se lascar”.....	72
---	----

A morte de Barriga e a saída da rodoviária.....	73
---	----

Capítulo 3 : “*Todo mundo aqui trepa*”: Sexualidade na Galera.....85

Que Galera é essa?.....	91
E que perguntas são essas? A influência da Gravada.....	95
Sexualidade como modo de acesso ao status de Gente Grande.....	101
As práticas sexuais.....	108
Sexo oral, o thinner e a flauta.....	111
“Por trás, só às vezes”: o sexo anal.....	115
Parceiros e relações afetivo-sexuais.....	116

Capítulo 4: E se pegar neném? Con(tra)cepção entre os muleques da Galera.....121

Pra não prender neném.....	121
A saúde fora do lar.....	127
“Quando nós pega barriga”	137
Pai de família/Mãe de família: a responsabilidade e o respeito.....	139
Nenéns da Galera.....	142
“Lugar de mãe é em casa” – o caso de Daiane.....	143
“Por causa de menino”: Núbia.....	147

Considerações Finais.....151

Referências Bibliográficas.....155

“(…)Negro drama,
eu sei quem trama,
e quem tá comigo,
o trauma que eu carrego,
pra não ser mais um preto fudido.
(…)

Eu sou irmão,
dos meus truta de batalha,
eu era a carne,
agora sou a propria navalha,
(…)

Tim..tim..
um brinde pra mim,
sou exemplo, de vitórias,
trajetos e glórias.
(…)

Entre o gatilho e a tempestade,
sempre a provar,
que sou homem e não covarde.
(…)

é um elogio,
pra quem vive na guerra,
a paz nunca existiu,
num clima quente,
a minha gente sua frio,
e um pretinho,
seu caderno era um fuzil.
(…)

Daria um filme,
Uma negra,
E uma criança nos braços
Solitária na floresta de concreto e aço.
(…)

Família brasileira,
Dois contra o mundo,
Mãe solteira
De um promissor vagabundo.
(…)

Seu jogo é sujo
E eu não me encaixo
Eu sou problema de montão
De carnaval a carnaval,
Eu vim da selva,
Sou leão,
Sou demais pro seu quintal.

problema com escola,
eu tenho mil,
mil fita,
inacreditável, mas seu filho me imita,
no meio de vocês,

ele é o mais esperto,
ginga e fala gíria,
gíria não, dialeto,
(…)

renascendo das cinzas
firme e forte, guerreiro de fé
vagabundo nato!”

(NEGRO DRAMA, RACIONAIS MC’S).

Introdução

E então recomeço uma reflexão que nunca paramos, eu e os sujeitos com quem trato, um grupo de meninos e meninas de rua, antes na rodoviária de Brasília, e agora, no novo lugar em que se reúnem, em uma das cidades da periferia da capital. Se é bem verdade que considero refletir um verbo reflexivo, também é verdade que “antropologizar” não pode ser intransitivo, e os objetos (sujeitos) diretos e indiretos são muitas vezes mais importantes que o próprio verbo.

Pensar sobre categorias, conceitos e valores relacionados a meninos e meninas de rua tem sido o mote propulsor de minhas pesquisas, que se iniciaram há mais de quatro anos, quando de minha graduação em antropologia social¹, e não estão nem de longe concluídas. Encontram aqui, como dissertação de mestrado, uma forma de finalização. Vivências e indagações conduzem a mais vivências e indagações. Esta é uma das relações, quiçá a principal, existentes entre o que escrevi então e o que escrevo agora.

Refletir sobre as relações dos meninos e meninas da Galera² com autoridades normativas e com políticas sociais a eles dirigidas pareceu-me importante para entender o modo como

¹ No Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, sob orientação da Prof. Dra. Lia Zanotta Machado, tendo como resultado (entre tantos outros, menos acadêmicos, ou, pelo menos, menos mensuráveis academicamente) a monografia intitulada Entrando no Gramado: considerações sobre o cotidiano de meninos e meninas de rua da rodoviária de Brasília, defendida em julho de 2004.

² Galera do Gramado é o nome pelo qual os integrantes do grupo o chamam. Vale ressaltar que uso Galera aqui como termo nativo, não existindo qualquer ligação com as reflexões suscitadas pela Escola de Chicago sobre galeras. Explicando o nome do grupo, Gramado é o local onde costumavam ficar, na Rodoviária de Brasília. Ali, existem duas áreas gramadas na plataforma inferior: uma, conhecida como Gramado das Famílias (ocupada, na época, por famílias em situação de rua), e outra, no lado oposto, conhecida como Gramado da Galera. Para mais detalhes, ver Calaf, 2004.

são hegemonicamente pensados como elementos de desordem. Percebê-los colocados, pela moralidade hegemônica, dentro de uma bipolaridade ontológica entre o normal e o anormal que pauta a diferença entre as crianças e adolescentes (pensados, principalmente, dentro de suas famílias) e os meninos e meninas de rua, foi crucial para entender que esta mesma bipolaridade coloca-os, ainda, na ordem de *menores*. Mesmo que a *categoria menor* tenha perdido legitimidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, é ainda ela que encerra em si os significados atribuídos a meninos e meninas de rua, bem diferentes daqueles atribuídos à infância (como indica, a propósito dos menores da década de 1910/1920, Adriana Vianna, 1997).

Isto, porém, não pareceu suficiente nem a mim nem aos meninos e meninas com quem refletia. Versar sobre valores e categorias como valentia, liberdade, esperteza e sexualidade foi algo sugerido por eles mesmos, dentro de perguntas e conversas outras sobre o que é ser menino/a de rua. Aos poucos fui percebendo a importância de marcar uma diferença entre eles, os *muleques da Galera*, e as outras crianças, colocadas por eles, estas sim, no lugar da falta: sem liberdade, sem esperteza, sem conhecimento. Pensar sobre os conceitos e categorias por eles construídos para entender suas identidades implicou em pensar a liberdade, o conhecimento e a sexualidade na Galera, pela Galera e com a Galera.

Volto à construção do(s) tema(s) desta dissertação. Quando fui a campo pela primeira vez, trazia em meu bloco de anotações perguntas suscitadas pela bibliografia (especialmente antropológica, sociológica e do serviço social) exaustivamente lida e pelo pouco contato com movimentos e Organizações Não-Governamentais envolvidas com o tema. Não é surpresa dizer que aquele bloco de anotações foi rabiscado, substituído em parte, ampliado. A dimensão do contra intuitivo se fez presente, e perguntas outras surgiram. Refletir sobre como valores e conceitos são (re)criados e vivenciados pela Galera tornou-se premente. Neste sentido, a liberdade e, principalmente, a sexualidade apareceram como respondendo por grande parte da construção de si (Foucault, 2006), da construção de suas identidades como meninos e meninas da Galera.

Ao mesmo tempo, se considerarmos que crianças são seres pensados pela moralidade

hegemônica como sexualmente liminares, então crianças e jovens em situação de rua seriam liminares beirando o incontrolável, escapando ao controle familiar e pedagógico, mas estando expostos ao controle do panóptico geral: as ruas e suas vielas e becos onde o inominável se daria. Daí parte da estrutura do que escrevo: diferentes meios de acesso à sexualidade de meninos e meninas de rua, o que está engendrado nesta sexualidade, o que ela engendra. Conceitos como *infância, adolescência, gravidez, maternidade e paternidade* repensados pela Galera e para além dela.

Proponho, então, uma discussão sobre o que se convencionou chamar de *antropologia da infância*, trazendo à baila não só as reflexões cada vez mais profícuas de antropólogos e cientistas sociais, mas também dos meninos e meninas da Galera, além da relação dos conceitos e discussões das ciências sociais com as categorias e normas jurídicas. Como segundo capítulo, sugiro uma discussão mais aprofundada sobre a temática de meninos e meninas em situação de rua, analisando as produções de valores e significados dentro da Galera.

No terceiro capítulo, as práticas sexuais pensadas pela Galera e na Galera estão enfocadas, dialogando com pesquisas sobre sexualidade feitas em âmbito nacional. No quarto e último capítulo analiso a gravidez entre os meninos e meninas da Galera, problematizando a relação gravidez-parentalidade³, e as possibilidades múltiplas desta última. Representações sobre maternidade, o amor de mãe, nunca estar só, a passagem ao mundo adulto da responsabilidade e do respeito, o que não significa que respeito, em maior grau, e responsabilidade, em menor, não apareçam como atributos também dos que ainda não são pais ou mães, para os muleques da Galera. Neste âmbito, verso também sobre a sexualidade infantil e adolescente nas políticas públicas, fazendo uma ponte com as políticas públicas de saúde voltadas para meninos e meninas de rua. Outro caminho de acesso, outros conceitos implicados, outras formas de entender o mundo.

³ Sigo aqui a terminologia usada por teóricos como Bozon (2004) e Heilborn *et al* (2006), que anglicizam o termo para torná-lo mais abrangente.

Tratar da sexualidade de seres classificados como crianças envolve uma gama de questões éticas e morais delicadas. Neste sentido, penso ser crucial explicitar que aqui trato exclusivamente de relações sexuais entre pessoas da mesma geração. O exercício da sexualidade valorado positivamente, dentro do qual o que importa é a agência do sujeito que o pratica por meio da aquisição e acumulação ativas de conhecimentos e segredos sexuais. O exercício de sexualidade dentro da Galera, em que todos os que fazem sexo são *muleques*. Por outro lado, seria perverso negar os feixes de poderes e hierarquias que perpassam a Galera. Apesar de não explicitamente presente no discurso, a existência de relações sexuais inter-geracionais, em que representações outras estão imbricadas, é inegável.

Minha escolha, aqui, foi por visibilizar o exercício pleno da sexualidade como forma de acesso ao status de adulto. Por mais complicado que seja tratar de sexo entre *crianças*, é preciso que se o trate. E neste âmbito estão situadas as escolhas, minha e da Galera, por enfocar o exercício da sexualidade em sua positividade na construção de pessoas plenas, ao menos dentro da Galera.

Caracterizo a Galera do Gramado, o que é uma empreitada traiçoeira, já que quatro anos de contatos intermitentes encerram em si diversos campos, diversos nativos (mesmo que sejam os mesmos), e não me atrevo a pretender conseguir expressar, de forma definitiva, o que entendo pela Galera do Gramado, nem o que eles entendem de mim.

A Galera do Gramado é um grupo de meninos e meninas de rua, que se reconhece como coletivo, e que costumava se encontrar em um dos gramados da rodoviária do plano piloto de Brasília. Entrei em contato com eles pela primeira vez no segundo semestre de 2003, período de minha primeira pesquisa de campo, tendo contato pelo menos semanal até maio de 2004. Depois disso, os contatos continuaram intermitentes até junho de 2005, quando Luis Evangelista, o Barriga (o primeiro do grupo com quem tive contato), foi encontrado morto na barragem do lago Paranoá, nos arredores da cidade. Evento que marcou profundamente os meninos e meninas e a mim, trouxe-me de volta a um contato próximo.

Por volta de um mês depois, com as obras na rodoviária e as ameaças constantes da polícia militar e dos responsáveis pela obra (ameaças essas que variavam entre chamar a carrocinha⁴ e ter um destino como o do Barriga), a maioria dos integrantes da Galera resolveu *dar um tempo da rodô*. Aos poucos, foram mudando seu ponto de encontro para outra Região Administrativa do Distrito Federal, cidade satélite com rede de infra-estrutura precária, habitada pela população de baixa renda, que escolhi chamar, nesta dissertação, de Laranjais. A opção por não revelar a localização verdadeira da Galera envolve a proteção do anonimato dos sujeitos estudados e a prevenção do mau uso do que escrevo a seguir.

Justificam a saída da rodoviária por uma série de fatores, sendo o principal a impossibilidade de continuar *bicho solto* ali, aliada a uma rede de relacionamentos pré-existente na nova região, além da proximidade das áreas nobres, para onde se deslocam para trabalhar⁵.

É claro que em quatro anos, vários sujeitos passaram pela Galera, o que pode ser entendido ao levarmos em conta os conceitos de *viração* e *circulação*, cunhados por Gregori (2000), como constitutivos das identidades de meninos e meninas de rua. Enquanto *viração* (que vem de *se virar*) tenta dar conta da pluralidade de identidades assumidas e atividades desempenhadas, o conceito de *circulação* diz respeito ao circular entre espaços em amplo sentido.

Isto não quer dizer que crianças e adolescentes em situação de rua não estabeleçam relações territoriais, nem muito menos que os laços entre eles sejam menos legítimos. É outra forma de territorialidade e relações intersubjetivas, influenciada e influenciadora do espaço que ocupam, a rua, espaço pensado, pelo senso comum, como do público em

⁴ Kombi do programa SOS criança, que, segundo os meninos e meninas, passa recolhendo os menores de 12 anos e os levando ao abrigo de mesmo nome.

⁵ Os meninos e meninas em situação de rua com quem tive contato utilizam o termo trabalhar para especificar a prática de pequenos furtos e de vender balas nos sinais de trânsito, em contraste com os conceitos de pedir, mendigar e vagabundar .

oposição ao privado, da passagem em oposição a permanência. Relações são estabelecidas, mais ou menos fluidas, e territórios são continuamente (re)criados. Um exemplo do que tento argumentar é a durabilidade da Galera do Gramado como grupo, mesmo se formada por diferentes sujeitos, e mais ainda, mesmo que não ocupando mais o Gramado, mas a poeira do cerrado.

De todo jeito, vale ressaltar que durante estes quatro anos, muitos passaram e ficaram, outros passaram e foram, outros ainda passam e repassam. Ao todo, tive contato mais aprofundado com 36 indivíduos, entre seis e 20 anos (quando do contato inicial), sendo 25 homens e 11 mulheres. Problematizar a polifonia dentro da Galera, as relações hierárquicas e de poder concernentes à idade, gênero e raça/cor é um desafio que me proponho ao longo da dissertação.

Além de observações de campo (que ocupam, durante quatro anos, cerca de 15 cadernos) e dos grupos focais de discussão propostos por mim (especialmente nos primeiros dois anos da pesquisa. Ao todo, foram cinco os grupos propostos), baseio minhas considerações em 73 entrevistas gravadas (parte em fitas, parte digitalmente). Várias entrevistas foram feitas com a mesma pessoa, tanto em diferentes épocas quanto na mesma época sobre diferentes assuntos.

Vale ressaltar que os nomes de todos os entrevistados estão protegidos por pseudônimos, em parte para seguir a etiqueta de textos antropológicos desta natureza, mas principalmente para cumprir minha palavra no acordo que fiz com cada um deles/delas. Os pseudônimos foram mantidos desde a monografia de graduação. A única pessoa com quem conversei e que tem seu nome verdadeiro aqui escrito é Barriga, pois sua morte encerra em si mesma as ameaças possíveis.

Outra explicação importante gira em torno de por que continuar dando centralidade às idades dos sujeitos. Apesar de os próprios construírem outras categorias de idade, estão também envolvidos profundamente com suas idades. Além disso, julguei necessário especificar as idades dos sujeitos pesquisados para que o diálogo com outros estudos das

áreas de infância e sexualidade pudesse ser mais profícuo.

Crianças que fazem crianças, reprodutivamente. São crianças que fazem sexo, que ficam grávidas, que viram mães e pais. Mais do que isto, são crianças que fazem crianças teórica e conceitualmente. Constroem outras categorias etárias, outros conceitos de infância. Pensam-se e repensam-se continuamente, não aceitando serem encerradas em conceitos estrangeiros engessados. *Crianças* que são e não são crianças. Enfim, criança que faz criança: (des)construindo infância e sexualidade com meninos e meninas de rua.

Capítulo 1: Antropologia (s) da(s) infância(s): olhares nativos, olhares peritos.

A construção da infância⁶ como alvo de estudos e considerações por parte das ciências sociais não é novidade. Também não é novo a antropologia apontar o conceito de infância ou as categorias etárias como determinadas e construídas socialmente (não o são, afinal, tudo?) (Mead, 1930; Malinowski, 1932). Mais do que reconstruir os caminhos percorridos pela historiografia, sociologia ou psicologia da infância e da juventude, proponho aqui indicar novos rumos que os estudos antropológicos vêm tomando, restabelecendo antigas discussões e lançando novas luzes sobre o que ainda não se convencionou chamar antropologia da infância⁷.

Discussões teóricas e metodológicas se colocam entre aqueles sujeitos interessados em fazer antropologia das/ com as crianças. Crianças como sujeitos também construtores, transmissores e possíveis porta-vozes da cultura sendo interpeladas por antropólogos cada vez mais preocupados com as relações hierárquicas e de poder imbricadas nas sociedades (em) que estudam. Desde Margareth Mead e suas propostas de desnaturalização de

⁶ O Novo Dicionário Aurélio Buarque de Holanda da Língua Portuguesa assim define infância:

Do latim *infantia*, substantivo feminino.

1. Período de crescimento, no ser humano, que vai do nascimento até a puberdade; *meninice*, *puerícia*.

2. As crianças.

3. Fig. O primeiro período de existência numa instituição, sociedade, arte, etc.

4. Psicol. Período de vida que vai do nascimento à adolescência, extremamente dinâmico e rico, no qual o crescimento se faz, concomitantemente, em todos os domínios, e que, segundo os caracteres anatômicos, fisiológicos e psíquicos, se divide em três estágios: *primeira infância*, de zero a três anos; *segunda infância*, de três a sete anos; e *terceira infância*, de sete anos até a puberdade.

5. Bras. Pop. Ingenuidade, simplicidade

⁷ Antropologia da criança, antropologia da infância, antropologia das relações etárias, são algumas das propostas. Esta discussão em torno do nome assemelha-se, em alguma medida, à discussão antropologia/ estudo da (s) mulher(es) versus estudo/antropologia do gênero. Para um panorama desta última, ver Heilborn, 1992.

conceitos como infância e adolescência (e de trabalhos etnográficos por meio de desenhos), está presente a possibilidade de fazer antropologia com crianças. Mais do que isto, crianças tendiam a aparecer como sujeitos em construção, nos quais era possível e mais fácil perceber a inculcação de preceitos culturais, e, portanto, o de normas sexuais (Malinowski, 1932), ou de diferenças de gênero (Mead, 1935).

Por outro lado, temos as considerações sobre sociologia da infância, que trazem à tona o conceito de *cultura da infância*, na tentativa de atribuir algo de único e específico a um grupo de pessoas não tão específico assim. Na tentativa de valorizar ontologicamente a infância, atribui-se a ela algum traço característico e exclusivo. Reconhecer o diferente como portador de conhecimentos e significados diversos, e não como aquele em que não se reconhece o mesmo é de extrema importância para a consolidação de estudos que envolvem crianças e adolescentes girando para além de conceitos adultocêntricos como *socialização*. Ao mesmo tempo, acredito ser importante problematizar também o conceito de cultura da infância. Por exemplo, para se falar de mulheres, seria necessário falar de culturas femininas? Não são as construções sociais e culturais também infantis? Só o específico e singular que adjetiva positivamente? O problema desta última visão é obnubilizar as relações de poder e hierárquicas que se imbricam aí. Existem traços que são construídos como infantis; mais do que isto, existem contingências colocadas pelo próprio aprendizado da vida (social e biológico, entremeados e inseparáveis), e existem valores a elas atribuídos.

Pode-se apontar que criança, assim como mulher, é uma categoria relacional. Mas diferentemente das relações de gênero, as relações etárias, para o pensamento ocidental, se constroem como transitórias: o *ser* criança é muito mais um *estar* criança, e é o devir adulto incipiente o que determina a incompletude do infante e é valorizado como *responsável*⁸; ao passo que o ser velho, ao mesmo tempo em que remete a estágios passados de plenitude, aparece como categoria definitiva e inexorável. A criança está criança porque ainda não é adulto, o velho está velho porque não pode mais ser adulto.

8 Conceito caro a antropólogos e muleques da Galera, encerra tanto significados concernentes à maturidade cognitiva quanto a aspectos jurídicos, além de estar profundamente ligado à construção da honra dentro da Galera.

Uma pequena digressão: é interessante como, na língua portuguesa, fala-se ser criança, ser adulto, ser/estar velho. A criança é criança porque é limitada para a adultez, o adulto é adulto porque é pleno, e o velho está velho porque é o status de plenitude do adulto que marca inexoravelmente as identidades, em uma glorificação do passado. Infância e adolescência aparecem como etapas transitórias e de preparação para o mundo adulto, ou seja, ambas as categorias se instrumentalizam para dar conta de outros processos sociais.

Antes de qualquer consideração mais específica, coloco em discussão a utilização dos termos: criança, menino, menina, adolescente, jovem, muleque, adulto, neném, bacuri. Todos termos nativos dos antropólogos e dos meninos e meninas da Galera, construídos a partir de diferentes exercícios analíticos e cognitivos. Que termos e categorias usar? Configurações por faixa etária, na linha de uma psicologia do desenvolvimento (Piaget e Vigotski, por exemplo)? Definições jurídicas sobre menoridade penal e civil? Convenções de organismos internacionais, baseadas em grande medida em considerações das áreas da demografia e da saúde? A discussão dos conceitos deixa entrever a importância das teorias e classificações etárias sobre os sujeitos pesquisados.

Proponho, como primeiro indicativo do que recortei aqui como objeto de pequeno resgate histórico da produção das ciências sociais, o que o sociólogo da infância Claude Javeau define como “*de um modo geral e necessariamente tosco, a 'área de pesquisa' em questão diz respeito aos indivíduos recém-nascidos ou vistos pouco depois do nascimento, nessa faixa de vida que o senso comum chama a 'infância'*” (2005: 17). Também me ocupo do que se convencionou chamar de *sociologia da juventude*, em parte como contraponto, mas principalmente porque os muleques da Galera, sujeitos com quem construí os conceitos etários que usarei a partir do próximo capítulo, e com os quais estudei, são considerados pelo pensamento ocidental e pelo léxico das políticas públicas como crianças, adolescentes e jovens.

Como aponta Valderrutén (2005), as políticas sociais para restituição e garantia dos direitos das crianças e adolescentes estão intimamente ligadas aos significados atribuídos à infância e à adolescência enquanto categorias jurídicas e categorias sociopolíticas. Segundo a

autora:

“O desafio que ainda não se visualiza plenamente de forma sistemática no universo das ciências sociais é considerar crianças e adolescentes, especialmente os primeiros, como sujeitos falantes e ativos que, como os adultos, também produzem, brincam e refletem as teias sociais, políticas e culturais de suas próprias histórias de vida”. (2005:33)

A produção das ciências sociais sobre crianças e adolescentes: um pequeno resgate.

Podemos apontar as primeiras afirmações sociológicas no tocante às crianças em Durkheim (1922), com sua preocupação com o que chamou de *socialização*, qual seja, o processo de assimilação dos indivíduos aos grupos sociais. As crianças seriam reféns de seus próprios desejos e vontades, e o imperativo social disciplinar viria transformá-las em *seres sociais*.

Parsons (1960), por sua vez, procura articular o funcionamento de vários subsistemas a um sistema maior. Propõe consolidar uma teoria unitária do sistema social e uma estrutura geral da socialização dos indivíduos basicamente sobre o consenso de ordem da sociedade e dos processos de controle social, integrando a infância e as crianças em uma sucessão geracional e digerida por este sistema normativo.

Temos, até então, o aparecimento fracionado da infância e adolescência como lugares de criação de subjetividades sociais, ou seja, onde crianças sejam sujeitos informantes tanto de práticas sociais como de discursos, e portanto construtores de visões de mundo. Na antropologia, em particular, as crianças tendiam (e, em certo sentido, ainda tendem) a aparecer mais como figurantes do que como protagonistas. As crianças, na bibliografia clássica, são seres ausentes da cultura enquanto objetos clássicos de reflexão acadêmica. Eram consideradas espécies de seres transitórios e menores que só adquirem significados porque articulados a práticas sociais englobadas em um todo maior.

Evans-Pritchard (1940), por exemplo, considera a construção de um idioma infantil dos meninos e meninas com relação a um idioma bovino, por meio de jogos⁹, tendo em conta que o grupo estudado, os Nuer, se estabelece ao redor do gado como epicentro cotidiano de sua organização social, econômica e religiosa, enquanto Malinowski (1932), ao pesquisar a sexualidade dos trobriandeses, acaba revelando aspectos importantes da infância e adolescência.

A singularidade acadêmica da infância e da adolescência, dentro da antropologia, começa a se delinear na Escola de Cultura e Personalidade (tendo como expoente Margareth Mead), pela compreensão dos processos de socialização. Crianças e adolescentes são tomados também como seres relacionais e construtores de sentidos e subjetividades.

Neste contexto está a crítica de Mead à direção reificadora da subjetividade das crianças, advinda da trajetória dos estudos sobre crianças, oriunda tanto da psicologia quanto da medicina¹⁰. A autora aponta, ao contrário, uma complexidade cultural estruturante que torna possível que as crianças desenvolvam, dentro da sociedade a que pertencem, um tipo de caráter e uma personalidade que as permitam ali existir.

No Brasil, Roger Bastide, na década de 40, apontava a dificuldade de comunicação entre adultos e crianças (e seus arcabouços cognitivos), enquanto Florestan Fernandes, em 46, ocupava-se com o estudo folclórico e sociológico dos grupos infantis. Mas mesmo tais pesquisas baseavam-se em visões adultocêntricas do aprendizado, vendo as crianças como receptáculos de aprendizagem.

9 Interessante notar que a produção antropológica atual sobre infância está bastante interessada em analisar jogos e brincadeiras, como veremos adiante.

10 Foucault (1976) aponta como o controle sobre o corpo da criança é importante peça de instauração do que chamou de *dispositivo da sexualidade*, e todas as imbricações no âmbito do que ele chamou de biotecnologias e biopoder.

A partir da segunda metade do século XX, especialmente da década de 1970, o tema torna-se cada vez mais notório nas ciências sociais, tanto pelas categorias específicas de análise (culturas da infância e culturas juvenis, por exemplo), quanto pelos contextos e debates jurídicos modernos, promulgadores e orientadores de direitos próprios a esta fase da vida. A definição de *sujeitos de direito* aparece como paradigmática para o reconhecimento das crianças e adolescentes como agentes de identidades individuais e sociais, e não como seres humanos em processo de desenvolvimento universal e naturalizado, nem tampouco seres humanos em mundos pré-lógicos ou irracionais.

Aportes sociológicos mais recentes encerram visões mais construtivistas e menos funcionalistas dos processos de socialização das crianças, processos estes considerados imprescindíveis à própria experiência destas enquanto sujeitos sociais, particularmente situados. Assim, o conceito de socialização passa a operar com um olhar interpretativo como desafio hermenêutico da sociologia. Em tal sentido, compreender a vida social das crianças implicaria assumir e trabalhar com o conceito de “culturas da infância”, que além de supor a questão geracional como um traço histórico distintivo e explicativo, ressalta a capacidade que as crianças têm de construir, em um sentido organizado, sistemas simbólicos, formas de significação e ação do mundo compartilhado com os adultos, e no qual se inserem em uma posição hierarquicamente inferior¹¹.

Passando para os estudos sobre juventude, temos em Eisenstadt (1964) e Manheim (1968) figuras de destaque de uma sociologia da juventude e das gerações, a partir da segunda metade do século passado. Eisenstadt se ocupou da relação descritiva de alguns sistemas de grupos de idade de diferentes sociedades, além de analisar o que chama de grupos de idade desviados. Neste sentido, o autor conceitua idade por meio de formas e desempenhos sociais. Geração e grupo de idade aparecem como componentes característicos da modernidade, juntamente com as categorias de infância e adolescência, como peças

¹¹ Nesse sentido, é possível comparar o surgimento do conceito de cultura da infância com o de cultura da pobreza: no lugar da ênfase na falta (neste caso, de atributos adultos, naquele, de meios materiais), o foco muda para a diferença.

conceituais que permitem pensar a natureza política, moral e cultural das classificações sociais e dos valores que sustentam os papéis que estas classificações desempenham na conformação e diferenciação dos grupos humanos e das possíveis intervenções de bem estar ou subvenções do Estado, fazendo mais complexo o assunto quando tais classificações são mediadas por princípios de direito, de raça, de gênero e classe social, por exemplo.

Manheim (1968), por sua vez, afirma que as pessoas de um mesmo grupo etário têm uma localização comum, um mesmo quadro de vida histórico-social. Trabalha, portanto, com a noção de redes de interações que conjugam tanto padrões de poder como padrões igualitários, uma presença múltipla de linguagens orgânicas que transitam entre individualismos e holismos.

É interessante apontar que os conceitos de *adolescência* e *juventude*, apesar de aproximados, são utilizados aqui (e em produções mais recentes também) de maneira diferenciada. A adolescência, alinhada à infância, parece remeter a um processo mais biológico, enquanto *juventude* liga-se à *idade adulta*. *Criança e adolescente*, diferentemente de *jovem*, designam qualidades involutivas ou regressivas com respeito às ordens sociais estabelecidas, enquanto *juventude* reafirma a importância do uso da palavra racional e da mente saudável para o resplendor do individualismo moderno.

A idéia de *déficit* está presente também aqui, outorgando contornos semânticos ambíguos ou imprecisos aos lugares sociais e acadêmicos das crianças e adolescentes, interferindo na sua inclusão como sujeitos de estudo em si mesmos, pois não seriam portadores de lógicas ou racionalidades mais cartesianas, que é o que, em última instância, as ciências sociais esperam encontrar (ainda que venham sendo construídos espaços importantes de revisão teórica e discussão crítica destes lugares periféricos e passivos das crianças e adolescentes na vida social, como veremos a seguir, ou mesmo da importância de lógicas cartesianas para a etnografia, como aponta Crapanzano (2005), com sua proposta de uma antropologia da imaginação).

Valderrutén (2005) aponta um status cognitivo diferenciado da categoria juventude: jovens vistos como portadores de falas mais conclusivas e raciocínios discursivos mais delimitados e concretos, para legitimar ou contestar o considerado mundo adulto.

“La visibilidad relativa de los jóvenes o de la juventud en ciertos campos de las ciencias sociales, su consideración como categoría social de análisis, está vinculada al hecho de pensarse como un grupo social que consigue verbalizar, o sea, construir narrativas de vida más estructuradas, a pesar de sus posibles y esperadas contradicciones como unidad de análisis y como centro social de diversas subjetividades”. (2005:28)

A categoria adolescência, por sua vez, parece estar associada a um conjunto de comportamentos contraditórios ou *infantilizados*¹² em choque permanente com as lógicas adultas de condução de vida, expressando o indefinido, o confuso, o afônico, posto que é mudo o ininteligível, daí não serem falas conclusivas, nem portadoras de racionalidades conclusivas. A presumida ausência de coesão narrativa aparece como obstáculo ao processo de *tradução* a ser desempenhado pela antropóloga, e como empecilho à credibilidade em e para além do campo. Como exporei mais detalhadamente, a proposta aqui (e de uma antropologia analítica pós-moderna) é perceber a incompletude própria de qualquer exercício de compreensão, e mais ainda, perceber a co-autoria do antropólogo na própria fala (ou texto) a ser traduzido. Assim, o pensamento cartesiano ou a coesão não devem ser objetivos perseguidos, e muito menos única possibilidade de conhecimento (como o sabemos, de fato, desde Leenhardt, 1947).

Por uma antropologia (e sociologia) da infância: movimentos na academia a partir da década de 70.

Em 1973, Hardman é a primeira a perguntar explicitamente *Can there be an Anthropology of children?*, nome de seu artigo, no qual propõe que a antropologia deixe de ver as

12 A própria expressão em português encerra o status cognitivo relegado às crianças.

crianças como receptáculos de ensinamentos e devires de adultos, advogando dimensões particulares às crianças. Mas é só na década de 80 que se estabelecem os primeiros foros de discussão da infância no âmbito das ciências sociais, como o seminário da London School of Economics, em 82 (que tinha por pergunta algo sobre como as crianças adquirem a cultura dentro da qual são socializadas), e os *Ethnography of Childhood workshops*, em 86, em dezenove países.

Começa, então, a construção político-acadêmica de uma singularidade infantil, que envolve o caráter protagônico na vida social, e encara também os não-adultos como construtores de história, de discursos, de narrativas, de símbolos, de significados que organizam formas de explicação do mundo legitimamente instituídas e que posicionam suas interpretações sobre a complexa relação entre natureza e cultura. Tal singularidade adquire novos contornos com a visibilidade das crianças e adolescentes como sujeitos jurídicos em novas lógicas de reconhecimento cidadão de suas especificidades como sujeitos sociais em formação.

Nos anos 90, especialmente na Noruega, Dinamarca e Inglaterra, a antropologia da criança, ou da infância, ganha expressividade. James e Prout (1990) apontam o potencial de um novo paradigma para o estudo da infância, que teria por princípios a infância como construção social, estrutural e cultural de várias sociedades; as infâncias como variável de análise social; o estudo das relações sociais das crianças por si mesmas, independentemente das perspectivas adultas; crianças como ativas na construção e determinação da vida social, e não apenas sujeitos passivos; o estabelecimento da etnografia como método privilegiado nos estudos de infância, permitindo às crianças participação e voz mais diretas; e finalmente a dupla hermenêutica das ciências sociais com relação à infância, que afirma que o novo paradigma da sociologia da infância deve incluir e responder ao processo de reconstrução da infância na sociedade.

A proposta seria então buscar uma perspectiva não adultocêntrica de uma antropologia ou sociologia feita sobre, e, principalmente, com crianças. Segundo Nunes e Silva (2002):

“Passa-se, assim, de uma concepção de socialização como 'enculturação' (mecanismo integrador da criança à sociedade, por intermédio da formação de indivíduos ajustados social e emocionalmente aos padrões de comportamento e aos papéis sociais de uma ordem estabelecida, entendida como perene e coesa) a uma concepção dinâmica e historicizada de cultura, em que as crianças passam a ser consideradas seres plenos (e não adultos em potencial ou miniatura), atores sociais ativos capazes de criar um universo sociocultural com uma especificidade própria, produtor de uma reflexão crítica sobre o mundo dos adultos”. (2002:20)

Alderson (2005), por exemplo, ocupa-se das questões éticas e metodológicas que envolvem crianças como pesquisadoras, possibilidade quase impensada dentro da antropologia, mas tornada possível pelos olhares interdisciplinares em torno do Social Science Research Unit, da Universidade de Londres.

“A idéia de ver os adultos 'pesquisados' como co-pesquisadores ou co-produtores dos dados, e como envolvidos na análise, já é amplamente reconhecida. Essa idéia é geralmente defendida em termos de controle e para resolver desequilíbrios de poder na relação de pesquisa. Contudo, ela também pode se justificar em termos de eficácia, pois oferece um leque mais amplo de métodos de coleta e permite uma compreensão mais plena dos dados. Do mesmo modo, este artigo vê as crianças como co-produtoras de dados durante as pesquisas realizadas com elas”.(2005:1)

Deste modo, aponta possibilidades de condução e elaboração de pesquisas por crianças no âmbito da escola, destacando as características positivas das crianças como pesquisadoras (aponta, por exemplo, que as crianças têm menos a perder ao fazer perguntas consideradas estúpidas, e que se interessam por todos os estágios das pesquisas). A proposta parece ser, além de ir contra o silenciamento outorgado contra crianças e adolescentes, aproximar o pensamento infantil do adulto, ou pelo menos afirmar que crianças, como adultos, pensam de modo racional e calculam as ações com vistas aos fins.

Mollo-Bouvier (2005), por sua vez, aponta para quatro fatores de transformação e criação de uma sociologia da infância, especificamente na França, no início do século XXI, quais sejam: a segmentação social das idades e as incertezas quanto ao período da infância; a tendência a favorecer a socialização em estruturas coletivas fora da família, com a

multiplicação de modos de atendimento e de instituições para a infância; a transformação e as contradições das concepções de infância; e o interesse generalizado por uma educação precoce. Preocupa-se em demonstrar que os estudos acerca de crianças são muito mais acerca das instituições em que estas estão inseridas, e que as mudanças nas rotinas e nos próprios conceitos de infância alteram profundamente uma possível visão sociológica sobre si.

“A criança não existe. Os modelos padronizados de desenvolvimento em nome dos quais os procedimentos de exclusão e de reparação são implementados cada vez mais cedo têm adquirido um poder exorbitante em nossas consciências. Existem crianças inseridas em famílias, em grupos sociais particulares. Elas vivem histórias singulares e conhecem as vantagens e as vicissitudes das diferenciações sociais. Enfim, essas crianças cuja realidade presente tendemos a esquecer, são também, parcialmente, os atores de sua própria socialização e, também parcialmente, os atores da nossa, isto é, dos pais, animadores e profissionais da socialização”. (2005:06)

O sociólogo William Corsaro (2005), em suas considerações sobre estudos etnográficos com crianças pequenas, fala sobre suas experiências em jardins de infância nos EUA e na Itália. Narra métodos de pesquisa que parecem, a nós antropólogos, estranhos e eticamente questionáveis, tais como ficar durante duas semanas observando as crianças sem ser percebido, em uma parte especial do colégio (*“instalada ao longo das áreas interna e externa da escola, de onde poderia ver sem ser visto. Essa área de observação era usada por pais e por psicólogos do desenvolvimento de uma universidade vizinha, em suas pesquisas observacionais”*). A segunda parte da pesquisa consistia em estabelecer um relacionamento com as crianças nas áreas que os adultos não frequentavam, colocando-se como um adulto especial, principalmente na Itália, onde, por não dominar a língua e ser melhor compreendido pelas crianças, o autor afirma ter criado um laço de cumplicidade e entendimentos mútuos.

Corsaro afirma que existem o que ele chama de *diferenças óbvias* entre adultos e crianças em termos de maturidade comunicativa e cognitiva, poder (tanto real como percebido) e tamanho físico (Corsaro, 1985). Sustenta ainda que certas diferenças entre adultos e

crianças (especialmente o tamanho físico) podem não ser plenamente superadas e, portanto, busca algumas formas de participação limitada ou periférica. Enfatiza, em seu trabalho, o processo de “reprodução interpretativa” que as crianças fazem do mundo que as engloba (através de relações múltiplas como as acionadas nos jogos e na vida dos grupos de pares), constitutivo de suas identidades individuais, assim como o estatuto social da infância enquanto categoria geracional.

Na mesma linha de considerações do que podemos chamar de nova sociologia da infância, o português Sarmiento (2003) afirma que as definições sobre o imaginário na infância têm como denominador comum, inerentemente a sua própria construção epistemológica e moderna, a concepção deste imaginário como expressão de um déficit, por carecer de pensamento objetivo e ter vínculos racionais im perfeitos. Afirma, então, que é em termos de diferença, e não de déficit, que deve ser pensado o imaginário: princípio de transposição imaginária do real como comum a todas as gerações, sendo, daí, as crianças criadoras de culturas da infância, produzidas socialmente e que se alteram dentro de processos históricos de redefinições das condições sociais.

Como se pode perceber a partir destes exemplos, esforços estão sendo feitos no sentido de legitimar uma sociologia da infância, e também uma antropologia da infância não-adultocêntrica, que não subsuma as crianças e os adolescentes nas lógicas relacionais da família como bem não só jurídico mas também das políticas públicas e dos estudos antropológicos. Mesmo assim, como apontam Nunes e Silva (2002), Hirschfeld¹³ (2002), Javeau (2005) e Mollo-Bouvier (2005), ainda são pouco significativos os estudos antropológicos que enfocam as crianças, seja como tema principal de discussão teórica, seja como nativos principais em outros contextos, e muito menos como produtoras de etnografias. O olhar antropológico sobre as crianças continua adulto-focado. Porque já fomos todos crianças, talvez, e portanto arrolamos para nós a possibilidade de entender o que as crianças pensam, e mais, de encarar os modos pelos quais as crianças vêem o mundo

13 O autor aponta que, em 2000, apenas nove antropólogos membros da Associação Americana de Antropologia (formada por 155 pesquisadores) declararam como uma área de interesse a antropologia das/com as crianças.

como estágios não-completos de compreensão. Levar o nativo a sério, no sentido proposto por Viveiros de Castro (1986), parece esbarrar no próprio conceito ocidental de criança, etapa primeira na construção da pessoa. A falta parece ser fundante do próprio conceito de criança, e, mais do que isto, parece ser obstáculo fundamental à proposição do estudo de crianças como objeto da antropologia.

Não obstante, existem antropólogos e sociólogos, no Brasil e fora dele, empenhados em construir uma antropologia da infância¹⁴. Os estudos sobre circulação de crianças (Fonseca, 2002, Sarti, 2003), sobre infância nas classes populares (Alvim, 1995), sobre infância em situação de risco (Alvim & Valadares, 1988) e sobre a categoria menor (uma categoria menor?) (Vianna, 1997), por exemplo, são de suma importância para as reflexões concernentes à antropologia feita com e sobre crianças. Como estão estritamente vinculadas a meu tema principal, abordarei mais detidamente as contribuições da antropologia brasileira urbana à antropologia da criança no capítulo 2.

No Brasil, também a etnologia indígena ocupa posição de destaque na produção antropológica com/sobre crianças, com obras como as de Lux Vidal (1977) e Angela Nunes (1999).

“Mas, igualmente, queremos dar suporte, a muito recente, quanto à aceitação da idéia de que as crianças constituem interlocutores legítimos do pesquisador, e que seus pontos de vista, em sua especificidade e variedade, têm muito a ensinar sobre a vida social e a experiência no mundo, mesmo não estando em situação de risco” (Silva e Nunes, 2002:17).

14 Desde junho de 2006, quando da realização de um Grupo de Trabalho na XXV Reunião Brasileira de Antropologia intitulado *Por uma Antropologia da Infância*, está em atividade um fórum de discussões pela internet, que reúne cerca de 60 antropólogos brasileiros, entre graduandos, pós-graduandos e professores universitários.

Contribuições da etnologia indígena brasileira para uma antropologia da infância.

Na abertura de sua coletânea de ensaios antropológicos sobre crianças indígenas, Nunes e Silva (2002) afirmam que grande parte das reflexões acerca de um novo paradigma de sociologia da infância vem sendo feita em centros urbanos do norte da Europa. Apontam, portanto, para a potencialidade das contribuições de uma sólida reflexão antropológica, a partir da etnologia brasileira, para uma antropologia da infância.

A maioria das monografias neste contexto refere-se à criança quando fala no modo de organização do grupo doméstico, versando sobre concepção do feto, do parto, sistemas de nomenclatura, cuidados e cuidadores das crianças, além de considerações breves sobre o que as crianças fazem na aldeia, e por onde transitam, sendo a idéia de liberdade freqüente (Nunes, 2002b). Neste contexto, as perguntas não são diretamente dirigidas às crianças, nem mesmo quando a elas dizem respeito. A mim, parece que a família (ou o modo de organização do grupo doméstico) aparece aqui mais uma vez como espécie de *bem antropológico*, parafraseando a assunção e tomada da família como bem jurídico por códigos e jurisprudências (Machado, 2007).

No final da primeira metade do século passado, Egon Schaden faz algumas comparações entre educação e aprendizagem em sociedades indígenas e ocidentais. Afirma que, em algumas sociedades, a educação para a magia começa no nascimento, e tem seu ápice na admissão do jovem à comunidade dos adultos. Schaden, como vários outros pesquisadores, passa a apresentar mais dados apenas a partir da iniciação, diminuindo a importância do processo de aprendizado na infância¹⁵. Nimuendaju (1983) e Wagley (1988) também se referem às crianças Apinayé e Tapirapé, respectivamente, no tocante à prática do infanticídio e status diferenciado das crianças até determinado ponto.

15 Semelhante fenômeno acontece repetidamente também em estudos sobre sexualidade, como a pesquisa Gravad (Heilbron et al, 2006).

Thomas Gregor, em seus estudos sobre os Mehinaku (do grupo Aruák), dá visibilidades a jogos, brincadeiras e ocupação de espaços pelas crianças, enquanto Melatti e Melatti (1985) discorrem sobre como as crianças Marubo vão gradualmente conquistando espaço e autonomia e participando da vida ao seu redor. Caiuby Novaes (1986) aponta, em suas considerações sobre os Bororo, que ali a criança é depositária de toda uma expectativa de continuidade que envolve todas as instâncias do social, garantindo possibilidade de alianças e assegurando aos pais uma participação social e cultural efetiva na vida Bororo. Viveiros de Castro (1986), por sua vez, demonstra como a passagem, entre os Araweté, para vida adulta tem muito pouco a ver com a noção ocidental de criança. A humanidade só se manifesta quando o ser demonstra ter consciência, correspondendo a estímulos lingüísticos e a processos de fechamento de corpo e fixação da alma. No caso das meninas, já a partir dos sete anos elas podem ser entregues a homens mais velhos que vão iniciá-las à sexualidade, através de um processo de preparação e fabricação do corpo de mulher¹⁶.

Angela Nunes (1999), por exemplo, enfatiza as categorias espaço e tempo como recursos analíticos por meio do qual crianças localizam-se e posicionam-se no meio social. A partir de reflexões sobre as crianças A'uwê-Xavante, faz considerações sobre a relação entre rotina do cotidiano e atividade lúdica, mundo íntimo e mundo circundante. Entre os Xavante, por exemplo, tornar-se *wapté*, categoria de idade que marca aqueles que começam a se preparar para a iniciação, significa também entrar para a educação formal, nos modos xavante de transmissão e recepção de conhecimento (Müller, 1976).

Apesar de todas as indicações de possibilidades, e do esforço de alguns antropólogos, ainda não se consolidou um espaço legitimado de reflexões sobre antropologia da criança na etnologia brasileira. Nos últimos cinco anos, as reflexões vêm sendo mais frequentes, as discussões mais sistematizadas, e o esforço parece ser por consolidar as contribuições da etnologia para uma antropologia feita com crianças. Nas palavras de Angela Nunes:

16 A própria definição cosmológica que os Araweté dão de si mesmos enquanto seres viventes, como sendo crianças, seres que ainda não sabem nada, que existem há pouco tempo, contraposta à sua definição dos deuses como sendo adultos pode ser considerada um instigante começo.

“A antropologia, por sua vez valendo-se da etnografia como privilegiado método da coleta de dados e de seu interesse por sociedades não ocidentais, tem dado uma excelente contribuição no sentido de esclarecer que as concepções de idade e maturidade variam de significado e sentido, entre as várias culturas e também no decorrer do próprio tempo(La Fontaine, 1979; Bernardi, 1985)” (Nunes, 2002:68).

Cultura como texto, criança como pessoa em construção.

Vale a pena discutir mais a fundo o texto do antropólogo Lawrence Hirschfeld, com o sugestivo título de *Why don't anthropologists like children?* Com um aparente foco na aprendizagem, ou melhor, no aprendizado da cultura, Hirschfeld fala sobre a importância das crianças e de sua influência na transformação do que é ensinado, na reprodução cultural. Aponta a força da cultura das crianças no condicionamento da cultura dos adultos, e o obscurecimento, por parte da antropologia, de como as culturas se formam e são mantidas. Fala sobre culturas da infância e formas culturais semi-autônomas mantidos por meio de práticas infantis, como os cooties.¹⁷

Segundo o autor, a questão não seria a ausência de pesquisas que enfoquem crianças, mas o pouco impacto que estas têm para a antropologia *mainstream*. A antropologia *mainstream*, apesar de considerar o estudo de crianças uma questão válida, considera também que é algo que pode ser deixado de lado. Em sua opinião, pesquisas que enfocam crianças devem ocupar tanto especialistas quanto as correntes principais da antropologia, já que formas culturais singulares das crianças e sua arquitetura conceitual única (unique) revelam considerações interessantes sobre as experiências culturais dos adultos.

Hirschfeld afirma que, ao contrário do que já foi muito afirmado por pesquisadores da socialização, as crenças culturais dos adultos, ao menos várias delas, são devidas ao modo

¹⁷ Cooties seriam algo invisível e poluidor, altamente contagioso, passado de crianças para crianças, sem intervenção de adultos. Não existiria um portador definitivo de cooties (apesar de estes serem arrolados, comumente, a crianças advindas de setores sociais estigmatizados negativamente), não sendo possível saber quando se seria portador de cooties.

como as crianças organizam seus pensamentos e seus ambientes culturais(ou pelo menos como os adultos acham que elas pensam). Neste sentido, muitas formas culturais são estáveis e amplamente distribuídas porque crianças as acham fáceis de pensar e aprender, o que fornece material para pensar sobre a relação entre fenômenos psicológicos individuais e seu papel na constituição das formas culturais.

Assim, afirma o autor, a antropologia marginaliza as crianças porque marginaliza o que elas fazem melhor: adquirir a cultura dos adultos e criar sua própria cultura. Crianças aprendem a habitar as culturas em que vivem, ao mesmo tempo em que criam outras culturas, diferentes e independentes das primeiras (as *children cultures*). Se a antropologia contemporânea acredita piamente que a cultura é aprendida, e não herdada, por que não prestar atenção às crianças? É certo que adquirir habilidades culturais é algo que se faz durante toda a vida, mas, segundo Hirschfeld, o grosso da aprendizagem é feita pelas crianças, quer “*cultura seja entendida como as habilidades conceituais, ou o leque específico de sentimentos, ou meios de produzir performances culturais, ou a capacidade de fazer transações com relações culturais, ou o processo pelo qual o capital cultural desigual é extraído*” (2002:615)

Hirschfeld dedica-se, então, a aventar hipóteses pelas quais o estudo das crianças não é valorizado pela antropologia. Passa pelo desconforto dos antropólogos com algo que seja universal (e descarta a hipótese, comparando infância e gênero); pela anterior ligação feita entre pensamento infantil e pensamento primitivo (e aponta que os antropólogos não deixaram de estudar e mudar de opinião sobre os primitivos); pela possibilidade de crianças serem vistas como culturalmente incompetentes (e não necessariamente desinteressantes para a antropologia); e pelo fato de a infância ser encarada como uma estação do caminho na estrada para o status mais desejável de adulto, em uma espécie de transição para a competência cultural (transformando-se, assim, discussões sobre crianças em considerações sobre como adultos organizam o aprendizado e o ambiente infantil para propiciar e facilitar a aquisição cultural).

Aponta, afinal, para sua resposta, que tem a ver com encarar experiências e desenvolvimento infantis como fenômenos psicológicos, set de relações causais cognitivas. A antropologia, afirma Hirschfeld, tem resistência a reconhecer e desenvolver estados mentais internos. Formas culturais passam de geração a geração por meio da agência do ensinar e do modelar, direta ou indiretamente. E deixa-se de lado a importância fundamental da intermediação do aprendiz; os ambientes culturais espacialmente descontínuos, fragmentados, fluidos, contestados e mutáveis. A contribuição crucial das crianças à criação, sustentação e distribuição de formas culturais é ignorada ou pouco valorizada pelos antropólogos. O aprendizado cultural é assimétrico porque, além de separado entre novíços e experts, os novíços são experts em aprender, devido a suas habilidades cognitivas. Em suma, Hirschfeld afirma:

“I intend a much stronger claim, namely, that culture cannot be understood except in terms of the cognitive architecture of children and the specialized learning mechanisms that the architecture affords”. (2002:616)

Não concordo com a concepção organicista de cultura de Hirschfeld, nem com os motivos por ele apontados para o desinteresse da antropologia por crianças. Penso que o desinteresse se estende às relações etárias no geral, e que tem a ver com o caráter de pessoa em construção conferido pelo pensamento ocidental às crianças. Além, é claro, da dificuldade de se fazer uma antropologia da imaginação, ou de se pensar novas formas de se fazer etnografias. Além disso, penso que a antropologia analítica de influência pós-moderna está muito mais preocupada em pensar como se dão as relações e construtos simbólicos do que delimitar traços culturais ou subculturas, autônomas ou não.

Também cabe aqui uma discussão sobre identidades sociais, estritamente imbricadas na idéia de criança como ser em construção. Para Jurandir Freire Costa (1984), por exemplo, a história começa pelo simbólico, sendo o “já dado” nada mais do que relações sociais simbolicamente construídas. Neste sentido, o psíquico é sempre cultural, e Costa questiona a supremacia da ordem familiar sobre o social na constituição da psique. Para se pensar as

identidades, afirma o autor, é necessário levar em conta a coexistência de várias dimensões em uma só fala, ou em um só ato. A questão é que não há um instinto puro em oposição à cultura, mas a moldagem da pulsão pelo cultural.

Trazendo estes dois autores para a discussão sobre identidades, busquei demonstrar que, se formos falar em arquitetura cognitiva, por que só falar sobre a das crianças? Se concordarmos com Costa, então existem identidades pessoais para além da fluidez, determinadas e determinantes da psique e do corpo, e, portanto, por que a ênfase na infância, em Hirschfeld? Não seriam resquícios da socialização como categoria analítica?

Em outra posição se encontra Judith Butler (2003), dentro da discussão pós-modernista em torno do essencialismo das identidades. A posição *queer*, defendida pela autora, defende toda resistência às identidades, e daí não usar, nem politicamente, a categoria mulher. Aí está a crítica de Butler ao feminismo e a defesa das identidades móveis, a defesa de que, no futuro, chegue-se a um momento em que não seja preciso nenhuma identidade. Para Butler, as identidades sociais são teoricamente insustentáveis, e daí sua proposta política de resistência a elas e críticas às categorias reificadas. Ao se fazer a análise cultural, é necessário estar atenta aos jogos identitários, a como as fronteiras se marcam; considerando identidades como fragmentadas, fluidas, culturalmente construídas e que marcam fronteiras ligadas ao corpo, ao sexo do corpo e à sexualidade.

Neste contexto, cabe trazer Marilyn Strathern e suas considerações sobre a cultura considerada, ocidentalmente, texto, a ser construído e desconstruído para substituição de valores, e o contraponto melanésio de pessoa plural e singular, em transformação mas não em construção, não baseada em oposições duais. Assim, a visão de Hirschfeld sobre a criança e a cultura como dependendo intrinsecamente da arquitetura cognitiva das crianças se insere em uma ideologia ocidental que se quer universal, e que, portanto é deveras problemática à construção de esforços antropológicos, por obnubilarem a busca pelo entendimento do outro para além do que o ego vê nele.

Strathern (1981, 1988, 1997) se dedica à análise da diversidade da construção de categorias e de entrelaçamentos metafóricos e metonímicos. Aponta que a questão da diversidade vem atingir em cheio o fazer antropológico, que passa a ter seu nativo interlocutor e aproximado (neste sentido, sob o meu ponto de vista, a aproximação aos interlocutores crianças vem se dando de maneira mais incipiente, no âmbito do fazer antropológico). A autora aponta a idéia forte, no ocidente e especialmente na antropologia, de cultura como texto, construído, que poderia ser outro. Para desconstruir um texto, é preciso construir outro, substituindo valores que podem ser ambíguos. Strathern vai apontar, portanto, que o pensamento ocidental se baseia na construção e desconstrução social de valores, em um exercício constante de mostrar o que de opressor está escondido. A palavra é, assim, um lugar muito forte para se fazer política, sendo palavra e ação social estritamente ligadas (falar é fazer, aponta-nos Austin). Aponta ainda a crença da palavra na construção do texto entre os intelectuais

Strathern chama atenção para como nós, cientistas sociais, olhamos o outro, o que a antropologia faz ao refletir sobre o outro, em sua atenção para a diversidade cultural. Enquanto “nós como nós mesmos” poderia ser definido como o exercício cognitivo da sociologia, “a reflexão sobre o outro”, por sua vez, é própria da antropologia. A idéia de construção simbólica, assim, tem mais a ver com como as pessoas pensam do que como elas se comportam.

Aponta então para o problema de se achar que a visão do um engloba a do outro, e que, portanto, eu posso te reduzir ao que eu te penso. Neste sentido, a meu ver, reduzir crianças ao que adultos pensam sobre elas, por mais que todo adulto já tenha sido criança, é aprisionador não só para um mínimo entendimento mútuo, mas também para as possibilidades de existência de uma antropologia que opere para além da lógica puramente cartesiana. Neste mesmo âmbito, Strathern faz uma crítica ao binarismo natureza/cultura, quente/frio, feminino/masculino, morte/vida, corpo/sujeito (mente), quente/frio. Ela aponta, por exemplo, o doméstico e o público, ou o doméstico e o selvagem, como categorias que tendemos a colocar em uma matriz binária. O foco há de ser os modos como se trabalham

as oposições. Casa e rua, por exemplo, para os meninos e meninas da Galera, são ao mesmo tempo pólos opostos da *circulação* e noções que se sobrepõem como veremos no próximo capítulo.

Trazendo como contraponto sua experiência como melanesianista, Strathern (1997) discorre sobre a concepção, que envolve o corpo da noiva engordando, com um fluxo de comida de dentro para fora, e de fora para dentro. Relações sexuais são constantes no período de engorda, sendo cortadas assim que a gravidez é percebida. Ao mesmo tempo em que isto corresponde ao início de um fechamento, o corpo continua aberto, pela comida, para o crescimento do feto. Depois que a mulher tem o filho, pára de engordar e volta a trabalhar na horta. Mas enquanto amamenta continua *aberta*, e quem vigia esta abertura são as mulheres da família do marido. O corpo do homem tem também que estar aberto na relação sexual. Na concepção, ele começa a se fechar, apontando para uma sincronia entre o masculino e o feminino, sendo que o fechamento dos homens leva aproximadamente seis meses, com abstinência sexual, jejum e cerimônias de fechamento. O frio, o quente, o úmido, o seco estão tanto nos homens quanto nas mulheres, mas estão mais tempo nas últimas.

Quando a mulher começa a engordar, antes de estar grávida, ela antecipa a transformação do corpo como se pusesse em seu corpo a idéia úmida e sanguínea do feto. É como se a mulher se fetalizasse – a mãe é já o filho, e o filho é já a mãe. As coisas estão sempre fora e dentro. A espacialidade, para os mekew, não abarca a idéia de vazio. A ausência é antecipada explicitamente e recuperada. No ocidente, desfazemos valores sociais para construir valores alternativos, trazendo à fala o que não está dito, enquanto os melanésios se compõem e decompõem, inclusive seus corpos.

Em sua obra mais famosa, *The gender of the gift* (1988), Srathern aponta que concebemos socialidade como aquilo que une os indivíduos. Assim, a sociedade seria ordenadora e classificadora, e nesse sentido uma força unificadora que une pessoas que se apresentam, de outra forma, irredutivelmente únicas. Como indivíduos, pessoas são imaginadas como conceitualmente distintas das relações que as unem. Ao mostrar que esta é uma questão

profundamente ocidental, e que, portanto é uma falsa questão analítica para a antropologia no geral, propõe que guardemos o conceito de socialidade para nos referirmos à criação e manutenção de relações. Mas pessoas melanésias, ela afirma, não são únicas. Contêm uma socialidade generalizada em si. Pessoas são pensadas como o quadro plural e composto das relações que as produziram, podendo a pessoa ser pensada como microcosmo social.

Afirma também não ser suficiente substituir uma antinomia por outra, concluindo que os melanésios simbolizam a vida social como unidade, e pessoas singulares como compostas, porque isto ainda pode ser comparado à relação indivíduo - sociedade ocidental, como modificando ou controlando uma a outra. As transformações chaves na Melanésia não estão preocupadas com esta relação.

“While collective events do, indeed, bring together disparate persons, it is not to 'make' them into social beings. On the contrary, it may even be argued that such de-pluralized, collective events have as much an amoral, anti-social social character to them as do autonomous persons who go their own way. The relations at issue involve homologies and analogies rather than hierarchy.” (1988:13)

“In one sense, the plural and the singular are 'the same'. They are homologues of one another. That is, the bringing together of many persons is just like the bringing together of one.... in other words, a plurality of individuals as individuals (many) is equal to their unity (one).” (1988: 13-14)

“Social life consists in a constant movement from one state to another, from one type of sociality to another, from a unity (manifested collectively or singly) to that unity split or paired with respect to another.” (1998:15).

Esta alteração se dá por numerosas formas culturais, e gênero é a forma principal pela qual a alternância é conceituada. No modo um-é-muitos, cada forma macho ou fêmea pode ser considerada como contendo em si uma identidade composta suprimida. No modo dual, um homem ou mulher só pode encontrar seu oposto se já tiver descartado as razões de sua própria diferenciação interna. Assim, a androginia é no um e no muitos (que são iguais), mas não no par (que é diferente).

Assim, Strathern chama a atenção para o fato de pensarmos cultura como texto e texto como cultura, completa e incompleta. A criança, cita ela como exemplo (1997), portanto, é pensada como o não completo, como o vir-a-ser, que só pode tornar-se humano na sociedade.

“Nessa fórmula, cultura significa igualmente sociedade. A analogia inevitável é que cultura e linguagem são aprendidas da mesma maneira; versões da realidade impostas à criança que aprende. As pessoas alcançam uma compreensão maior de si mesmas a partir da cultura ou da própria linguagem, na medida em que refletir sobre as formas recebidas é apresentar a possibilidade de alternativas.

Contudo, a concretude da imagem - a criança que aprende - também dá margem a reflexão. Suponha-se que outra imagem é posta em seu lugar, retirada do imaginário da vida real de povos, nesse caso, melanésios. Suponha-se que a pessoa infantil não seja considerada incompleta; suponha-se que não há nada a construir?

O poder da analogia estética entre culturas e textos é também a limitação de suas imagens (imagery). As culturas/sociedades - tal como as pessoas - são percebidas como compostas e para sempre no processo de assim o serem. Para os estudiosos que têm de compor seus relatos, isso pode ser uma percepção inevitável. Porém, temos de nos esforçar para que isso não esconda completamente situações em que povos ajam com base em percepções diferentes.” (1997:42)

Levar esta proposta a sério é dar novos rumos e possibilidades teóricas à antropologia das relações etárias, como já deu novos rumos à antropologia *mainstream*. Digo antropologia das relações etárias porque, então, já não caberia sequer usar o termo criança sem uma devida problematização, a ser feita caso a caso. Também o termo antropologia das relações etárias não seria suficiente para abarcar a multiplicidade de concepções e cosmologias possíveis acerca daqueles seres que nós, ocidentais, consideramos como tendo nascido há um tempo relativamente pequeno¹⁸. Trazendo o exemplo da Melanésia como cultura

18 Aqui, por exemplo, caberiam considerações sobre tempo e temporalidade. A discussão sobre como nomear as antropologias que têm como principal foco o que chamamos de crianças e adolescentes merece reflexões teóricas e antropofilosóficas profundas, as quais pretendo destrinchar em trabalho posterior.

completa, em que a transformação se dá dentro do espectro, Srathern procede à análise da diversidade da construção de categorias.

Partindo da proposta de não reduzir o outro ao meu olhar sobre ele, e mais ainda, de deixar falar, junto com a minha voz, as vozes dos sujeitos com quem estudei e construí todas as considerações acima, exponho agora as categorias, análises e conceitos sobre situações e relações etárias a que procedem os/as integrantes da Galera do Gramado.

De muleques e bacuris: as reflexões analíticas, os conceitos e as categorias.

*“Solto pipa, jogo bola
E me amarro em bola de gude
Gosto de rodar peão
Sou Yuri Juventude
Fico doido quando vejo
As gatinhas rebolar
Sou novo mas não sou bobo
Quero ver você dançar”*

(Yuri Juventude, 8 anos de idade. Yuri Juventude, funk carioca)

Quando resolvi estudar meninos e meninas de rua, talvez na esteira do que Nunes e Silva(2002) apontam como “estudos de infância em risco”, uma de minhas perguntas principais, que já levei formulada dos bancos da UnB, dizia respeito à infância. Quais seriam as visões sobre infância produzidas e ressignificadas na rua por estes sujeitos.

Obviamente, outras perguntas e respostas foram surgindo no campo e para além dele, tais como as considerações sobre liberdade, esperteza e valentia. As questões sobre categorias etárias foram aparecendo aqui e acolá, sem uma pergunta específica. Conceitos como *muleque*, *otário*, *bodinho*, *marmanjo*, *neném*, *bacuri* apareciam como importantes para as identidades dentro e fora da Galera, sem uma formulação expressa e específica da importância da noção de infância, ou de quando do uso do conceito de criança, por exemplo.

Ser ou não criança não me pareceu, a princípio, uma questão crucial que eles se punham. Ao remontarem sua trajetória, não se referiram à idade como algo decisivo (a maioria das

vezes, só a mencionavam quando eu indagava), apesar de a questão do tamanho aparecer como responsável por impor respeito.

Quando perguntados diretamente se eram crianças, a maioria respondeu afirmativamente, dando para isto diferentes justificativas. Referências ao termo *de menor*, (que, segundo aponta Vianna(1997), aplica-se a determinados grupos de pessoas, que não carregam em si os mesmos exatos atributos correspondentes à visão de infância e criança construída a partir do século XVIII), em uma alusão direta às categorias jurídico-policiais e suas conseqüências, foram marcantes. Kelly, na época com 12 anos, por exemplo, disse que era criança porque era *de menor*, tinha que obedecer à mãe, e porque era a caçula da casa (interessante perceber como as relações etárias e a obediência- e porque não, ocasionalmente, a subjugação- são marcantes na auto-definição provocada por pergunta direta), enquanto Jackson, na época com 15, apontou como justificativa o fato de , quando preso, ser levado para a Delegacia da Criança e do Adolescente, não indo para o Complexo Penitenciário da Papuda, mas para o Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE). Ser criança é, em grande medida, ser menor, jurídica e socialmente.

Mais uma digressão: a ida para a delegacia aparece na fala dos meninos e meninas da Galera como certeza quase inexorável. Traçando um paralelo com o que Zigoni (2006)¹⁹ afirma sobre jovens negros pobres, para os quais a cadeia é uma destino tão palpável e provável quanto a faculdade o é para jovens brancos de classe média, as passagens por delegacias e casas de internação são tidas, pela Galera, como certas e praticamente inevitáveis. Resta-lhes, portanto, saber manusear as diferentes ocasiões em que isto pode ocorrer, e mais, ter meios e formas de saída ou inserção lá dentro²⁰.

19 *Naturalização do crime e do cárcere: a narrativa do Direito às avessas através do rap*, 2006, texto mimeo.

20 De outubro de 2003 a julho de 2007, quase todos os integrantes tiveram passagens pela delegacia ou pelo SOS criança, programa concebido para ser de atendimento aberto, mas que na prática é chamado de carrocinha. De ambos os lugares, só poderiam sair se acompanhados do responsável, papel desempenhado, algumas vezes, por mim. Outras vezes, acordos e barganhas com os agentes ou policiais permitiam a saída

Distinções entre criança e adolescente não ficaram claras, sendo opinião bastante disseminada que “*era tudo a mesma coisa, diferença é só assim entre alguém de dois, que é praticamente um neném, e alguém de doze*” (Kelly, 12 anos).

Fizeram questão, por outro lado, de apontar a diferença entre quem vive na rua e quem nunca sai de casa. Não acham que sejam crianças iguais, nem que sejam igualmente crianças. Segundo Terém, de 9 anos, “*Tem vez que acha que por que é criança é otário, mas muleque de rua não é otário, é mais esperto que muito marmanjo. De corpo assim, nós parece até criança, mas de cabeça óooooo*”.

Que o conceito de criança é uma categoria construída socialmente não é novidade. Desde os estudos de Ariès (1986), sobre a construção da categoria de infância nos idos do século XVII, passando pelos estudos sobre as crianças no Brasil (Del Priore, 1999 e Freitas, 1997), temos em mente que pessoas recém nascidas não foram sempre consideradas crianças. Segundo afirma Luiz Fernando Dias Duarte (2001), a ideologia do individualismo cumpre um papel muito importante na construção desta fronteira rígida entre a razão e a não-razão, estabelecendo-se uma idade mínima e universal para o acesso à cidadania. “*O processo de ‘menorização’ da infância obedeceu assim a um mecanismo ideológico muito básico da própria configuração original do universalismo dos séculos XVII e XVIII: a definição de um patamar inicial do acesso à plenitude da condição de portador de direitos universais no próprio processo ontogenético*” (Duarte, 2001:12)

Neste sentido, os meninos e meninas da Galera não aceitam sua posição de crianças: não querem ser tutelados, e não aceitam estarem situados em uma posição relacional de subjugação frente aos adultos. Afirmam, então, serem crianças, sim, mas crianças diferentes: são donas de si, pensando-se e repensando-se continuamente, e tentando fugir aos mecanismos de controle e submissão.

Ao mesmo tempo, admitem ser crianças por se perceberem dentro das categorias sociais vigentes: são crianças por irem para o Cajé, crianças por serem *de menor*. Não vêem

problemas em serem chamados de criança, e sim em serem confundidos com quem eles chamam de *filhinhos de papai*, ou, pior ainda, de *bodinhos*, os também conhecidos como crianças e adolescentes de classe média e alta. Também fazem questão de se diferenciarem das crianças *de família*, que obedecem e se submetem ao mando parental.

As referências às categorias *criança e adolescente* foram importantes para que eu pudesse entender os conceitos com que os meninos e meninas da Galera pensavam seu mundo, estranhos a mim. Neste caso, *criança* seria uma categoria de experiência próxima tanto para mim quanto para eles, apesar de diferencialmente significada, enquanto *muleque, bacuri, neném, otário e bodinho* seriam, para mim, categorias de experiências distantes, só acessíveis por meio da primeira (Geertz, 1978).

Com o passar do tempo, pude ir entendendo, mesmo que parcialmente, como estas categorias eram usadas, e o que estava imbricado ali. Mais do que isto, os muleques da Galera foram me guiando pelas noções e conceitos que queriam ver explicitados, em torno de um eixo semântico e axiológico específico, a saber, a sexualidade.

Buiú, 10 anos, foi o primeiro a explicitar, para mim, que “*a diferença(entre a criança e o adolescente) é que o adolescente é mais perto do adulto, já trepa e tal*”, diante do que foi alvo de piadas e gozação: “*ah, não, Buiú, a única criança que não trepa aqui é tu, que fica só na bronha*²¹. *Também, quem ia querer te dar, tu é feio pra porra*” (Christiano, 9 anos). Ao se instaurar a discussão acerca do exercício da sexualidade com um outro (em outras palavras, considerações sobre quem *trepava* com quem), todos os presentes, com exceção de Buiú, afirmaram *trepas*²², e bem.

21 Masturbação.

22 *Trepas* é o verbo que a Galera usa para designar o intercuro sexual. Usá-lo-ei em toda a minha dissertação, por julgar ser o termo que melhor abarca o sentido do que quero expressar.

Logo na primeira proposição de discussão sobre infância, a sexualidade²³ é problematizada pela Galera, em uma fala que a separa do universo infantil, como o faz o pensamento social ocidental hegemônico (talvez devido à impossibilidade de reprodução, ou ao desligamento do sexo da manutenção da família. O fato é que a relação sexual é tida como uma prática de adultos, ou, no mínimo, de adolescentes). Comportamentos jocosos dos outros integrantes, porém, desautorizam-na, e revelam a importância de *tregar* para a construção de si dentro da Galera do Gramado. Em uma conversa alguns dias após o episódio, Socorrão, de 12 anos, afirma:

“Tregar, todo mundo trepa, porque vontade dá em todo mundo. Tem é que saber fazer a coisa. Não adianta vim pra cima com aquele 171, aquela coisa toda, porque bicho solto é outra coisa. Neném de casa até quer, mas não sabe não. (...). Caso de não querer mesmo, de não gostar, não conheço não. Acho que só se for broxa mesmo, ou tiver tido trauma. O Buiú é porque é um besta. Mas não dou dois meses pra ele com esse cabaço“

O exercício da sexualidade se dá porque são crianças diferentes, que sabem mais das coisas, e sabem mais das coisas exatamente porque *trepam*. A reputação e o respeito reconhecidos são valores importantes para os meninos e meninas do Gramado. É preciso impor e inspirar respeito, e a sexualidade é um dos mecanismos utilizados para tanto.

Os integrantes da Galera se definem como muleques, tanto homens quanto mulheres.

Também utilizam o termo quando vão falar sobre um terceiro não previamente estigmatizado como *bodinho*, *otário* ou *garoto de família*. Ao perguntar o que é muleque, as respostas trazem referências a pessoas que não devem obediência a autoridade específica, sozinhas e espertas

“que pergunta imbecil, hein, tia? Muleque é bicho solto, é o povo que nem nós, que é esperto de se virar, de não abrir as pernas. Muleque vive

23 Aqui, no sentido de conjunto de fenômenos da vida sexual, especialmente no que concerne a práticas sexuais com um (ou vários) outro.

sozinho, ou com os chegado, mas sem essas porra de obedecer e ser coitado (...)Ah, e também muleque tem que saber trepar, senão a fama não fica boa pra nós. Se não sabe, é porque é otário disfarçando.” (Nino, 13 anos).

Quando perguntei se muleques eram crianças:

“aí, depende porque criança pode ser todo mundo, o cumpade ali pode ser criança. Agora, são crianças diferentes. Porque se tu olha pra um muleque tipo o Mauro, e aí vai olhar meu irmão, é outra história. Questão de saber se virar mesmo, de saber de coisa que os filhinhos de mamãe nem imagina, nem sonha que existe, e que muito marmanjo também não sabe não. Adianta nada ser marmanjão, ficar dando bobeira, e toma de gaifo um atrás do outro, toma *de* só se acabar na bronha, toma de ser otário. Muleque não, muleque é esperto. Se não fosse, não tava aqui.”(Nino, 13 anos).

Quando vão se referir às pessoas que conhecem que moram com as famílias, chamam-nas de *nenéns*, ou de *crianças de família*. Galego, na época com 12 anos, ao se referir aos *filhos de desempregados* (integrantes de famílias em situação de rua que ocupavam o Gramado oposto ao da Galera, na rodoviária do plano piloto de Brasília), afirma que são “*marca touca, aí, tia, que fica obedecendo os padrasto e vive em prisão*”.

Elegemos , pois, os/as integrantes da Galera e eu, como categoria etária a ser utilizada, o conceito de *muleque*: pessoas que podem ser consideradas, conforme a situação, como crianças, mas como crianças diferentes, espertas, que sabem mais. Não seriam, desde sempre, os *abandonados, vagabundos, delinquentes*, crianças diferentes (Vianna, 94)? Só que, aqui, os muleques são diferentes porque possuem atributos positivos que os outros não tem, como a esperteza, a sexualidade ativa, a liberdade e a coragem pra enfrentar o *mundo cão* das ruas.

Reconhecem no ser criança a obediência, o não saber e o não ter autonomia. Neném é o que não sabe (e daí a importância da conquista do saber). Neste sentido, o exercício da sexualidade é a liberdade.

Dentro da Galera, além dos muleques, existem também os *bacuris*, pessoas mais novas (com idades que variam entre 6 e 8 anos-A referência à idade serve apenas como um indicador, já que não é a responsável principal pela categoria.) e recém-chegadas à Galera, que ainda não trepam (considerando trepar a penetração vaginal ou anal), mas que se encaminham para tal. Trataremos mais cuidadosamente dos bacuris no capítulo que versa sobre sexualidade.

Os muleques da Galera estão implicados na noção de criança, por mais que se oponham a esta noção. Constróem a suas idéias sobre muleques, nenéns e bacuris presos também na concepção. Ao mesmo tempo em que não são crianças porque sabem, têm autonomia, são menores porque obedecem, em casa continuam criança, mas se viram. A liberdade é, pois, uma categoria adulta.

Capítulo 2: Os muleques da Galera: meninos e meninas em situação de rua

A expressão “meninos de rua” foi primeiramente utilizada, no Brasil, em 1979, por Rosa Maria Fischer Ferreira, conforme indica Maria Filomena Gregori (2000), vindo substituir termos como menores carentes, desassistidos e miseráveis. Desde o final do século XIX, estudos de juristas como Evaristo de Moraes (*Crianças abandonadas e criminosas*, de 1900) e Cândido Nogueira da Motta (*Menores delinqüentes e seu tratamento no estado de São Paulo*, de 1909) já apontavam a preocupação da sociedade com crianças deslocadas de seu papel social na família. Desde então, o tema é uma constante no pensamento social brasileiro. Como aponta Vianna (1997):

“A produção acadêmica, sociológica, antropológica ou mesmo historiográfica sobre temas relacionados à menoridade desenvolveu-se estreitamente ligada a preocupações com as formas de intervenção ou de diagnóstico possíveis frente a algo percebido como um problema social”. (1997:20).

A problemática das crianças em situação de rua, separadas de suas famílias, se faz presente e forte no panorama brasileiro desde o final do século XIX. Mesmo antes disto, porém, desde 1726, a questão das crianças abandonadas era visível pela presença de instituições, feitas segundo o modelo europeu, de abrigo a abandonados, chamadas de Rodas dos Expostos, como indica Maria Luiza Marcílio (1997).

A Roda dos Expostos foi, por mais de um século, a principal instituição de assistência às crianças abandonadas no Brasil. Baseada nos princípios de caridade cristã e dirigida pela Santa Casa de Misericórdia, com subvenções da Câmara Municipal, esteve presente nas principais cidades da Colônia e do Império. Na época colonial, a municipalidade tinha a obrigação de amparar toda criança que fosse abandonada em seu território. A presença da Santa Casa na cidade, contudo, isentava a câmara da responsabilidade por estes abandonados (então chamados de expostos). Atingida certa idade (em alguns casos 7, em

outros 12 anos), a municipalidade parava de pagar por estas crianças, que poderiam então ter seu trabalho explorado de forma remunerada, ou em troca de casa e comida. A questão da Roda dos Expostos é delimitadora de um contingente de abandonados deslocados da sociedade, vistos desde então como párias.

Em meados do século XIX, ganha força uma campanha, encabeçada pelos médicos higienistas, para a abolição das rodas dos expostos, devido ao alto grau de mortalidade nestas casas. As últimas Rodas foram extintas em 1950 e estima-se que mais ou menos 42200 crianças tenham passado por seus cuidados nestes mais de dois séculos.

No final do século XIX, a abolição da escravatura, o advento da república e a crescente urbanização e industrialização das cidades brasileiras mudaram o panorama nacional. Um grande contingente de mão-de-obra imigrante, sub-remunerada e livre chegava ao país, primeiramente atraído pelo trabalho no campo, depois indo diretamente para as cidades. A população urbana pobre aumentava exponencialmente e, em pouco tempo, um terço das habitações de São Paulo era formada por cortiços (Kowarick,1988) .

O trabalho nas fábricas era valorizado, tendo-se em mente o momento de construção de uma nova pátria, de trabalhar para o progresso. O trabalho era associado à honestidade e à construção de uma personalidade útil para o país. Ao mesmo tempo, a quantidade de crianças e adolescentes que ocupavam as ruas preocupava autoridades e a população, principalmente de classe média. Como indica Marco Antonio Cabral dos Santos em seu artigo sobre criança e criminalidade no início do século (1999), em 1898 publicações voltadas para a formação de *moças da sociedade* tratavam da ameaça crescente das crianças “vagabundas” que perambulavam pelas ruas, atrapalhavam a ordem e iriam se tornar (se já não o eram) criminosas.

No início do século XX, crianças aterrorizavam a sociedade por andarem pelas ruas, sem destino certo nem ocupação comprovada, o que se caracterizava como prática de vadiagem, punida com encarceramento. Até 1902, as crianças e adolescentes eram, muitas vezes, encarcerados em penitenciárias, por falta de instalações próprias, já que as instituições

disciplinares particulares para menores não queriam ficar marcadas por receberem delinqüentes.

Estatísticas e escritos de juristas do início do século apontam que as prisões de menores de idade eram freqüentes, apesar de estes responderem por delitos menos violentos (em sua maior parte, por vadiagem). Candido Motta, em seu estudo datado de 1902, aponta que, nas cidades, por ser o trabalho mais leve e as tentações maiores do que no campo, mais menores estão envolvidos em crimes (Santos,1999).O aumento da criminalidade era imediatamente associado à corrupção da infância, que trazia em si a semente do amanhã.

O código penal da república, de 1890, estabelece como medida para a correção destes *pequenos vagabundos* o que se chamou de pedagogia do trabalho. As crianças e adolescentes eram mantidos em instituições de ensino e correção, onde, pelo trabalho forçado, aprenderiam a corrigir a personalidade e a ser úteis para a nação, abandonando a criminalidade e a vadiagem. Até hoje, o fato de não trabalhar está ligado, mesmo que em menor escala, à criminalidade; “quem não ocupa a mente com trabalho, acaba ocupando-a com o crime”. Dentro desta lógica, meninos e meninas de rua, que não estudam nem trabalham, estão muito mais propensos a entrar no mundo do crime.

Neste sentido, os vagabundos, abandonados e delinqüentes não são *crianças*, mas sim *menores*, como aponta Vianna (1997). Não carregam as expectativas sociais em torno da infância, mas outras, encerradas e produzidas pelo termo *menor*.

Nesta trajetória, pode-se observar a substituição da caridade privada, baseada em princípios cristãos, pela responsabilidade do Estado em relação aos que habitam as ruas. O que passou a ocorrer foram intervenções do Estado para conter a *delinqüência* das pessoas pobres. Segundo afirma Passetti (1999), a caridade privada cede lugar a ações governamentais. Dentro da lógica do Estado de Bem Estar, condensa-se, em 1923, o regulamento de proteção aos menores abandonados e delinqüentes por parte do Estado. Em 1927, com o Código de Menores, o Estado responde como responsável pela situação de abandono e como aplicador dos corretivos ao comportamento delinqüente. O propósito é acompanhar o

indivíduo perigoso com tratamento médico e medidas jurídicas. Educa-se pelo medo ao aplicar políticas de internação para crianças abandonadas e infratoras (o trabalho de Adriana Vianna sobre menores e a polícia na década de 10-20 aponta como o processo já vinha ocorrendo desde então, com instituições correcionais como os patronatos agrícolas e os centros corretivos).

Propostas e pesquisas levadas a cabo entre 1921 e 1964 (como a leitura do recenseamento escolar de Sampaio Dória, em 21, e os relatórios da UNICEF sobre *A situação mundial da infância*, de 55, e sobre *A infância nos países em desenvolvimento*, de 64), apontam como política preventiva global contra o desamparo da infância o desenvolvimento econômico e o combate à pobreza. Como as crianças que habitam as ruas são pobres, as condições precárias de sobrevivência seriam as principais responsáveis por impeli-las para as ruas: nada mais eficaz, então, do que combater a pobreza globalmente.

Com a ditadura militar, a partir de 64, começa a era do Estado de bem-estar, e instaura-se a Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBM), que tem por objetivo “*romper com a prática repressiva anterior criando um sistema que considerasse as condições materiais de vida dos abandonados, carentes e infratores, seus traços de personalidade, o desempenho escolar, as deficiências potenciais e as de crescimento*” (Santos, 1999:357). A proposta é oferecer um tratamento biopsicossocial multidisciplinar para reverter a *cultura da violência*, proposta principal da Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor (Funabem).

Neste ponto, todas as crianças e adolescentes eram considerados judicialmente menores de idade, mas apenas aqueles de classe baixa (e, portanto, potencialmente perigosos por estarem expostos à cultura da violência) eram chamados de menores, o que foi explicitado com o Código de Menores de 79, que atualizou a PNBM, como apontam Marcílio (1997) e Passetti (1999).

Segundo Freitas (1997) existem dois tipos básicos de autoridade argumentativa no tocante ao estudo da infância no Brasil, quais sejam, a ciência e as apreciações oficiais, governamentais ou não. Até a década de 70, o Estado dominava, em larga medida, a

produção de saberes nesta área.

Na década de 70, a infância desvalida passa a ser tema de estudos das ciências sociais (aplicadas ou não) que buscavam bases teóricas para subsidiar práticas do Tribunal de Justiça e do Juizado do Menor. Assim, a questão deixa de ser solucionar o problema social dos meninos e meninas de rua por meio do encarceramento, e começa a ser o interesse pelas condições da infância pobre no meio urbano. A reformulação do termo *menor* acontece no final da década de 70, com o surgimento do termo *meninos de rua*, que se refere a crianças marginalizadas, não internadas em instituições, que vivem em grupos no espaço público (Alvim & Valadares, 1988)

Em 1990, é consolidado o Estatuto da Criança e do Adolescente, no qual existe um esforço, ao menos em nível normativo, de tomar a criança como sujeito de direitos, não subsumida à harmonia familiar (ao menos, não completamente). As unidades de encarceramento seriam, então, substituídas por programas de atendimento em meio aberto, para auxílio, educação e orientação de emprego para crianças em situação de rua, e a internação passa a aparecer apenas como última medida para os jovens infratores.

Passetti (1999) aponta que, com a transformação do Estado de Bem-Estar, a responsabilidade e o poder sobre as crianças de rua deixam de cair somente sobre o Estado, proliferando-se o número de Organizações Não-Governamentais ocupadas do assunto. No início do século XX, as responsáveis pelos *delinqüentes* e *pivetes*²⁴ eram a caridade e filantropia privada. Depois, o Estado passa a se responsabilizar pela disciplinarização destas pessoas, e, finalmente, a partir dos idos de 90, a responsabilidade é retirada do Estado, desempenhando este um papel de intervenção mínima. Este movimento é acompanhado pelas nomenclaturas que correspondem às crianças deslocadas de suas famílias: de vagabundos a delinqüentes, de delinqüentes a menores, de menores a meninos e meninas de rua.

24 Nas palavras de Vianna (1997:118), sobre o termo *pivete*: "*Espécie de fusão de todos os outros termos classificatórios, ele indicaria o reconhecimento de um personagem social que, uma vez identificado, dispensaria explicações mais particularizantes*".

Os estudos sobre a família proletária do final dos anos 70 e início da década de 80 caracterizaram-se por pertencerem a correntes marxistas que enfocavam a família sob a perspectiva de sua inserção no contexto capitalista de produção. As famílias eram consideradas como unidades básicas de consumo, como unidades básicas de rendimento, cuja organização interna era a garantia de sobrevivência material (Macedo, 1979 e Fausto Neto, 1982). Os estudos propunham-se a analisar a família inserida no mercado de trabalho, sem muita ênfase aos outros aspectos simbólicos da vida em comunidades proletárias. Neste sentido, o trabalho de Hoggart (1977) serve como divisor de águas, ao se preocupar com os costumes e as atividades não relacionadas ao trabalho de comunidades proletárias inglesas. Entra em discussão, então, a idéia de “cultura da pobreza”, termo cunhado por Oscar Lewis (1978), que busca caracterizar os pobres não pela falta de atributos, mas por atributos específicos a eles, tais como características sociais e psicológicas, como o recurso freqüente à violência, sentimento de resignação e fatalismo, crença na superioridade masculina, e assim por diante. A partir daí, muda-se o rumo das pesquisas antropológicas sobre os pobres, que passam a se preocupar com a caracterização dos mecanismos e práticas simbólicas específicas destes grupos.

Os estudos sobre os mecanismos de trocas e sobrevivência entre e intra famílias em comunidades pobres apresentam-se mais interessantes ao nosso propósito. Redes de troca e cooperação, envolvendo regras de doação e reciprocidade, entre amigos e parentes em um gueto negro americano foram estudadas por Carol Stack (1975), enquanto Cynthia Sarti (2003) ocupou-se de um estudo sobre a moral dos pobres a partir de uma comunidade na periferia de São Paulo, e Cláudia Fonseca (2002) tratou da circulação de crianças em famílias de lugares como São Paulo e Rio Grande do Sul. As autoras apontam as redes de troca e a reciprocidade como valores fundamentais na estruturação econômica e simbólica dos nativos estudados, dependentes deste círculo de dádivas para a própria sobrevivência material.

A *troca de crianças* entre os membros de uma mesma família (ou seja, a delegação de cuidados parentais – incluindo a moradia e o sustento – a outros membros da comunidade – especialmente da família materna) figura como prática comum e estratégica para a

sobrevivência das famílias de baixa renda (Sarti 2003, Stack, 1975). O conceito de família também é discutido por estas autoras, que mostram que a família nuclear não é o padrão entre as comunidades pobres, mas sim as interações constantes com a família extensa, e mesmo que de outra maneira, com os vizinhos e amigos.

Este hábito de circulação de crianças entre diversos núcleos familiares (por ocasião de novos casamentos dos pais, novos empregos e locais de trabalho, dificuldades financeiras ou morte destes) pode ser considerado como o precursor do que Gregori (2000) chama de circulação de meninos/as de rua, ou seja, as idas e vindas entre os diferentes espaços, públicos ou privados, já que talvez os laços familiares sejam concebidos de maneira diferente pelos meninos e meninas durante suas estadas em diferentes lares, conjugando-se à tentativa de liberdade, encontrada na rua. Concebidos diferentemente, mas não cortados, posto que se verificam, entre os meninos da Galera, voltas rotineiras às casas da família, principalmente da mãe.

Gregori (2000) baseia sua análise do universo dos meninos e meninas de rua em duas categorias básicas: a *circulação* entre espaços, as idas e vindas da rua para casa, e a *viração*, a adoção de múltiplas identidades em múltiplos espaços. Assim, os meninos de rua modificam suas posturas nas diversas situações às quais se submetem, sendo crianças quando é necessário, agressivos quando se requer isto, e assim por diante, assumindo identidades diferentes dentro e fora da Galera.

“O caráter dúplice da viração – estratégia ao mesmo tempo de sobrevivência material e mediadora de posicionamentos simbólicos – exige que o menino de rua aprenda a lidar com os diferentes tipos de imagem elaborados sobre ele e que essas imagens façam sentido nas relações que ele estabelece com o mundo e com seus pares” (2000:31).

Assim, os meninos e meninas da Galera viram criança e viram adolescente, viram drogados e carentes, viram trombadinhas e amigos dos comerciantes, viram indivíduos em busca de liberdade e viram crianças que querem voltar para casa no natal.

Os estudos sobre infância e adolescência têm se tornado tema cada vez mais notório nas ciências sociais, tanto pelas categorias específicas de análise (culturas da infância e culturas juvenis, por exemplo), como pelos contextos e debates jurídicos modernos, promulgadores e orientadores de direitos próprios a esta fase da vida. A definição de *sujeitos de direito* aparece como paradigmática para o reconhecimento das crianças e adolescentes como agentes de identidades individuais e sociais, e não como seres humanos em processo de desenvolvimento universal e naturalizado.

Procedeu-se à construção político-acadêmica de uma singularidade infantil, que abarca seu caráter protagônico na vida social, como:

“Construtores de história, de discursos, de narrativas, de símbolos, de significados que organizam formas orgânicas de explicação do mundo legitimamente instituídas e que posicionam suas interpretações sobre a complexa relação entre natureza e cultura. Tal singularidade adquire novos contornos com a visibilidade de criança e adolescente como sujeitos jurídicos em novas lógicas de reconhecimento cidadão de suas especificidades como sujeitos sociais em formação”. (Valderrutén, 2005:72. Tradução minha).

Também a formação das identidades dos jovens transgressores passa a ser percebida e discutida de outra maneira. Os discursos médicos e deterministas, segundo os quais a pobreza (e sua *cultura da violência*) determinaria a identidade infratora, perdem espaço para explicações muito mais preocupadas não só com a conjuntura social, mas que também levam em conta as especificidades individuais, as redes de relacionamento e a ligação entre crime e globalização, como aparece em Zaluar (2000). A questão da formação da identidade do infrator é tratada por Assis (1999), que se preocupa em traçar o perfil de infratores institucionalizados, contrastando-os com o de seus familiares (irmãos e primos) não infratores. A autora trata sobre como indivíduos criados no mesmo ambiente agressivo, muitas vezes marcado pela violência doméstica, podem responder de modo diferente aos apelos da criminalidade (desestruturando, por conseguinte, a hipótese de causalidade

imediate e unívoca). Trata da questão da violência como transgressão da norma. Sobre o mesmo tema, Gregori (2000) afirma que somente na aparência é que os atos de violação ou transgressão revelam um caos lógico. Apresentam na verdade uma busca pela transposição para um mundo não convencional, que tenha o poder de incitar ou provocar reações.

Deste modo, o eixo ordenador dos estudos sobre crianças de rua deixa de ser o controle da criminalidade, e passa a ser tanto a compreensão das lógicas familiares quanto a tentativa de analisar a situação e o simbólico de meninos e meninas de rua.

Mas mesmo o termo *menino/a de rua* suscita bastante ambigüidade. Segundo Silva (2000), este é “*um termo abrangente que designa meninos, meninas e adolescentes, 1) cujos vínculos familiares são cíclicos, 2) permanentes ou 3) rompidos, e que, em decorrência ocupam a rua 1) intermitente, 2) temporária ou 3) permanentemente*” (Silva, 2000:40) .

Tal distinção não consegue abranger a complexidade da situação, como indica Gregori (2000), já que, mesmo entre aqueles meninos e meninas que têm uma história de rua mais longa e convívio familiar esporádico, os laços familiares não se desfazem, e as idas à casa são fenômenos comuns. Deste modo, a família dos meninos e meninas de rua está inscrita neles e nelas, seja pelas violências que sofreram, seja pelos laços de afetividade com a mãe (Gregori, 2000), seja pelos valores anteriores à rua e os nela ressignificados. Tornou-se, então, importante estudar as famílias para compreender a situação dos meninos e meninas de rua.

Cabem aqui algumas considerações. O estudo de crianças e adolescentes fora de suas unidades familiares é incipiente, no Brasil e fora dele devido ao que eu tendo a chamar de *família como bem antropológico*. Família é um bem social de longa duração, e por isso, talvez tenha se constituído como um bem antropológico sobrelevando-se ao devir da criança como tal. É por isso também que mesmo no ECA que institui juridicamente a idéia de criança extraditando o conceito de menor, ele ainda assim permanece na operacionalidade dos conselhos tutelares, da assistência social e das praticas policiais. Por mais que exercícios de legitimação das crianças e adolescentes para além da família

venham sendo feitos, parece ser incompleto o estudo que não abarque suas famílias. Talvez por elas estarem ligadas ao domínio do privado, ou talvez pela separação da família parecer por demais artificial.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que entra em vigor em 1990, tem por proposta tomar as crianças e adolescentes como indivíduos e lhes assegurar todos os direitos inerentes à pessoa humana. Mas mesmo o ECA traz em si marcas de que a criança continua sendo um indivíduo dependente da totalidade da família. Apesar de garantir, no Capítulo II, Artigo 16, o direito de *“ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais”*, possibilitando e dando certa legitimidade aos chamados atendimentos em meio aberto, ou seja, programas dos quais meninos e meninas de rua são alvo nas próprias ruas, ou em espaços fechados, mas em que está garantido seu direito de deixar o programa conforme sua vontade, o ECA preocupa-se mais detidamente em garantir o direito da criança a uma família, seja ela substituta ou não, e, se isto não for possível, a programas de abrigo em instituições estatais ou não. A menoridade intelectual das crianças lhes impõe uma condição de indivíduo subordinado, de vontades subordinadas. No artigo 28, por exemplo, que trata da colocação da criança em família substituta, lê-se no parágrafo primeiro ***“Sempre que possível, a criança ou adolescente deverá ser previamente ouvido e sua opinião devidamente considerada”*** (grifo meu). No artigo 45, que trata da adoção, lê-se no parágrafo segundo ***“Em se tratando de maior de doze anos de idade, será também necessário o seu consentimento”*** (grifo meu).

Esta duplicidade, este poder falar e não poder falar, talvez seja decorrente do vir-a-ser que determina a categoria de criança. A criança é o que não é adulto, mas que o será. E deste modo, tem por marca a falta de características adultas. E o *desenvolvimento* da criança em adolescente ameniza (mas não anula) esta falta. Discursos psicológicos debatem sobre em que momento se passa da infância à adolescência, e servem, em larga medida, para justificar a falta de voz infantil: ainda não são maduros o suficiente. É interessante notar que o marco para a necessidade do consentimento é 12 anos, idade em que, segundo o próprio ECA, começa a adolescência.

Neste sentido, a criança ainda estaria, em certo sentido, reduzida à família. Invocando as considerações de Lia Machado sobre a família considerada como bem jurídico (2007), é pertinente observar que em nome da harmonia familiar, permite-se a violência. Como aponta a autora, na esfera jurídica, para valorizar a harmonia familiar, há uma negação dos conflitos e dos direitos e valores individuais.

Toda vez que o direito penal toca na família, faz com que os direitos individuais sejam subsumidos ao bem jurídico da família. Não há, deste modo, direito individual dentro da família, para a jurisprudência brasileira. As tensões, os conflitos, violências e hierarquia entre os direitos masculinos e femininos, de adultos e criança (daí a idéia de castigo) são invisibilizados em favor da noção de harmonia familiar. Neste sentido, o marido é o poder pátrio, e a obediência seria valor em uma hierarquia vivida em tensão.

Neste sentido, o Estatuto da Criança, a Lei Maria da Penha (de coibição da violência doméstica, de 2006) e o Estatuto do idoso são interpretações jurídicas sobre leis recentes, prevalecendo ainda a antiga forma de pensar. Nas palavras de Machado (2007):

“O bem jurídico da harmonia familiar favorece a imposição sobre as mulheres de um 'modelo de virtude' que lhes interdita a autonomia e as destina à obediência e à correção física e psíquica. Mesmo que continuamente agredidas, são elas que deveriam silenciar e manter ironicamente o modelo de virtude da harmonia familiar.

Quanto às novas Constituições Nacionais e às novas legislações latino-americanas sobre violência, são elas que asseguram os direitos à autonomia individual e aos direitos iguais entre homens e mulheres.

Fossem os direitos individuais à autonomia e à integridade física e psíquica prevaletentes na implementação institucional das leis seriam os arranjos familiares que deveriam se compatibilizar com o respeito aos direitos individuais. Tal é o espírito, por exemplo, do entendimento de arranjos familiares no âmbito da nova Lei Maria da Penha, Lei n 11340, de 07 de agosto de 2006. O artigo 3 estabelece que '*Serão asseguradas às*

mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária'. O parágrafo 2 do artigo 3 afirma: *'Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput'*'. Nesta nova legislação, são as famílias que devem se organizar respeitando os direitos individuais dos seus membros.

A análise da questão da violência contra a mulher e do seu enfrentamento devem se fazer à luz das tensões entre valores tradicionais e modernos, tensões que sofrem uma contínua reinterpretação de uns valores pelos outros, em mão dupla. Estamos diante tanto de avanços obtidos na idéia de tornar ilegítima a violência contra a mulher quanto diante da produção e reprodução de resistências, no seio dos organismos judiciários e na diversidade de 'senso comum' dos valores sociais." (Machado, 2007:9-10).

Assim, apesar de reconhecer e em certo sentido legitimar a existência de meninos e meninas de rua, o ECA prioriza o direito à família. É como se os meninos e meninas só atingissem os direitos cidadãos por meio de um adulto²⁵. Os meninos e meninas de rua só conseguem sua individualização por meio da violência: ou porque são vítimas de violência familiar, e, portanto, não podem mais depender de seus responsáveis-algozes, ou porque são vistos como ameaça à ordem pública, ou como perpetradores da violência, e, portanto, alvos de políticas públicas do Ministério da Justiça. Aqui é interessante notar que, exceto pelos trabalhos de educação sexual, o parceiro governamental em projetos com ONGs que trabalham com meninos e meninas de rua é o Ministério da Justiça. No que concerne às crianças e adolescentes pobres, o Estado ressignifica a linguagem de direitos universais a partir de lugares hierarquizados de classe, gênero, etnia, etc. A família tanto pode exigir

25 E é neste sentido que pretendo demonstrar que agem as políticas públicas de saúde voltadas para a infância, que sempre pressupõem a presença e interlocução do serviço de saúde não com a criança, mas com seu responsável (preferencialmente a mãe).

auto-gestão, quanto ser célula de políticas públicas. Por outro lado, conforme Valderrutén (2005), indivíduos podem recorrer ao estado para declararem independência ou proteção com relação à família.

Meninos e meninas de rua são uma população com poder de contágio exatamente por estarem fora da ordem (Douglas, 1976). *Devolvê-los* às suas famílias seria restabelecer esta ordem e colocá-las de volta dentro do espaço privado. Em suas considerações sobre moradores de condomínios horizontais de classe média, Moura (2007) aponta que:

“Se, para alguns, morar num condomínio é um sinal de ascensão social, para outros o condomínio é um refúgio em um mundo onde não é mais possível identificar quem é quem. O maior perigo, então, passa a ser a indistinção ou, nos termos utilizados por um morador vindo do Rio de Janeiro, a 'mistura', responsável por toda a 'desordem' do mundo atual. É claro que os estudos de Mary Douglas (1976, 1992) gritam aos ouvidos de uma antropóloga que se depara com essa situação: o perigo é o inclassificável, ou melhor, o inclassificado e o próprio ato de classificar também propicia 'segurança'. Esse binômio segurança/insegurança, relacionado à localização social em termos de status aparece em outros estudos sobre condomínios fechados no Brasil e gated communities nos Estados Unidos (Silva, 2003; Roberts, 2002; Caldeira, 2000; Low, 2003; Macedo, 2002, Blakely e Snider, 1997).”

Portanto, o próprio classificar o *menor* como tal já é agente de controle de risco e perigo, antes mesmo das medidas profiláticas cabíveis, como também aponta Vianna (1997) em seus estudos sobre polícia e minoridade na década entre 1910 e 1920. Moura (2007) afirma ainda que a linguagem *da* violência, utilizada pelos moradores dos condomínios para justificar em parte sua opção, localiza e traduz medos difusos. Pode-se dizer que o controle da violência se dá com a própria violência direcionada às *pessoas certas*. Assim,

“Por exemplo, o fato de uma criança que invadiu a casa de vizinhos estar quase deformada de tanto apanhar não causa espanto pela violência.

Muito pelo contrário, purifica os responsáveis pela criança que, já tendo batido, não têm mais nada a fazer para corrigi-la. O fato de ser de conhecimento geral que algumas mulheres apanham também não faz com que as pessoas sintam que vivem em um ambiente violento, apesar de algumas mulheres terem um certo medo de um senhor que agride a esposa e fica bebendo cerveja no jardim fazendo insinuações para transeuntes do gênero feminino”. (2007:13)

Mais uma vez, a família aparece como bem moral e jurídico, sobre o qual o homem provedor deve exercer seu poder de ensinamento, controle e castigo (Machado, 2005).

Cabe aqui uma digressão: segundo aponta Moura (2003), um dos grandes motivos alegados pelos moradores de condomínios horizontais de classe média para ali morarem é a *liberdade* dos filhos. Enquanto aqui, a liberdade (na perspectiva dos pais) das crianças está em mantê-las em um espaço o mais familiar e controlável possível, na Galera a busca pela liberdade, na perspectiva dos muleques, está em sair da família como único lugar possível de existência, como lugar de obediência.

Depois destas considerações iniciais, passo de menores e meninos de rua como conceitos para os muleques do Gramado em si, como me levaram (e foram levados) da rodoviária do centro da cidade para outra região administrativa de Brasília, e como o tempo da rodoviária, como tempo da fartura, se faz presente no tempo da penúria de Laranjais.

Antes, porém, fazem-se necessárias algumas considerações sobre raça/cor. A maioria dos integrantes da Galera (18 entre os 27 que falaram sobre o assunto), quando perguntados, consideram-se *pretos, pardos, cor de formiga, queimadinho, mulato, moreno forte, moreninho*, conceitos que seriam arroladas, por pesquisas demográficas populacionais quantitativas (como o censo do IBGE) como fazendo parte da categoria *negro*.

Vianna (1997) aponta, no que tange à menoridade no cotidiano policial entre 1910 e 1920, para o respaldo da idéia de raça no pensamento científico da antropologia física, versando a

formação policial sobre o paradigma racial dos criminosos natos. As categorias branco, pardo e preto são as que mais aparecem, a partir do reconhecimento visual dos agentes de polícia. Entre as reflexões que a autora apresenta, a cor aparece como elemento importante na escolha do destino do menor detido/recolhido: há mais negros nos locais destinados a *menores* menos passíveis de reforma, como a Colônia Correccional (que atendia principalmente a adultos), enquanto na Escola de Menores Abandonados a maioria é de brancos. A autora também aponta que os *menores escurecem* ao longo de seu contato com a polícia: as categorias de raça/cor utilizadas nos últimos contatos são mais negras do que as dos primeiros.

Meninos e meninas de rua são, em sua maioria, negros (como aponta, por exemplo, o censo de meninos e meninas de rua de Porto Alegre, feito em 1998). Não atentar para todos os significados que isto encerra é não considerar raça/cor como algo que perpassa todas as relações, assim como gênero.

O Gramado passado e presente.

Meu contato inicial na rodoviária se deu de maneira lenta. Descobri, por meio de contatos com famílias em situação de rua que também moravam na rodoviária, que os meninos e meninas chamados por estas famílias de *cheira-cola* se reuniam no Gramado oposto ao das famílias, em frente ao shopping center Conjunto Nacional, no Eixo Monumental, em determinados horários mais ou menos fixos (por volta das 2 da tarde- hora do almoço- e a partir das 5 e meia), vindos dos arredores, preferindo não circular pela rodoviária durante o dia.

O Gramado, assim denominado pela Galera, era seu ponto de referência básico.

Funcionava como local de encontro diário dos meninos e meninas, local de conversas, descanso, brigas, rivalidades, ou seja, palco de desenvolvimento de boa parte das relações entre estes.

Dentro do espaço da rua, o Gramado era considerado, pela Galera e por boa parte dos indivíduos que circulavam pela rodoviária, como território próprio dos “cheira-cola”. Via de regra, transeuntes desviavam, as famílias não se aproximavam e mesmo a polícia reconhecia o Gramado como espaço tomado (mesmo que só por alguns momentos do dia) pela Galera. O Gramado funciona como espécie de espaço privado dentro do espaço público que é a rodoviária, espaço privado este em que as intimidades têm oportunidade de se preservarem. Cochilos vespertinos, cenas idílicas, reuniões animadas eram cenas comuns. *“Esse Gramado assim, a gente finge que é da gente, eu sei que é só finge, mas pode até pensar. Melhor que o outro, que tem as famílias dos desempregados e nem tem nenhuma arvorezinha”*. (Paulinho, 11 anos, 2003)

Assim, minha aproximação e entrada no Gramado foram demoradas e cercadas de receio. Abordá-los quando no Gramado poderia ser visto como uma espécie de invasão de privacidade, como violação do espaço privado. O Gramado pode ser considerado o espaço de intermediação entre o *mocó* (lugar onde passam a noite, sozinhos ou em dupla ou trio, na maioria das vezes, e que não é revelado nos primeiros contatos, numa tentativa de preservação da integridade física e material) e a rua, as plataformas da rodoviária.

Depois de observar o Gramado e seus integrantes por quase um mês, resolvi finalmente adentrá-lo e abordar alguns dos meninos. No momento em que entrei, porém, começou uma briga entre Jackson, de 15 anos, e Boneco, de doze, com muitos chutes e palavrões, o que me fez voltar à rodoviária. No dia seguinte, porém, estando eu na plataforma superior, o Barriga (na época com nove anos) me abordou, e me perguntou o que eu queria no dia anterior. A partir deste momento, consegui entrar, mesmo que parcialmente, no Gramado simbólico, na área ditada pela rua e seus *cheira-cola*.

Durante meu tempo de convívio na Rodoviária, especialmente junto aos meninos e meninas da Galera do Gramado, apreendi a rua, ou o espaço público, como área de possibilidades múltiplas e muitas vezes díspares. O simples posicionar-se neste ou naquele lugar (como no caso da oposição entre gramados) pode determinar atitudes de

desprezo, simpatia, distanciamento ou medo. Ao rever meu diário de campo, percebi que apenas quando deixei de visitar o Gramado das famílias (depois do segundo mês de incursão) fui realmente aceita (ainda que como intrusa) pela Galera do Gramado.

As relações de pertença: as ruas, o Gramado, as casas.

“Amanhã não vou estar aqui, que eu vou pra casa pro natal”. Esta fala de Boneco é repetida pela maioria da Galera, a cada incursão ao Gramado, desde o início de novembro. Serve como uma espécie de referência, de demonstração de que eles têm, sim, família, e que seu contato com ela existe. O natal, como festividade importante que representa, para a maioria, a união da família, serve como mote para falar de casa, e para se referir a esta como esfera constituinte das identidades dos meninos e meninas de rua.

“Eu nasci foi pra bicho solto mesmo”. Esta frase, de Terém, revela uma outra face da construção da identidade dos meninos e meninas da Galera: são *bicho solto*, querem ser livres, independentes, circulantes. Continuam a ter a casa e a família como valor, mas se reconhecem como pertencentes à rua, à liberdade.

Terém, nove anos, estava, em dezembro de 2003, há dois meses sem voltar para casa, em Samambaia. Como vários outros meninos e meninas, Terém afirmava que iria voltar para casa, no natal, para visitar a família, principalmente a avó, e que pensava em ficar por lá um tempo:

“Vou encontrar minha vó. Quer dizer, mãe também, né, mas avó é melhor, que é mãe duas vez. (...) A última vez que eu fui lá (na casa da avó) tava minha mãe, minha vó e minhas duas irmã menores, uma de 7 e uma de 5 anos. Mas sempre vai e volta gente, que eu tenho é sete irmão, mais velho e mais novo”.

Podemos perceber, aí, a circulação de pessoas entre casas e entre núcleos familiares. Existe não só a circulação de crianças, mas também de pessoas adultas, parentes e agregados.

Como indicam Sarti (2003) e Stack(1975) , as redes de reciprocidade e mesmo a estruturação familiar não estão baseadas na família nuclear, mas sim em uma rede mais extensa que pode chegar a envolver vizinhos e amigos. *“A família pobre não se constitui como um núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência com apoio e sustentação básicos”* (Sarti, 2003:70).

Mais adiante, Terém afirma querer ficar em casa por um tempo, *“sair dessa vida de drogas, tentar ir pra escola. Eu queria mesmo era aprender a ler.”* Na fala de Terém, podemos ver a valorização da situação estável de menino de família, que vai à escola. Mostrar que tem família, e que pode voltar a ser um menino de família a hora que quiser é uma fala comum, que se constitui como valor. É importante para ele demonstrar que pode voltar para casa e para as pessoas que o amam.

Voltar para casa e ficar em casa são possibilidades, mas, especialmente a segunda, não necessariamente saem do plano do discurso. Terém foi, de fato, para casa para o natal, mas, em minha incursão a campo no final de janeiro, encontrei-o no Gramado, na companhia de uma irmã de 12 anos. O que ocorre é o inverso: em vez de uma pessoa ficar em casa, mais uma pessoa entra, ou melhor, continua, na circulação, indo para a rua. *“Eu até tentei ficar lá em casa, mas não deu não. Era uma luta pra comer, pra dormir. Minha mãe trata eu como se fosse criancinha. Eu nasci foi pra bicho solto mesmo”*.

É comum, nas falas dos meninos e meninas da Galera, a casa aparecer como prisão, como lugar de onde querem fugir, para exercerem sua liberdade. Neste sentido, a rua aparece como opção à “casa-Papuda²⁶”. Parece-me que, em muitos casos, estão nas ruas não pelas ruas em si, mas por não quererem ficar na casa-prisão. Não encaram, no entanto, suas trajetórias como “expulsão” de casa, mas como “opção” pela rua.

²⁶ Complexo penitenciário do Distrito Federal.

Cabem aqui algumas considerações sobre a relação casa – rua. Como qualquer oposição dicotômica, ela é insuficiente para compreender as complexas e intrincadas idas e vindas dos *muleques* da Galera (e de meninos e meninas em situação de rua no geral). Errôneo é falar de Casa como entidade transcendental, no singular, significante unívoco, quer do aconchego, quer da repressão. Casas são muitas, desde a circulação de crianças por entre casas de parentes e amigos (Sarti, 2003; Stack, 1975). Também são muitas as casas depois das primeiras idas às ruas: casa da mãe, da avó, casa de parentes, de amigos, casas de atendimento em meio aberto, casas de detenção, *mocós*. No outro pólo, têm-se as ruas, também múltiplas, tantas, diferentes. Avenidas, ruelas, rodoviárias, Laranjais. A rua da rodoviária do Plano Piloto não é a mesma rua de Laranjais. E o Gramado? É casa ou é rua? Uma casa dentro da rua? Ruas dentro de casa? Regras, liberdades, autonomias. As casas aparecem nas falas da Galera ora como aconchego, ora como prisão (além de uma infinidade de outras categorias e valores a elas relacionados) assim como também as ruas oscilam entre libertar e amedrontar, entre exigir a liberdade, a esperteza, a valentia, e tantos outros valores.

Depois destas considerações, vale analisar como a liberdade é o principal motivo alegado pelos integrantes da Galera para terem saído de casa. As ruas são expressas como os lugares em que não existem regras, nem leis, nem autoridades a serem respeitadas. Mesmo que esta situação exista somente no plano do discurso, o ideal de liberdade expressa uma ideologia individualista, em que o indivíduo é o responsável por sua vida, pelas mudanças, e as relações só são válidas se horizontais. Talvez entre aqui o conceito de hiper-liberdade (Machado, 2001), a ilusão da possibilidade individual de estar acima dos mundos morais, podendo livremente escolher manter-se em um deles ou fora de todos.

Enquanto os adultos estudados por Machado “escolhem” inserir-se em um dos mundos morais sem precisarem recorrer à circulação espacial ou à ida para as ruas, a escolha dos meninos parece ser a permanência na circulação, no trânsito, estar em vários mundos, pertencer a vários mundos. Não escolhem um mundo específico, mas a circulação entre estes mundos. Enquanto os adultos, “em casa”, mudam de mundo, as crianças escolhem a

rua por ser um espaço que permite a circulação contínua entre estes vários mundos.

Acredito que a mobilidade espacial seja expressão de uma outra mobilidade, desejada pelos meninos e meninas e verbalizada como a *liberdade da rua*. Não se submeter às regras de dentro de casa, ou de dentro de instituições, e eleger a rua como espaço desta não obediência figura como construção da potência e das possibilidades individuais. Não sendo fortes (ou grandes, como eles prefeririam) o suficiente para mudar estas regras, optam por não se submeterem a elas.

Este movimento de fugir da ordem estabelecida em busca do *lugar zoneado* (a rodoviária como lugar do caos é fala comum tanto aos meninos e meninas do Gramado quanto às famílias que habitam a rodoviária, mas, enquanto no primeiro caso o caos pode ser verbalizado como ausência de força opressora e mantenedora da ordem, no segundo é motivo de desconforto) acaba por gerar, dentro de si próprio, também “regras” de conduta, certamente não tão rígidas quanto as já institucionalizadas, mas como estas minimamente respeitadas. Admitir, porém, a existência de regras seria limitar a liberdade das ruas, e portanto limitar o significado das mesmas. Existem, sim, valores produzidos e compartilhados nas ruas.

Interessante notar que as referências à casa foram diminuindo conforme o tempo de convivência foi passando, e voltaram a se fazer fortemente presentes na época do conflito com a polícia e da morte do Barriga. Colocar-se como alguém que já foi criança de família, e pode voltar a sê-lo, parece ser importante para a construção de suas identidades, especialmente daquelas que me mostraram no início dos contatos²⁷. Uma informação que os meninos e meninas da Galera acham importante, ao falarem de si, é o tempo que estão sem voltar pra casa. Alguns dizem ter saudade e querer voltar, mas a maioria considera a rua como ambiente mais desejável do que a casa. Sair de casa não significa (ao menos não

27 Ao mesmo tempo, quando precisaram de proteção e segurança, foi à casa que voltaram. Em última instância, o próprio estar em Laranjais está profundamente ligado à casa da mãe de Kelly e Washington, e à ex-casa da tia de Barriga.

para a maioria da Galera) abandoná-la por completo. Contatos com familiares, principalmente irmãos mais novos são comuns, e a referência à figura materna, com carinho, é recorrente.

Pertencem à casa, e a suas famílias, mas também pertencem às ruas. Meninos e meninas de rua nunca deixam de ser também de casa. Estão como que em uma esquina, entre a casa, a família e os valores que não querem deixar por completo e a rua e sua liberdade. Estão presos a dois mundos: quando em casa, pensam em voltar para o espaço de realização do sujeito autônomo; e, quando na rua, têm saudade da mãe, de serem “crianças de família”, e valorizam a possibilidade de voltar para casa.

Neste sentido, o voltar a casa tem a ver com circular entre algo de ser criança e de ser adulto. Querem o cuidado e o aconchego, e querem ser autônomos, em tempos diferentes. Vão para outro espaço para poder burlar a ordem. São obrigados a circular entre mundos para burlá-la. Invalidam seu lugar de pertença, e rompem com a ordem da família.

São espécies de malandros (DaMatta,1978) porque permitem-se a circulação entre dois mundos,com regras distintas . A malandragem é estar no lugar da circulação. Não invalidam seus lugares na família (ainda se vendo como tendo que obedecer), mas invalidam que os lugares nas crianças sejam nas famílias.

Ao mesmo tempo em que burlam regras e têm na esperteza um valor positivo, os meninos e meninas da Galera também o têm na coragem e na valentia, no “peito pra enfrentar” os estranhos, os outros da própria Galera, a polícia. Neste sentido, aproximam-se dos sertanejos de Guimarães Rosa (2001), aventureiros, mas dispostos a enfrentar o que for pelo valor da autonomia, da honra e da independência.

O circular dos meninos e meninas pelas ruas, e entre as ruas e as casas, e entre casas, e de volta às ruas pode ser comparado à mobilidade do sertanejo, apontada por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1966) e desenvolvida por Guimarães Rosa em seu Grande Sertão:

Veredas. A rua, em si, enquanto espaço possível, é cheia de idas e vindas e chegadas a lugar algum, como o sertão. Errar pelas veredas e pelas ruas de Brasília encerra o mesmo significado: pertencer à rua (ou ao sertão) é o não pertencer a um lugar certo. As diversas possibilidades da rua levam o viajante a diversos lugares, e de volta ao lugar algum (no imaginário social) do início. A rua, o pretense não-lugar que é na verdade vários lugares construídos e em eterna construção.

O espaço da rua aparece, para os meninos e meninas do Gramado, como de liberdade individual. Para exercer esta liberdade, valorizam a esperteza, a capacidade de enganar, de “passar para trás” como o malandro de DaMatta (1978). De conseguir levar vantagem mesmo em situações nada favoráveis “driblando” os adversários. Ao mesmo tempo, em nome desta liberdade, estão “prontos para tudo”, como os sertanejos: precisam se mostrar corajosos, valentes e resistentes. Precisam se fazer respeitar.

O *bicho solto* (como os integrantes da Galera se denominam) circula entre burlar e enfrentar, entre ser esperto e valente, entre passar para trás e saber apanhar calado. Enfrenta burlando e burla enfrentando. O “bicho solto” vira Macunaíma e vira sertanejo, sempre em nome da liberdade das ruas, seja a independência corajosa dos sertanejos ou a liberdade esquiva de Macunaíma.

Os espaços da rua e a noção de liberdade

A rua é o local, ao menos no nível do discurso, da plena liberdade e das realizações verdadeiramente individuais. A autonomia nas ruas deve ser defendida sempre: diferentes sujeitos, diferentes estratégias, diferentes objetivos. Afirmar que existe um objetivo comum, e que para tanto são estabelecidas regras seria, assim, desconstruir todo o discurso justificador e legitimador do menino de rua como bicho solto “*aqui na rua, é assim, cada cabeça, uma sentença*” (Daiane, 12 anos). Mais uma vez, a submissão infantil transpareceria.

A rua, entre os meninos e meninas da Galera, é expressa como o lugar de liberdade por excelência. Estão na rua, segundo eles próprios, por não tolerarem as regras de casa nem as regras de instituições. Estão na rua para exercerem uma liberdade valorizada e apontada como motivo principal para a vida na rua, buscando fugir das regras de dentro de casa, dos maus-tratos, da tutela, e para tanto, a rua aparece como alternativa. Estar na rua é ser independente, mandar em si mesmo, ser adulto.

Utilizo aqui liberdade como categoria construída pelos muleques da Galera, que não pode ser traduzida nem por aquela dos ideais da Revolução Francesa, nem pela autonomia propalada pelo individualismo de direitos, nem por tantas outras significações teóricas e filosóficas. A liberdade, aqui na Galera, pode ser traduzida na fala de Daniel, de 11 anos:

“Tudo é porque nós quer ser solto na vida, poder fazer o que dá na telha. Não tem ninguém pra mandar, ninguém pra obedecer. A vida é minha, tia. O nariz é meu. Se eu quiser meter ele na merda, só quem vai cheirar vai ser eu”.

A existência dos muleques da Galera no Gramado era constantemente colocada em cheque pela ameaça da *carrocinha*, kombi do programa SOS criança, que, passa recolhendo os menores de idade desacompanhados e os levando ao abrigo de mesmo nome. *Chamar a carrocinha* era o modo principal de controle dos comerciantes da rodoviária com relação à Galera. Por mais que o Programa SOS Criança não tenha sido concebido para funcionar assim, sendo essencialmente um Programa de apoio para o qual as crianças e adolescentes (com menos de 12 anos) poderiam ir conforme sua vontade, a lógica de retirar as crianças das ruas ainda é muito vigente. Os meninos e meninas da Galera ainda são vistos como os *menores* de que trata Vianna (1997): é preciso recolhê-los das ruas, e destiná-los a lugares outros. Em vez das Escolas Premonitórias e de Menores Abandonados, o SOS Criança; em vez das colônias correccionais, o CAJE. A lógica, porém, continua.

Assim, a liberdade dos muleques era constantemente ameaçada, e também

constantemente restringida. Presenciei várias corridas para se esconder da carrocinha, fui diversas vezes à sede do SOS Criança para retirar os muleques da Galera. Mas a liberdade como valor caríssimo a estes muleques se fazia fortemente representada pelo espaço das ruas.

O primeiro movimento entre todos os entrevistados foi negar a existência de regras na Galera, já que admiti-la seria aproximar a rua da casa-prisão. Depois, quando indagados sobre a possibilidade de roubo exercido entre os membros da Galera, negaram-na veementemente. *“Quem gaífa de companheiro tem que levar é porrada, tia. Mesma coisa, por exemplo, mocó é sagrado. Se invadir o mocó do outro tá muito fudido, porque a Galera toda pega ele de porrada”* (Terém, 9 anos). Aparecem valores fundantes mesmo da possibilidade da convivência, mas nunca pensados como regras. *“Num é regra, regra, de que tem que obedecer o outro e tal. É que é pra poder ficar junto, assim, de ter confiança né”*, afirma Jackson, 15 anos. É interessante analisar a posição que Jackson ocupa dentro da Galera. Um dos mais velhos do grupo, é o único menino da Galera que sabe ler (além dele, só Kelly e Daiane não são analfabetas), e é bastante ouvido e respeitado pelos outros meninos e meninas. Muitas vezes, já o vi mediar situações de conflito, e fazer impor sua vontade aos outros do grupo. A meu ver, ocupa uma espécie de posição de liderança frente aos meninos e meninas. Esta posição não é, porém, reconhecida no plano do discurso em nenhum momento, nem por ele nem pelos outros meninos e meninas.

Apesar de a prática do roubo ser uma constante entre os integrantes, uma das principais regras de convivência é a proibição do roubo entre a Galera. Considerada, no nível do discurso, falta de lealdade mínima, deve ser respondida com sanções, como a agressão física, mas as exceções existem e são encaradas como possibilidade. Vários meninos reclamaram sobre Jackson pegar roupas alheias, mas nenhum reagiu. Quando indagados sobre o motivo, afirmaram que este só pegava emprestado, e que *“não tinha problema, porque a roupa estava velha mesmo”*. Talvez isto se deva ao fato de ser Jackson uma espécie de líder, talvez seja reflexo da fluidez das ruas, muito mais marcada por exceções do que por regras.

As ruas são construídas pelos integrantes da Galera como o espaço da liberdade. Não ter que obedecer a nada nem a ninguém, poder ir e vir a qualquer momento são qualidades alinhadas com o universo das ruas. Para usufruir desta liberdade, porém, é preciso enfrentar os perigos, os medos, as privações. “A rua é mundo cão, é lugar pra macho mesmo. Tem que saber se virar, parar de chorar e ir fazer alguma coisa” (Doze, 15 anos).

Ao mesmo tempo em que os muleques da Galera se consideram menores porque obedecem, em casa continuam criança, eles se viram em bicho solto, lançando mão da liberdade como categoria adulta. Neste sentido, ser macho tem a ver com liberdade, autonomia e sexualidade. O modelo da autonomia é algo expresso muito melhor pela idéia do masculino. O paradigma é o masculino. Mas os muleques da Galera o reinventam, diminuindo a distância entre o lugar do masculino e do feminino. Invalidam em algum grau a separação radical entre o masculino e o feminino dentro de um paradigma inserido na esfera do primeiro. São adultos porque são bichos soltos, em quem ninguém manda e que enfrentam tudo. E, neste sentido, o adulto mais livre é o homem.

28

“Bodinho tem mais é que se lascar”.

Os meninos e meninas integrantes da Galera do Gramado são famosos pelo hábito de “bater carteira”, ou seja, cometer pequenos furtos. Ao entrevistar as famílias moradoras da rodoviária, porém, isto não apareceu como fator importante na determinação de quem eles eram. Apenas alguns adultos lembraram deles como *trombadinhas*, e não houve nenhuma denúncia de roubo dentro das famílias.

Também nos discursos da Galera, as famílias que habitam a rodoviária não apareceram como alvo dos furtos. Apesar de o furto aparecer espontaneamente, principalmente na fala dos meninos (depois, ao discutir o papel das meninas dentro da Galera, caberá discorrer sobre como a prática do furto se coloca como prerrogativa legitimamente masculina), os integrantes da Galera fizeram questão de explicitar que “*não roubam de*

28 Chiquinho, 10 anos.

pobre, que isto é sacanagem”.

A principal fonte de comida, e em certa medida de dinheiro, na rodoviária, é a mendicância. Tanto meninos quanto meninas pedem nos sinais da cidade, durante o dia, voltando a se reunir na rodoviária no período da noite. Quando dizem que vão “trabalhar”, porém, referem-se à prática de bater carteira, ou de praticar pequenos furtos.

A Galera do Gramado chama de *bodinhos* jovens de classe média e alta, que se vestem com roupas de marca, moram com os pais e gostam de ostentar riqueza. São eles o alvo preferido dos roubos e dos assaltos. Estão postos como quem não sabe, como os que são crianças, bem mais crianças que os muleques, não importando as idades de ambos. Parece-me que, quanto mais de classe média, mais criança se é, porque mais imerso neste universo do não-saber. Não sabem como é a *vida de verdade, o mundo cão*.

A morte de Barriga e a saída da rodoviária.

*“Cheio de ódio, neguinho, e vou te dizer porque.
Tô cheio de ódio porque fizeram uma judaria e ele não pôde se defender.
Mais uma vida se vai, um cara que era braço,
e num comédia acredito mais.
Eu tô bolado, tô cheio de ódio.
Quando eu lembro do meu mano
sem neurose eu choro
o cara era braço, era nós a vera
geral sentiu sua falta aqui na favela
não, não, não, não entra no meu caminho
porque eu tô cheio de ódio, neguinho.”
(Menor do Chapa, “Cheio de ódio”).*

Estas foram algumas das impressões e interações que se deram na Rodoviária, no período entre outubro de 2003 e junho de 2005. Em junho de 2005, depois de passar mais de um mês ausente, voltei à rodoviária e soube da morte do Barriga, com 11 anos.

A proposta do que escrevo adiante é analisar uma ocorrência limite de violência, em que construtos sociais de gênero e identitários se imbricam para matizar e delinear o cotidiano ordinário e extraordinário de indivíduos, ou melhor dizendo, crianças e adolescentes (talvez ainda não totalmente indivíduos plenos) que fazem da rua seu espaço principal de

convivência e sobrevivência. A partir da morte de um muleque da Galera, busco me ocupar da violência como objeto de análise de diversos campos do saber, de suas várias e diferentes conceituações, da preocupação do controle social sobre ela, constitutiva de grande parte das relações interpessoais, perpassadas pelas marcas indeléveis das construções de gênero.

Que o cotidiano dos meninos e meninas da Galera está permeado por relações de poder (produtor de significados) e de violência está claro para mim. O que acho crucial afirmar é que nem todas as relações que envolvem os meninos e meninas de rua são violentas, e ater-se à violência é perder muito da riqueza e da ambigüidade, da circulação e da fluidez de sentidos que caracterizam a rua. Existem, no meu entender, relações não violentas, e exatamente por isto é possível categorizar algumas como violentas. Perceber violência em qualquer ato de comunicação é, em minha opinião, esvaziar este conceito de seu conteúdo analítico.

Neste sentido, acho importante deixar claro que entendo violência tanto conforme (1) o pensamento de Hannah Arendt (1969), segundo o qual violência poder ser entendida como imposição da vontade de um sobre o outro, com coação física quanto (2) segundo o pensamento de Jurandir Freire Costa (1984), como situações em que o sujeito violentado, ou o observador, percebe, percebeu ou perceberá um desejo de destruição no sujeito violentador.

A polícia nunca tinha sido assunto escolhido pelos meninos e meninas do Gramado ao falarem comigo, e, quando perguntados sobre sua relação com ela, respondiam ser esta *normal*. Afirmavam sempre não serem controlados pela polícia, nem tampouco temerem-na, fazendo questão de afirmar a não influência da polícia em seus cotidianos, a não ser por ocasiões e ações especiais, como nas tentativas de retirada das famílias e crianças da rodoviária, por exemplo.

As relações da Galera do Gramado com a polícia eram cotidianas, posto que ambos conviviam no mesmo espaço. Eram, assim como a maioria das relações que se desenrolam

na rodoviária, ambíguas e diversificadas. Na maior parte do tempo, observei uma espécie de “tolerância” por parte da polícia: sabiam da existência da Galera, conversavam com eles, eventualmente pagavam-lhes lanches. Em algumas ocasiões, porém, a violência, cotidiana e patente nas relações dos meninos e meninas do Gramado, fazia-se presente e visível.

Na fala de Christiano, na época com nove anos:

“Nós respeita eles e eles respeita nós. Porque polícia é gente normal, que nem eu e tu. O problema é só quando resolvem tirar uma de otário, sabe, vim pra cima da gente achando que é o fodão só porque tá com o cano na mão. Pra mim, homem que é homem é valente é pelado, sacou. Tem que ter culhão. E polícia é tudo mascarado. Mas com a Galera assim, mesmo, não tem nada de mais não. Só quando manda tirar a gente do Gramado, e tal, que ai eles vem. Se não, é cada um na sua, na paz”.

Aqui aparece de novo a questão do respeito: respeitar e ser respeitado, ou melhor, fazer-se respeitar. Não temem a polícia por serem valentes, e por haverem estabelecido um acordo de respeito mútuo.

Um incidente desvendou aos meus olhos possíveis contratos entre a Galera e a polícia, e violações destes. Dia 17 de novembro de 2003, ao anoitecer, encontrava-me na plataforma inferior da rodoviária, entrevistando Galego, um dos meninos da Galera. Ao voltarmos para o Gramado, pudemos avistar três policiais batendo em um grupo de quatro meninos, depois reconhecidos como Jackson, com 15 anos, Paulinho, de 11, Barriga, com nove, e Washington, de 14, que não revidavam. Ao ver a cena, propus-me a ir ter ao Gramado e interceder pelos garotos, idéia imediatamente rechaçada por Galego, que alegou que os policiais se vingariam de tal afronta à noite. Propus, então, sairmos dali, ao que Galego respondeu que não tinha medo deles, e que deveríamos permanecer onde estávamos.

Depois de aproximadamente 20 minutos, os policiais foram embora, deixando ferimentos abertos em Jackson e Barriga. Todos os envolvidos se negaram, a princípio, a esclarecer o

que tinha ocorrido, assim como refutavam com veemência qualquer sugestão de denúncia dos policiais. Afirmavam serem as represálias piores, e que “*o que acontecia na rua, ficava na rua*”.

Depois de muito insistir, descobri que Paulinho e Barriga haviam roubado, na tarde do mesmo dia, uma bolsa de um camelô situado em frente ao posto policial da rodoviária. Apesar de não admitirem a princípio, segundo Kelly, uma das meninas da Galera, com doze anos na época do incidente, os meninos sabiam ter sido este o motivo da surra: desrespeitaram regras tácitas de convívio estabelecidas, e por isto estavam sendo punidos.

Mais de dois meses depois, em janeiro, o próprio Jackson voltou a falar do ocorrido:

“Ah, eles (a polícia) não enche muito o saco não. Tem uns sacana, que vem dar porrada por nada, que gosta de ficar tirando onda com o cano e tal, mas isso tem é em qualquer lugar. Mas com polícia tem que ter é cuidado, é só não mexer que fica de boa. É que os moleque também vacilaram pra carai, né. Tudo bem, provar que é foda e tal, mas não precisava de ter roubado logo na frente dos cana. Tava era pedindo pra apanhar. Eu acho assim: tem mais é que ser macho mesmo, sacou, mostrar que é foda, mas tem que saber bancar. Apanhar calado mesmo. É, que nessas hora que todos os pequeno se fode. Eles não quer sabe quem roubou, ou quem não roubou. Querem é dar porrada, mostrar quem manda. Mas não tem grilo não, sem nóia, que nem doeu, eu sou é macho. Só tenho vontade é de dar porrada neles de volta, de furar, de mostrar que comigo não é assim não, que tem é que me respeitar. Dia que eu tiver um cano, polícia vai é morrer na minha mão”

Foi violado um acordo de convivência, e as sanções para tanto foram violentas. As relações entre polícia e Galera são assimétricas, estando os meninos e meninas da Galera em uma posição de desvantagem. Não admitem, porém, a existência de poder de mando por parte dos policiais: continuam afirmando que são livres e donos de si. Jackson não recrimina o fato de Paulinho e Barriga terem transgredido a norma, mas reconhece, em alguma medida,

a existência desta.

Mas não é só aí que a violência aparece: ela é constitutiva das relações nas ruas, tanto entre os meninos e meninas do Gramado, quanto entre estes e os policiais, as famílias e os transeuntes. Para os meninos do Gramado, é importante se mostrar valente, forte e corajoso, e, para tanto, saber se utilizar da violência na construção da auto-imagem.

Ser violento, suportar bem a situação de vítima e revidar as ofensas significa, para os meninos do Gramado, ser “macho”. Acho importante analisar a transversalidade das relações de gênero. Como afirmam Suárez & Bandeira, “*A ligação entre violência e gênero é útil para indicar não apenas o envolvimento de mulheres e de homens como vítimas e autores/a, mas também o seu envolvimento como sujeitos que buscam firmar, mediante a violência, suas identidades masculinas ou femininas.*” (1999:9).

Na fala de Jackson, por exemplo, pode-se perceber que agüentar apanhar calado, sem reclamar, é sinal de coragem, de afirmação da masculinidade. Existe, porém, um sentimento de vingança latente, que virá redimir quem foi subjugado, provando-o corajoso e honrado. A arma de fogo aparece aqui como símbolo de poder, como aponta Zaluar (1994). Utilizar-se devidamente da violência (dos assaltos, das lutas dentro da própria Galera) pode significar construir uma imagem de maioral, poderoso, que se enquadra na identidade masculina construída pela sociedade. Segundo Machado, “*parece haver uma forte expectativa de que o homem jovem se coloque na plenitude de ser depositário de poder, aquele que se coloca ‘à frente’: faz seu caminho e não pode receber qualquer constrangimento.*” (1998:5).

É importante se mostrar valente, exibir a coragem e a resistência, desempenhar bem o papel de *fodão*, daí a violência, muitas vezes sem motivo desencadeador explícito, entre a Galera, e os assaltos a *bodinhos*. Aqui, o que importa, mais do que os sujeitos, são os papéis desempenhados.

Machado (2001) aponta existirem, em contato na sociedade atual, três tempos morais distintos: o mundo relacional da honra, em que a violência (tomada como característica da masculinidade) se justifica pela defesa da honra, em relação à família e à sociedade como um todo; o mundo do individualismo moderno de direitos, em que a luta pela vitória na concorrência, e a prova da esperteza são valores a serem defendidos, e os “novos valores da alta modernidade”, característicos da sociedade de espetáculo (na denominação de Debord), em que a autoridade masculina não se faz em nome de redes sociais, mas em nome do exibicionismo pessoal. O que importa agora não são nem as relações nem os atores, mas os papéis desempenhados em um grande palco teatralizado.

Acredito que, no Gramado, a lógica de exibicionismo pessoal se faz fortemente presente. Seria artificial categorizar a Galera como espaço único dos valores da alta modernidade: também a lógica relacional da honra se faz presente, principalmente nas relações entre irmãos e irmãs, nas quais é necessário zelar pela mulher e sua “fragilidade”, e no reconhecimento do universo moral do qual são provenientes, qual seja, o das classes pobres; além dos valores individualistas de igualdade de direitos, por exemplo.

Penso, porém, que a “exaltação exibicionista do eu” é importantíssima na delimitação das identidades e dos papéis dentro da Galera. É preciso se mostrar valente, forte, capaz de roubar tênis adidas de adolescentes mais velhos, de dar porrada em quem quer que seja. *“Os atos de agressão não se dirigem para sujeitos determinados, em nome de um conflito relacional instalado. O estilo de subjetividade aqui é o da exterioridade e da aparência e da exaltação exibicionista do eu”* (Machado, 2001:20) A violência interpessoal cotidiana e a exaltação à violência marginal individual²⁹ são características marcantes do universo da Galera. A violência é, sim, constitutiva de seus cotidianos: são tanto vítimas (como no caso de violência institucional do incidente com a polícia, ou quando apanham de algum adulto

29 Machado, 1998, categoriza as violências em três tipos básicos: violência institucionalizada (dividida em violência institucional – institucional público e estatal; violência institucional privada – segurança privada; e criminalidade organizada); violência individual marginal (acoplada a atividades ilegais e feita individualmente) e violência interpessoal (“relações cotidianas, ordinárias, corriqueiras e legais).

morador da rodoviária, ou de alguém da própria Galera) quanto algozes (como quando assaltam, ou espancam, ou esfaqueiam). É mais do que isto: é, em certa medida, fundante do universo das ruas.

É na esteira deste acontecimento que se desenrolaram, por mais dois anos, as relações entre a Galera e a polícia. Continuaram a ser de convivência e reconhecimento da existência do outro, existindo ápices de episódios violentos quando de algum roubo mais acintoso ou discussões que colocavam em dúvida o prestígio da polícia: aí, mais uma vez imersos em um mundo que não deixou de lado o código relacional da honra, os meninos e meninas eram vítimas da violência como instrumento para dirimir conflitos e reafirmar o prestígio. Ao mesmo tempo em que a convivência entre polícia e Galera era não explicitamente violenta, o medo era objeto de disputa entre os policiais (que queriam provocá-lo a todo momento) e os meninos e meninas, que negavam veementemente senti-lo e evitavam demonstrá-lo. Em um episódio, em dezembro de 2004, três policiais passaram a noite rondando o Gramado e ameaçando procurar os mocós (lugares onde os meninos e meninas dormem, sempre “secretos” e diferentes) e bater em quem estivesse dormindo. As ameaças não se cumpriram, e quando cheguei à Rodoviária, na manhã seguinte, fui logo informada do fato por Barriga (ele mesmo o menino que viria a morrer, em junho de 2005, em circunstâncias não muito esclarecidas que, segundo a Galera, apontam para as mãos dos policiais):

“P - Mas e aí, Barriga, me conta como foi a noite passada, tá todo mundo com cara de quem não dormiu.

B-É, tia, os cana ficaram tentando meter medo em nós, falando que ia fazer e acontecer. Mas nós sabe muito bem que no fundo eles num é de nada, eu também ia ser fodão se tivesse cano. A gente tá nem aí pra eles, só fico acordado assim pra se proteger, né, porque também as menina tava com medo. Mas eu mesmo tenho culhão, tenho medo de cana não”.

Tendo sempre em mente os diversos discursos dos diferentes participantes e observadores das situações de violência, passo ao relato das impressões e circunstâncias da morte de

Barriga, 11 anos, que provavelmente morreu num embate entre afirmações de poder e força em um ethos masculino guerreiro, em que o papel do masculino sempre parece ser o de depositário da força e do poder, como indica Machado (1996).

Reconstruo as circunstâncias de sua morte a partir de narrativas de outros dois meninos e três meninas, que estavam presentes quando ele desapareceu, já que isto se passou em minha ausência. Depois de não ir à rodoviária por mais de um mês, resolvi voltar lá dia 20 de junho de 2005. Não dei pela falta de Barriga, já que a circulação entre espaços era constante nos integrantes do Gramado, que as vezes ficavam meses sem aparecer para depois retornarem como se, para mim, houvesse passado um dia. Depois de conversar com algumas pessoas, Kelly me chamou de lado e, assustada, contou que tinham achado o corpo de Barriga perto da represa do Paranoá (conhecido local de desova de corpos pela polícia), e que o tinham entregado a uma tia deste. Ficara sabendo porque esta tia morava perto da casa de sua mãe, onde estava passando um tempo *“que as coisas tavam mei pesadas na rodô, tinha ido dar um tempo”*.

Perguntei se sabiam o que tinha acontecido, como ele tinha morrido, qual tinha sido a última vez que o viram na rodoviária. À exceção de Kelly, Washington e Galego, que me conheciam há mais tempo, os meninos e meninas falavam que não sabiam de nada, que nem conheciam Barriga. Evitavam o assunto a todo custo, sabendo ser melhor calar. Depois de algum tempo, gravei entrevistas com os três mencionados, além de duas outras meninas que resolveram falar para o gravador, que em si só já é prova suficiente de delação, e que, se verdadeira a hipótese dos meninos e meninas da Galera, seria motivo para um fim como o de Barriga.

Segundo Washington, 15 anos, Barriga

“Era assim mei de lua, né, tinha vez que sumia, vez que ficava quieto no canto dele, mas também, quando queria ser escroto, o bicho era danado. Ele é pequenininho, e é mais fácil de fugir, de esconder. Sempre caçou confusão, e tinha um culhão da porra.” Mais tarde, Washington afirmou

que “o Barriga teve coragem até pra morrer. Podia ter ido pra casa, ou pro SOS Criança. Quando ele desapareceu, eu achei que tinha sido isso, que tinha se mandado, que tava meio pesado por aqui, eu mesmo dei um tempo, fui pra Anápolis. Foi no que eu voltei que a Kelly me contou. Vou te falar uma coisa, tia, eu chorei. Sei que homem não chora, e que eu não sou nenhum caga fralda, mas eu também tenho fraqueza, né.(....) As vezes dá até um pouco de medo, daqui a pouco pode ser eu que morre na mão desses cana fela da puta. Mas não vou sozinho não, dou porrada, que nem o Barriga deu”.

Enquanto Washington e Galego se ocuparam de exaltar a memória de Barriga, que morreu valente, e de apontar a vantagem da polícia no conflito pelo prestígio devido à posse de armas de fogo, Kelly se preocupou em narrar, com detalhes, o que tinha presenciado, o que achava que tinha acontecido e o medo de que ela, e principalmente os meninos, fossem as próximas vítimas.

“P-Como foi que o Barriga sumiu?

K-Bom, era normal ele dar umas sumidas, sabe, quando arrumava briga, ou um pedaço de cu novo(...) dessa vez eu achei que ele ia sumir mesmo, arranjou problema de novo com os cana, tinha apanhado de coturno, tava todo fudido. Então, quando ele não apareceu, pensei comigo: Barriga vai dar sumiço, vai ver de qualé. Foi nessa época que eu também resolvi dar minhas voltinhas, né. Quando foi que eu resolvi ir pra casa, que minha mãe falou que tava preocupada com eu mais Washington, porque tinham matado o Barriga, e dado o corpo pra tia. E parece que ela nem se importou, já achava que ele tava morto era de longe.

P-E o que você acha que aconteceu?

K-Certeza que foram os homi. Do que eu vi deles dar porrada no coitado do Barriga, eles tava com muita raiva, muito ódio no coração. Ê gente pra Ter coisa ruim no coração, viu? Parece que é tudo seco por dentro.

P-E o Barriga tinha feito alguma coisa pra eles ficarem putos?

K-Sempre faz, né, num carece muita coisa não. Mas o Barriga também gostava de provocar, de roubar camelô daqui, sabe, de tocar punheta na frente dos policia, essas coisa toda. Mas mesmo assim, fiquei muito triste. Ele é um menino bom, quer dizer, era, né?

K-Foi a primeira vez que vi alguém assim ser matado. **Já vi fazer coisa pior que a morte, até inclusive comigo, mas matar, matar mesmo, nunca tinha visto não.** Agora tô com medo, tia. Já abriu o apetite dos homi, já mataram um, pra matar outro desses menino aí, não custa. E eles é tudo menino danado... Não sei não, tia, essas horas que acho que essa vida num é pra mim mesmo” (Grifo meu).

A propósito da violência doméstica e do assassinato de mulheres por homens Machado afirma que

“Os homicídios são só a ponta do iceberg da violência doméstica e da violência amorosa. A violência doméstica é muito mais ampla do que o homicídio doméstico. O homicídio é um fato extraordinário e único (pelo menos para quem foi morta ou morto). A violência física doméstica é cotidiana, rotineira e rotinizada, e geralmente produtora de uma escada em que a morte pode vir a ser (mas nem sempre é) o ponto final. A morte é sempre o significante evocado através da constância das ameaças.”(1996:6).

Não sei como se definiria o doméstico para meninos e meninas de rua, talvez pelas relações dentro do grupo de convívio. Sei que, de acordo com as categorizações do Movimento Nacional de Direitos Humanos, o possível homicídio de Barriga seria categorizado como violência institucional, mas em um universo no qual o outro é tão incorporado ao cotidiano, não pude deixar de perceber uma incrível semelhança com as situações de violência por que passam rotineiramente meninos e meninas de rua, de um lado, e policiais, de outro. É o homicídio em nome da restauração da honra masculina, tanto aqui como ali.

As posições diferenciais dos masculinos e dos femininos na Galera permitiram uma compreensão um pouco menos fragmentária da visão do crime cometida contra *um dos nossos*. Mais uma vez, é o lugar do transgressor que se faz latente: transgressor por roubar quem não devia, por acintar, com sua sexualidade, o lugar da moral e dos bons costumes. É a necessidade de transgredir, de não aceitar o que é imposto que leva os meninos de rua à eterna busca pela liberdade, pela esperteza e pela valentia. Interessante notar como o sofrimento pela morte de um companheiro é posto como uma fraqueza, mas uma fraqueza assumível. O impacto da morte, que não é posta como o pior destino possível, assusta Kelly, e a faz querer virar menina de família, virar protetora dos outros meninos de rua, virar alguém que já passou por coisas piores que a morte, e se recusa a falar que coisas são estas.

Parece que a luta em torno da imposição do medo foi, ao menos temporariamente, vencida pela polícia. Tentei falar com a tia de Barriga, mas não consegui achá-la. Os vizinhos dizem que voltou para a terra natal. A *causa mortis* de Barriga é afogamento. Resta saber debaixo de qual coturno Barriga morreu afogado pela água da barragem, mas principalmente pelo ethos guerreiro de que fazia parte, entre a necessidade de se mostrar esperto e corajoso e a sobrevivência. Barriga teve uma morte honrosa, na opinião de seus pares. Foi homem na hora de morrer, teve peito para assumir as responsabilidades de uma disputa assimétrica pelo lugar de depositário do poder. E repito as palavras de Washington: chorei pela morte de Barriga, primeiro integrante da Galera a falar comigo; chorei porque, apesar de não ser nenhuma *caga fraldas*, afinal de contas, também tenho as minhas fraquezas .

A morte de Barriga foi decorrente de um cotidiano marcado por violências entre e intragênero, marcadas por identidades não tão flutuantes assim, inseridas em um contexto em que a lógica relacional da honra se combina à violência *hard* das sociedades *cool*³⁰. Entre violências como instrumento de disputa e manutenção da honra e violências sem finalidades nem objetos definidos, entre a violência como instrumento legítimo e o horror

30 Lipovetsky, 1993.

individualista de direitos a ela, entre o ser criança e o ser marginal, desenrolaram-se as relações e situações que culminaram em sua morte.

A valentia, ao que me parece, configura-se como um valor fundamental dentro da Galera do Gramado. É importante na construção das identidades masculinas dos muleques do Gramado, e se faz presente, ao menos no plano do discurso, em suas várias esferas de relações: entre os próprios integrantes da Galera, por exemplo, durante as brigas cotidianas; no relacionamento da Galera com meninos não participantes desta, nos assaltos a *bodinhos*, nos contatos com estranhos, nas relações com a polícia. Neste contexto, os incidentes com a polícia são exemplos manifestos, por terem sido situações de transgressão a acordos de convivência, fazendo aflorar as manifestações de valentia como valor.

Capítulo 3 : “*Todo mundo aqui trepa*”: Sexualidade na Galera

*“Saia da janela
E vê se tu se toca
Mulher de verdade
Gosta mesmo é de piroca*

*Ela foi na minha casa
Tirar o meu sossego
Ficou cheia de marra
Depois pedia arrego
Tremeu de perna bamba
Quando sentiu meu instrumento*

*Quero ver tu rebolar
Haha! Com tudo dentro
Eu quero ver tu rebolar
Haha! Com tudo dentro”
(Mr Catra, “Vem todo mundo”, Funk Carioca)*

Depois da morte de Barriga, os dias que se seguiram na rodoviária foram de medo e tensão. A sensação era a de que qualquer um podia ser o próximo. A maioria dos muleques deu um tempo da rodô, circulando por casas de parentes e outros espaços da capital. Por prezarem a liberdade, deixaram o Gramado. Depois deste tempo de circulação foram para Laranjais. Ou melhor, levaram o Gramado para Laranjais. Como diria o Leandro “*Ih, sukita, o Gramadão é nós, tudo muleque doido*”. A temporalidade do Gramado está presente para além dele, na autoridade de Kelly frente à Galera e nas histórias dos mais antigos, e é renovada pela adesão dos mais novos no grupo a estas identidades.

Nas falas sobre o Gramado, as identidades dos muleques aparecia, como modo de se afirmarem crianças diferentes, e apresentava como suas características marcantes não só a valentia ao enfrentar os *outros* (especialmente os policiais) e o constante desafio das autoridades, como também o exercício das práticas sexuais.

Em Laranjais, no tempo da calma relativa, dediquei-me mais freqüentemente a entender como a sexualidade se construía, dentro da Galera, fundante das identidades de homem, mulher e *bicho solto*.

A morte de Barriga veio se juntar a vários outros incômodos a que estavam submetidos os muleques da Galera: as obras da rodoviária, que começaram no final de 2004 e ainda não estão concluídas chamaram atenção para o Gramado, e o SivSolo³¹ tornou-se presença constante. As “idas compulsórias” ao SOS Criança ou à delegacia estavam cada vez mais freqüentes.

Neste contexto, Kelly, uma das mais antigas integrantes da Galera, e seu irmão, Washington, resolveram ficar mais perto da casa da mãe, em Laranjais. “*Vai que acontece alguma coisa com a gente, ao menos tá perto da mãe. Credo, não quero morrer e ninguém saber não*”. Mais uma vez, a circulação entre o ser e o não-ser criança, ser livre e ser protegido. Com o tempo, vários outros integrantes da Galera foram para Laranjais, e a Galera, apesar de estar sobre o barro de uma praça próxima ao Cerrado de Laranjais, continua a se intitular do Gramado.

Pessoas como Creuza, 13, João, sete, Mauro, 12, e vários outros, que vieram para o Gramado quando este já estava em Laranjais, também se reconhecem como integrantes da Galera do Gramado. Na fala de Meriene, 13 anos:

“A rodô era melhor porque não tinha que ter trabalho de sair, ir pra lá, ir pra cá. Comida sempre tinha, e quando os meninos queriam trabalhar, saíam e nós podíamos ficar. Aqui é bem pior, que pra conseguir comida é uma desgraça. Não é que não tem, mas tem que andar até a rua tal, ou então ir encher o saco do seu Zezão (dono de um mercado mais próximo). Mas pelo outro lado, aqui a gente fica mais sossegado, se quer trabalhar

³¹ Serviço Integrado de Vigilância do Uso do Solo do Distrito Federal.

vai direto pro Lago, vai gaifar de bodinho, ou pedir dinheiro pra madame.”

Histórias sobre o Gramadão são sempre lembradas, e de vez em quando os muleques voltam à rodoviária (e não gostam de ver seu Gramado ocupado por outros meninos, meninas e famílias em situação de rua). O tempo da fartura da rodoviária, do Gramado com as “moças do sopão”, com o thinner e a cola baratos e à mão, é evocado nas histórias cotidianas que são compartilhadas pelos mais antigos, e contadas aos mais novos. Fartura de comida, de drogas, de emoções, de desafios, contrastado com o tempo da penúria da vida em um Laranjais pacato, em que a liberdade é menos facilmente incomodada. Do Gramado, também os confrontos com a polícia sempre são lembrados, enaltecendo a coragem e a valentia dos muleques da Galera³². Os roubos de carteira que se davam propositalmente ao lado dos policiais, os comportamentos acintosos de desafio de autoridade, a valentia e a esperteza dos muleques frente aos *gambés*³³ são sempre lembrados. Leandro, de 17 anos, lembra:

“Tinha demais gambé por lá. Aqui tem também, mas é menos. O povo não incomoda muito não, com a gente aqui. E também, o posto mais perto é longe, então não perde muito tempo por aqui não. (.....) Mas lá, também, era aquela coisa toda, de gaifar dos camelôs do meio, de mijar do lado do posto. Tinha uns maluco, Paulinho mesmo, que tocavam punheta ali do

³² Lembrados não só por quem os viveu, mas também pelos integrantes mais novos. Uma tarde, conversando em um bar de Laranjais com Kleber, de 17 anos, Adriano, de 9, e Galego, de 13, perguntei sobre o que eles estavam achando de lá, e se sentiam falta do Gramado. A primeira resposta que tive foi de Adriano, único dos três que se juntou à Galera quando esta já estava em Laranjais. “*Aí, muleque, tu já contou pra tia daquela parada dos gambé? De que vocês faziam lá?* “ . Uma glorificação do passado, em que era preciso ser ainda mais macho pra enfrentar a vida louca de bicho solto. É curioso notar que, em certa medida, eu também sou personagem das narrativas sobre este mesmo passado. A resposta de Galego, por exemplo, foi “*ô seu imbecil, eu já não falei que a sukita (meu apelido na Galera) tava lá?*”.

³³ Policiais, especialmente os militares.

lado, e deixava tudo sujo de gala³⁴. Os cabras ficavam putos. E aí era aquilo, de ser fodão na frente dos homi”.

O que escrevo a seguir se configura dentro da busca por refletir sobre como a sexualidade é entendida, (re)produzida e (res)significada pelos sujeitos da Galera. Assim, colocam-se perguntas sobre como as diversas modalidades de exercício desta sexualidade aparecem e são classificadas; como se dão e se imbricam as trajetórias sexuais e sociais dos meninos e meninas da Galera, e como é possível pensar tais movimentos dentro do espectro mais amplo dos estudos sobre sexualidade infantil e juvenil nas ciências sociais brasileiras e latino-americanas.

Neste sentido, tento entender como os construtos sociais de gênero e o ethos (construído como) masculino da rua estão implicados na construção das identidades possíveis de meninos e meninas divididos entre casas e ruas que muitas vezes se superpõe; aconchego e tolhimento, liberdade e prisão.

O eixo principal de análise gira em torno do papel (ou dos papéis) da sexualidade nas representações identitárias deste grupo. Busco entender como, na Galera, a disposição ativa perene para o sexo é fator fundamental na construção das identidades masculinas e femininas, constituindo-se o status de saber mais sobre o sexo (o “ser quente”) condição e prova de não ser mais criança. Se a sexualidade das mulheres, tal como as identidades sexuais masculinas é na Galera, atrelada ao desejo e ao prestígio, é também, tal como aparece em um segundo momento de conversas, orientada em direção à construção de si por meio de categorias como o *respeito* e a *vergonha* (Leal, 2005), distanciando-se, neste último sentido, da percepção da sexualidade dos homens da Galera.

Para Foucault (2006), no ocidente moderno, a sexualidade está no cerne das verdades produzidas pelo sujeito sobre si mesmo (por meio da confissão, da afirmação de si, da formulação), e o que ele chama de *dispositivo da sexualidade* se constrói tendo como uma

³⁴ Esperma, Sêmen.

das grandes linhas estratégicas o controle sobre a sexualidade infantil (as outras seriam a medicalização do corpo da mulher, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização dos prazeres perversos). Foucault aponta uma espécie de papel prático do sexo, um ponto imaginário fixado pelo dispositivo da sexualidade, por meio do qual as pessoas têm acesso a sua inteligibilidade. Sexualidade seria, então, um elemento ao mesmo tempo oculto e princípio produtor de sentido da totalidade do corpo e da identidade.

Ainda de acordo com Foucault, a sexualidade da infância seria presente e ausente ao mesmo tempo. O sexo estaria presente por causa da anatomia, e ausente por causa da fisiologia, presente como atividade e ausente ou deficiente em sua finalidade reprodutora; atual nas manifestações, escondido nos efeitos. Se o sexo da criança estiver presente no adulto, será sob forma de causalidade secreta que tende a anular o sexo do adulto. Ao se sexualizar a infância, constituiu-se a idéia de um sexo marcado pelo jogo essencial presença/ausência, oculto/expresso.

Importante lembrar que Foucault aborda a sexualidade infantil desde uma perspectiva adultocêntrica: a verdadeira pergunta não se dá para a sexualidade infantil, mas para o papel da incitação/proibição desta na sexualidade adulta. A questão a que me proponho é, portanto, outra: como se desenvolvem as relações identitárias que giram em torno da sexualidade, para e pelos muleques da Galera, concordando em parte com Foucault no que diz respeito à sexualidade como formuladora da verdade *de e sobre si*.

Outra questão a ser abordada é a fragmentação dos sujeitos (Butler, 1995) e os problemas de se enclausurar na visão disciplinária foucaultiana. Tão verdade é que Foucault esmera-se por demonstrar que poderes são essencialmente produtores e engendram em si múltiplas coisas, incluindo suas barreiras de oposição, quanto o é que existem disputas e conflitos entre poderes disciplinares. Redes de significados e conflitos entre poderes são manipuladas por sujeitos que encerram em si múltiplas verdades. Neste sentido, a sexualidade não é a única instância que produz verdades sobre o sujeito, além de múltiplas verdades serem produzidas. Deste modo, as formulações dos meninos e meninas da Galera são, em alguma medida, produtoras de algo novo, dentro das disputas entre poderes

disciplinares imbricados nas casas, nas ruas, na medicina, na demografia, na antropologia e em tantos outros espaços.

Para além da reprodução de um controle disciplinário demográfico, insere-se a proliferação de estudos sobre sexualidade juvenil a partir da década de 90, segundo aponta Bozon (2005). Tal aumento pode ser entendido em parte como decorrente de três fenômenos principais: a epidemia de AIDS; a abordagem da saúde sexual e reprodutiva como direito e o que ele chama de *evolução do casamento*, ou seja, o retardamento da faixa etária em que homens e mulheres contraem o matrimônio. Tanto a AIDS, que (re)configura os jovens como *grupo de risco*, quanto o adiamento dos casamentos refletem e refratam o receio de uma sexualidade juvenil descontrolada e da elevação de ocorrências de gravidez na adolescência³⁵. São também colocados em dúvida os discursos de afrouxamento do controle parental sobre os jovens.

Ao mesmo tempo, a visão dos direitos sexuais e reprodutivos engendra uma proliferação de pesquisas demográficas e populacionais, que apontam alguma manutenção das relações e, em certo sentido, também dos papéis de gênero. Ao mesmo tempo, estão em processo mudanças, mais ou menos sutis, que ocorrem e que podem ser obnubiladas por olhares pouco cuidadosos (ou seriam interessados?). A sexualidade entre meninos e meninas de rua, por exemplo, é campo fértil para tal. Passando, então, à proposta do capítulo e esperando contribuir para estas discussões mais amplas, cabem alguns esclarecimentos.

Para esclarecer meu entendimento sobre construções de gênero, construções estas que perpassam todas as análises desta dissertação, cito Machado: “*De uma forma simples, estamos querendo dizer que o entendimento do que deva ser masculino ou feminino é resultado de uma construção cultural, social e simbólica e não de uma determinação do sexo biológico*”^(1998:8). A dimensão do gênero impõe-se tanto como forma de classificação ordenadora do mundo social, quanto como instância interiorizada que constitui a identidade

³⁵ Como veremos adiante, aqui, mais uma vez, o que define uma gravidez como adolescente é menos a situação etária parental, e mais o estado civil da mãe.

do sujeito. As relações de gênero encarnam status desiguais de poder, que assumem características específicas dependendo dos contextos e dos sujeitos envolvidos.

A construção de si como *maduro, autônomo e pleno* aparece, dentro do ethos das ruas, como gravitando em torno da sexualidade. A disposição ativa para o sexo, com maior ou menor grau de controle, é valor caro a homens e mulheres da Galera. O sexo como técnica de obtenção do prazer para as meninas da Galera aparece como uma pitada importante de subversão da forma dominante da visão da sexualidade entre adolescentes e jovens mulheres das classes populares e médias. Por outro lado, a dimensão relacional da atividade sexual está também presente entre as meninas da Galera.

Em recente e extensa pesquisa antropológica com jovens de camadas populares e médias brasileiras (Heilborn *et al*, 2006; Aquino *et al*, 2003; Bozon, 2004), tende a aparecer o que se chamou de dupla moral sexual (ou seja, enquanto para os homens a sexualidade é socialmente modelada para significar algo em si, portadora de sentido em si mesma, com intrínseca qualidade instrumental, e daí a sua afirmada permanente disposição para o sexo, para as mulheres, o sexo aparece como dimensão profundamente relacional através da qual serão estabelecidos laços outros, sendo o sexo portanto subsumido à afetividade). Para as meninas da Galera a dimensão relacional do sexo se alia ao prestígio de serem mulheres conhecedoras e ávidas pelo prazer.

Que Galera é essa?

Por que a sexualidade se pinta em cores tão presentes na imagem que a Galera faz de si para mim, pesquisadora mulher, branca e de classe média? Não “a Galera” entidade transcendental, mas os sujeitos com quem tive contato, *muleques* da rua. Antes de responder a esta indagação (irrespondível?), personalizemos a polifonia do Gramado passado em Laranjais.

De outubro de 2003 a junho de 2007, mantive contato com indivíduos que se reconheciam

pertencentes à Galera do Gramado. Marcados pela *circulação* entre lugares sociais (e dentro deles, os físicos) e pela *viração* em diferentes e fragmentadas identidades (Gregori, 2000), passaram, ficaram e voltaram para Galera muitos *muleques*, de diferentes idades. Atendo-me aos que participaram mais ativamente das reflexões sobre sexualidade, conto entrevistas gravadas com 29 pessoas, 18 homens e 11 mulheres.

Para falar sobre as posições possíveis de meninas dentro do ethos da rua, é imprescindível falar da sua inserção num ethos construído em torno dos valores da valentia, da esperteza e da liberdade, valores constitutivos paradigmaticamente como masculinos (Calaf, 2004). Apesar da misoginia visível das ruas, e do maior número de meninos, a presença de meninas é inegável. Elas estão nas ruas, apesar de muitas vezes invisibilizadas (a temática das meninas de rua só entra na academia na década de 80). No caso específico da Galera, as meninas ocupam posições diferenciadas nas relações entre si e com o resto dos integrantes. A identidade de gênero deve ser vista como categoria ampla, não sendo os indivíduos mecanicamente determinados. Existem diversidades entre pessoas, fissuras, diferenças. Assim como ser menino de rua, ser menina de rua e integrante da Galera pode significar um enorme número de posições e identidades. Contudo, estas posições devem ser entendidas no contexto de relações de gênero hierárquicas, especialmente no espaço das ruas.

É importante também apontar os diferentes níveis etários representados na Galera, apesar do esforço por não reificar conceitos como faixa etária, grupo geracional, infância, adolescência ou juventude. Especificar se falo de quem as ciências e as políticas sociais entendem como criança ou adolescente faz diferença. Além disso, perceber quão temporalmente distanciados os sujeitos estão das experiências que narram pode ser interessante. Escolho, então, separar os indivíduos por idade aproximada declarada quando da época da entrevista.

Listando, simplificadamente, os homens: Carlinhos, com 6 anos, João, Lauro e Evandro com 7, Adriano, Felipe e Hélio com 9, Daniel e Gabriel com 11, Mauro com 12, Paulinho , com quem conversei aos 11 e aos 13 ; Nino com 13; Washington dos 14 e aos 16 anos; Batista, aos 11 e 14; Igor aos 15; Olavo aos 19; Kléber aos 15 e aos 18 , e Jackson,

entrevistado aos 15 e aos 17 anos, perfazem os 18.

Às mulheres, o segundo parágrafo de contagem: Raíssa aos 6; Taís e Taiane com 8; Silvinha com 9; Paula aos 15; Daiane, entrevistada aos 12 e aos 14; Creuza e Meriene, com 13 ; Socorrão aos 12 ; Núbia aos 15; e Kelly, dos 12 aos 15.

As histórias por trás dos pseudônimos vêm aparecendo ao longo dos capítulos. Aqui, esboço apenas Kelly, Jackson e Kléber, devido à importância e longevidade na minha pesquisa e na Galera. Kelly é irmã mais nova de Washington, grande motivador de sua vinda às ruas. Está na Galera desde que eu as conheci (a ela e à Galera), e foi uma das grandes responsáveis pela ida da Galera à Laranjais, lugar onde moravam sua mãe e a tia de Barriga. A propósito, foi ela quem primeiro soube de sua morte. Teve por *machos*³⁶, dentro da Galera, Kléber, Christiano e Sandro.

Jackson, aos 17, era figura importantíssima quando de meus primeiros contatos no Gramado. Figura mais velha e com mais tempo de rua, a quem respeitavam os outros integrantes. Foi macho de Daiane, com quem teve uma filha em 2004. Apesar de suas andanças (neste meio tempo, estive em Pernambuco e em Goiás), continua freqüentando a Galera intermitentemente. Kléber, por sua vez, aparece primeiro ante meus olhos como macho de Kelly, juntando-se depois a Paula. Está na Galera desde meus primeiros contatos e, junto com Kelly, articulou a transposição do Gramado para Laranjais.

Volto, então, à pergunta que abre a sessão: por que os meninos e meninas da Galera falaram de sexualidade, e por que comigo? Sexualidade porque a atividade sexual é eixo definidor de identidades (de *esperto*, *muleque*, *macho*, *mulher*, e tantas outras), e responsável em parte por conter a verdade de si (Foucault, 2006). Porque é ela também quem diferencia a criança da não-criança, ou melhor, os *nenéns*, *otários* e *marmanjos dos muleques*. Porque

³⁶ Ser macho (ou mulher) de alguém significa, para a Galera, estabelecer relacionamento afetivo-sexual visto como duradouro.

falar do que é ser criança sem falar de trepar seria incompleto.

E por que para mim? Por eu ter perguntado sobre infância, talvez. Ou por eu ter me mostrado interessada pelos relatos das façanhas sexuais. Por acharem importante se colocar como seres sexuados e plenos, e visto nisso um modo de aproximação entre entrevistadora e entrevistada/o. Por poderem também indagar a mim sobre minha sexualidade, e obter respostas não enrubescidas.

Entre os diversos discursos da Galera, o sexo aparece como elemento central da constituição de si. É a prática sexual responsável em grande parte pelo status dentro do grupo. É preciso *trepar*, e trepar bem, para ser respeitado. E falo aqui do que o jargão antropológico chamaria de crianças, assim como daqueles sujeitos que seriam chamados de adolescentes. Existem diferenciações de práticas e discursos conforme a idade, mas a importância da atividade sexual está presente aqui e ali.

Aparece, pois, uma outra forma de reconhecer poderes e hierarquias, em que a disposição pessoal para a ação está fortemente ligada à estruturação de si como indivíduo pertencente ao grupo, como merecedor de respeito. Os valores sexuais servem como guias de interpretações de conduta, mas também como prescrições *a priori*, em certo sentido: é preciso afirmar que trepa para fazer parte do grupo.

Exceções são feitas aos *bacuris*, crianças mais novas (de 5 e 6 anos, aproximadamente), tratadas ora como filhas, ora como mascotes. Talvez sejam pensadas como sujeitos *em construção*, e o aprendizado da sexualidade faça parte desta construção. Parece acontecer uma espécie de reprodução microcós mica da lógica dominante, na qual a idéia de indivíduo em construção (Strathern,1997,1988) está fortemente presente. É interessante pensar que tanto crianças como jovens estão “em construção”, mas o aprendizado afetivo-sexual é majoritariamente focado na juventude (Cabral, 2004; Heilborn, 1999; Leal, 2005; Bozon& Heilborn, 2001, entre outros). Como se primeiro fossem necessárias socializações outras, as argamassas e tijolos da construção, para depois vir a sexualidade como o

acabamento, a última mão de tinta³⁷.

Com os *bacuris*, entretanto, a coisa se dá de maneira um pouco diferente. Apesar de não serem seres que sabem trepar, são seres que *estão apreendendo a trepar* : brincadeiras de troca-troca³⁸ são freqüentes entre garotos mais velhos e os mascotes, por exemplo. Um aprendizado menos de transmissão de conhecimento por parte de quem já sabe, e mais focalizado na agência de quem está construindo conhecimento. Os *bacuris* aprendem a trepar não porque os muleques ensinem, mas porque eles, os bacuris, conquistam um conhecimento próprio sobre as técnicas.

Entrando mais a fundo nas práticas sexuais e nos relacionamentos afetivo-sexuais, as posições dos bacuris ficam mais claras. Antes, porém, vale uma segunda pergunta digressiva: por que, afinal, este tipo de indagação de minha parte?

E que perguntas são essas? A influência da Gravad.

*“Deve-se destacar que, por um inquérito domiciliar, a população de rua não foi devidamente contemplada; é este nicho, com grande visibilidade nos centros urbanos, que provoca a sensação, no imaginário social, de uma sexualidade juvenil desgovernada”
(Heilborn et al, 2006:413).*

Gravad (abreviação das palavras gravidez e adolescência) é o nome pelo qual atende uma extensa pesquisa, qualitativa e quantitativa, realizada em três capitais brasileiras (Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre), com mais de 17 mil jovens entre 18 e 24 anos de diferentes camadas sociais. Gravidez na adolescência e aprendizado da sexualidade são o mote em torno do qual se desenvolvem considerações de renomados pesquisadores sobre as morais sexuais brasileiras e, mais do que isto, sobre as práticas sexuais e suas

³⁷ Neste sentido, é possível perceber que, dentro da ética do trabalho, meninos e meninas de rua aparecem como destruição, uma construção já em ruínas.

³⁸ Brincadeiras sexuais em que se roça o pênis no corpo do(a) outro(a), sem haver penetração completa.

representações.

Inspirada pelas indagações ali contidas, resolvi, durante o segundo semestre de 2006, aprofundar-me nos debates, junto à Galera, sobre práticas sexuais, sexualidade, relacionamentos, já assinalados pelos próprios muleques. Passo, então, a um breve resumo da pesquisa *Gravad*, publicada em sua completude em 2006, no livro *O aprendizado da sexualidade – reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*, organizado por Maria Luiza Heilborn, Estela Aquino, Michel Bozon e Daniela Riva Knauth.

A pesquisa *Gravad* teve como respondentes jovens entre 18 e 24 anos, em uma perspectiva biográfica remissiva. Em função dos desdobramentos éticos das pesquisas com indivíduos legalmente menores de idade, os autores preferiram ter como sujeitos da pesquisa jovens maiores de 18 anos, além de alegarem as vantagens de uma perspectiva mais distanciada, ao menos temporalmente, dos adultos jovens em relação aos acontecimentos sobre os quais se pergunta. Este não é o caso da pesquisa que realizei com os meninos e meninas da Galera: conversas se deram com pessoas, em sua abrangência geral, entre 6 e 19 anos, o que tornou necessário apontar a idade de quem fala, e a época em que os acontecimentos narrados aconteceram.

Quanto às implicações éticas e legais da pesquisa com crianças de rua, baseio-me, se preciso for (apesar de achar que talvez tais debates estejam deslocados), na afirmação de Hutz e Koller (1999):

“Permeando esta discussão metodológica, existem questões éticas envolvendo o processo de coleta dos dados e a publicação de resultados das pesquisas com crianças em situação de rua. Autores discutem a necessidade de se garantir a estas crianças sigilo e proteção, assim como respeitar seu desejo de participar ou não da pesquisa, frente à apresentação clara dos objetivos e procedimentos da mesma. Na ausência de um adulto responsável (mesmo que esta seja uma condição momentânea), a criança deve ser considerada

como responsável por si mesma e capaz de tomar decisões. Cabe ao pesquisador respeitar seus direitos e evitar a exposição a situações que potencializem riscos” (1999:23).

Os meninos e meninas da Galera não só me aceitaram como pesquisadora, como também me trouxeram direta e espontaneamente o tema da sexualidade, dispondo-se a responder às perguntas que fiz. Querem-se e se reconhecem como livres e responsáveis sobre si.

Os autores da GRAVAD apontam que a maternidade aparece como componente muito valorizado da feminilidade, enquanto a masculinidade está alinhada com a sexualidade³⁹. O sexual estaria no domínio cultural do não preparado ou discutido, especialmente a primeira relação. Segundo Heilborn et al, o caráter de aprendizado parece interiorizado a tal ponto que atitudes são tomadas como espontâneas, apesar de terem estado presentes no horizonte de possibilidades do indivíduo há certo tempo, “*de modo que é quase improvável que não se tenha pensado no assunto*” (2006:402). Aparecem, no Gravad, dados que confirmam que a iniciação masculina no Brasil continua sendo mais precoce que a das mulheres em pelo menos dois anos (variando em torno de 16 e 18 anos, respectivamente).

Ao mesmo tempo, afirmam Heilborn & Bozon (2005), pensar o sexo como instância sujeita ao descontrole, em que as mulheres devem gerir os avanços sexuais masculinos em prol de sua honra e de uma união, faz parte de uma visão tradicional. Em contextos de menor controle social sobre as mulheres, o corpo apareceria como operador de contato na interação pública. O controle menos interiorizado das emoções teria por contrapartida o modo espontâneo de acontecimento das relações sexuais. O espontâneo, porém, não é a mesma coisa que o fora de controle. Segundo a pesquisa Gravad, a maioria dos homens entrevistados (55%) considera que o desejo sexual é pouco controlável, ao contrário das mulheres, que pensam que o desejo pode ser controlado por muito tempo (53%). Mais

³⁹ Na Galera, a sexualidade aparece como valor para homens e mulheres. Talvez, neste ethos pensado como masculino, os valores também pensados como tais sejam perseguidos por todos/as. Não obstante, os cuidados com a reprodução recaem predominantemente sobre as mulheres.

homens que mulheres (17% a 27%) declararam não haver qualquer possibilidade de controle.

O relatório ainda aponta a modernização dos costumes como responsável pelo ideário de maior simetria de gênero. Para 51% dos homens e 40% das mulheres entrevistados nesta pesquisa, homens e mulheres sentem a mesma necessidade de sexo. Para 58% das mulheres e 43% dos homens, os homens têm mais necessidade de sexo do que as mulheres. Os autores atribuem o englobamento da sexualidade a uma dimensão moral, expressa na idéia de que é possível controlar por muito tempo a vontade de ter relações. Pergunto: por que só a dimensão do controle é tida como moral? Também o descontrole masculino é parte da dimensão moral de homem honrado, e, no caso da Galera, de homem macho, valente e esperto, como aponta Machado em seus estudos sobre estupro (2000), ao tratar da *fraqueza para o sexo* como componente importante da construção da masculinidade.

Neste sentido, apontam os autores, a sexualidade aparece como domínio que incita os jovens a criarem uma esfera de autonomia individual relativamente à família de origem. Cabe uma pequena consideração.

Foucault (2006) fala de sexualidade como um dispositivo historicamente construído, como conjunto de efeitos produzidos nos corpos, comportamentos e relações sociais por um certo mecanismo pertencente a uma tecnologia política complexa, que não funciona simetricamente, não produz os mesmos efeitos, e, portanto, aponta o autor, existem elementos que modificam o dispositivo da sexualidade de acordo com a classe social. Ao mesmo tempo, é este dispositivo da sexualidade o responsável pela verdade do sujeito, pela construção de si. Então, ao mesmo tempo em que os jovens de classes populares e médias autonomizam-se pela sexualidade, também os meninos e meninas de rua constróem seus discursos sobre si, em grande medida, em torno de suas trajetórias sexuais⁴⁰. Se lá se fala de

⁴⁰ Neste sentido, Crapanzano nos traz a interessante discussão sobre a obnubilação da fronteira entre história e “conto de fada”, ao mesmo tempo em que Salem fala sobre a importância do que se diz sobre a conduta sexual, a criação da trajetória sexual para além do intercurso sexual em si.

autonomia com relação à família de origem, aqui se fala de se posicionar diferentemente de outras crianças e jovens, de se construir como autônomo e esperto.

Fechando o parêntese, os autores do Gravad afirmam que a aprendizagem da sexualidade e das relações de gênero que constituem a experiência sexual é, até o momento, pensada como logicamente anterior à gravidez, ao passo que a juventude é representada como a etapa da vida constituída por processos e transições. Mais uma vez, parece que o aprendizado da sexualidade, especialmente o prático, se inicia na adolescência/juventude, sendo a criança um ser, ao menos para a antropologia, assexuado.

Bozon & Heilborn (2005) apontam como resultado da modernização dos costumes sexuais na sociedade brasileira o fato de que, atualmente, os valores e as normas sexuais, mais que delimitarem o que é o certo, o que deve ser feito ou interditado, servem como guias de interpretação dos comportamentos, auxiliando os indivíduos a se orientar e a tomar decisões em situações complexas. Importante ressaltar que quando os autores falam de tradicional, estão falando de algo ligado a uma concepção hierárquica ou assimétrica das relações sociais, enquanto o moderno indica flexibilização e diversificação das condutas, que se apóiam progressivamente na idéia de *escolha pessoal* (no coletivo privado e bem social que é a família). Assim sendo, o meio social e a biografia se combinam na modelagem de trajetórias afetivo-sexuais.

No campo das relações afetivo-sexuais, Gravad aponta que enquanto a primeira relação significa, no caso masculino, a aquisição de um atributo viril impientemente esperado, para as mulheres ela significa uma das primeiras etapas da passagem à conjugalidade. Interessante notar, como veremos adiante, que a primeira relação, na Galera, tem a ver com a aquisição de um atributo não infantil, ou menos infantil, o acesso a um segredo que as crianças *otárias* não sabem. A pesquisa indica, por sua vez, a primeira união como marco de autonomização dos jovens frente à família de origem.

A meu ver, a autonomização, para as mulheres, conforme aparece na Gravad, permaneceria em grande parte mediada pela figura masculina, com a união. Melhor dizendo, a

autonomização seria quase sempre mediada por um outro, seja este outro um companheiro ou um filho, nos casos de gravidez, conjugada ou não à união. A união apareceria como importante estratégia de autonomização em relação à família de origem frente à não existência de outros recursos e projetos, como, por exemplo, o escolar.

As mulheres, segundo a Gravad, privilegiam parceiros que trabalham, confirmando o ideal de homem provedor, tendendo a escolher parceiros mais velhos, enquanto as escolhas masculinas, especialmente entre os homens de baixa renda, parece relacionada a um modelo mais tradicional em que a diferença etária aparece como um elemento a mais de dominação. A autonomização se daria, pois, pela entrada no mundo de trabalho e pela parentalidade.

“Podemos sugerir que a união constitui para as mulheres mais pobres uma estratégia de autonomização e auto-valorização frente ao contexto familiar e mesmo frente ao grupo social no qual encontram-se inseridas. Cabe lembrar que tal estratégia é facilitada pelo fato de os parceiros serem, em geral, mais velhos e, neste sentido, apresentarem condições mais favoráveis ao papel de provedor”. (Heilborn et al,2006:32)

Neste âmbito, foi detectado um enfraquecimento da aceitação da infidelidade masculina exclusiva, e, portanto, da dupla moral sexual. Com a modernização dos costumes acontece a diminuição do caráter proibitivo (e daí normas com guias de condutas e de dupla interpretação).

Entre os homens, a escolha dos parceiros da primeira relação reforça o tradicionalismo (por exemplo, profissionais do sexo), enquanto entre as mulheres acontece um afastamento do padrão tradicional de gênero (por exemplo, iniciação com *ficantes*). Enquanto os homens apontam interesse pela rápida sexualização do relacionamento, mulheres administram o ritmo dos contatos corporais, o que reforça padrões de gênero, com o homem no lado do

incontrolável⁴¹.

Vários outros resultados foram demonstrados no âmbito da pesquisa Gravad, e não vale a pena eu me alongar demasiado neles por ora. Conforme meus caminhos forem se delineando mais claramente, as relações entre uns e outros resultados serão expostas.

Sexualidade como modo de acesso ao status de Gente Grande

*“Dance potranca, dance com emoção
eu sou Jonathan, da nova geração
eu já estou crescendo, cheio de emoção
e vou pegar um filé com popozão”
(Jonathan Costa, 7 anos. Jonathan da nova Geração)*

Nas considerações sobre suas situações etárias no mundo da rua e para além dele, discursos sobre sexualidade são proferidos, seja na busca de autonomia de si, seja na delimitação de diferenças entre o nós e os outros. Assim, para se dizer uma criança diferente, ou algo que não é nem adulto nem criança (portanto, um muleque), meninas e meninos da Galera lançam mão de discursos sobre a sexualidade, a verdade de si, que também tem algo de secreto. Ser detentor do segredo os diferencia, em grande medida, das crianças de família e dos otários. *Sexualidade, esperteza e segredo* seriam conceitos chave para compor as identidades de muleques da Galera.

É preciso ser esperto o bastante para descobrir e dominar os segredos das técnicas sexuais, com os quais é crucial passar a se engajar em atividades sexuais com outras pessoas. Preparar sempre, e bem, é o que precisa ser proferido nos discursos dos meninos e meninas respeitados dentro da Galera. Logicamente, contingências de gênero e posição hierárquica dentro do grupo pesarão no grau de frequência, intensidade e variabilidade entre parceiros. De todo modo, muito vinculadas à noção de esperteza estão as construções e valores sobre sexualidade entre os/as integrantes do grupo.

⁴¹ Na própria cartilha de direitos sexuais do Ministério da Saúde, de 2006, lê-se: “*Os métodos da tabela, do muco cervical e da temperatura basal são pouco recomendados porque exigem do adolescente disciplina e planejamento e as relações sexuais nessa fase, em geral, não são planejadas*”.

O aprendizado da sexualidade, entendido como processo de experimentação pessoal e impregnação pela cultura do grupo (e que, pelas ciências que tratam do assunto, é pensado como se acelerando na adolescência e juventude, enquanto a sexualidade infantil ainda é vista, por grande parte da ciência, como algo latente que não deve ser reprimido nem exercido, ao menos não com um outro), bem como familiarização de representações e papéis de gênero, rituais de interação e de práticas está, de alguma forma, presente, apesar de não ser o exaltado. É, ao contrário, o domínio quase total das técnicas o que tem de ser afirmado.

Cohn (2002), ao recuperar o aprendizado e a socialização na antropologia, aponta a obra de Richard Price (1983) sobre a comunidade negra Saramaka, no Suriname, na qual o autor sugere uma ênfase social no aprendizado formalizado e circunscrito do passado, realizado de maneira deliberadamente fragmentada (devido a perigos sobre-humanos que poderiam acontecer no momento do relato). Com um interessante paralelo com o que ocorre dentro da Galera, a transmissão de conhecimento, entre os Saramaka,

“Tem como contrapartida, porém, a expectativa de que cada homem adulto forme o próprio conhecimento sobre o passado significativo ao longo da vida. Assim, a transmissão do conhecimento não se limita a uma fonte única, mas é concebida como processo que se inicia com o relato fragmentado feito por um parente, mas tem a continuidade ao longo da vida do indivíduo. Tratando-se de conhecimento essencial para fornecer sentido ao presente, o autor demonstra que a fragmentação na transmissão pode ser uma estratégia para a reprodução e permanência desse saber, gerador de conhecimentos muito individualizados” (2002:226).

Quase todos os integrantes da Galera se referem à sua vida sexual em algum momento de suas falas, antes de perguntados diretamente sobre ela, tanto homens quanto mulheres. Afirmam, com orgulho, treparam sempre, e bem. Inclusive os *bacuris* afirmam trepar, apesar de serem os únicos desmentidos pelo resto da Galera. Estão entre o trepar e o não trepar, entre o intercurso sexual e a masturbação: enquanto eles mesmo se representam

como iniciados, detentores de segredos, os outros não o fazem. É a sexualidade que fala a verdade sobre o sujeito, e vice-versa, e nesta arena se dão os embates pelo respeito, pela honra, levando em consideração hierarquias etárias, de gênero, idade, status dentro do grupo, em uma disputa por quem detém a palavra, e mais do que ela, a verdade dentro do grupo.

Dentro destas disputas também se luta pela detenção do segredo. São muleques porque sabem de coisas que outras crianças não sabem, porque sabem fazer sexo. O segredo da sexualidade ativa é compartilhado pelo grupo e elemento chave de sua identidade como tal. O saber sobre sexo é, mais do que sistematizado, hierarquizado ou transmitido; conquistado individualmente, como resultado de um esforço conjunto de esperteza e liberdade, e reformulado a tal ponto que se torna único. Na Galera, não se ensina ninguém a trepar. Os muleques sabem, os otários não sabem. E os bacuris ainda não sabem, porque não têm tempo de Galera suficiente, mas certamente aprenderão⁴².

Também os outros segredos, menores e entrelaçados ao segredo maior são meio e objeto de luta por prestígio.

“Porra, véi, sei de tudo que precisa saber. Como cu, ximbica, faço estrago nas mulheres. Pode ter certeza que vai rebolar gostoso. (...)Nem lembro não como eu aprendi, de tanto fazer acaba fazendo. Os muleque que de vez em quando vem perguntar de chupar ximbica, essas coisas. Dou umas dicas, né,mas também não conto o segredo que aí não tem graça. Tem que descobrir sozinho”(Igor, 15 anos, 2006).

⁴² Interessante pensar no tempo de rua. Entre a Galera, os que não trepam são aqueles menos capazes porque menos experientes no próprio ser muleque (e por isso ainda não o são). Apenas João, Taís, Taiane e Cláudio são chamados frequentemente de bacuris, do universo de 29 pessoas entrevistadas.

O segredo é mais valioso se descoberto por si só. Saber segredos que os outros não sabem é sinal de mais esperteza. O segredo aparece fortemente, e inclusive segundo Igor, como técnica sexual, mas não se limita a isto (é segredo saber da vida pré-rua dos outros muleques, por exemplo. Este, um segredo que, se alguém se quer respeitado, não deve compartilhar). O segredo, ao menos no tocante às relações intra-gênero, não deve ser transmitido por um guru a seu noviço: ao contrário, devem os não-iniciados competir entre si e com os já iniciados por segredos, arrancados em momentos de distração, ou descobertos por si só, pela experimentação.

“Era besta demais quando cheguei (há quatro meses).Dá até vergonha de falar essas coisas.E as meninas tudo falavam de pega-rola.E eu lá, sem saber nadinha.Fui descobrir só quando peguei, né.Mas aí também aprendi rapidinho.Hoje pode perguntar pra esses meninos tudo. A melhor trepada aqui sou eu, nem adianta vir querendo falar que não” (Creuza, 13 anos, 2006).

Faço um paralelo com a posição dos peritos cientistas apontada por Gieryn (1995,1999). Para manter sua autoridade e sua posição de conhecedores, os cientistas procederiam ao que o autor chama de *boundary work*, construindo e se esforçando por manter um limite entre os leigos e os peritos. Se, para Gieryn, “*Science is kind of a special marker for cognitive authority*” (1995:405), afirmo que, na Galera, é a sexualidade que serve de arena para autoridade cognitiva.

Se os muleque são detentores de segredos revelados aos quatro cantos, mas nunca transmitidos, são também de certo modo iniciáticos. Só se sentem e são considerados realmente parte da Galera quando têm sua primeira relação sexual com penetração vaginal. Os próprios bacuris, por exemplo, sobre os quais falarei um pouco adiante, são considerados espécies de mascotes, crianças, seres em construção, mas não muleques da Galera.

Heilborn (1999) aponta a importância da iniciação sexual masculina nas classes pobres, que normalmente se dá aos 12 ou 13 anos, como demarcadora de um movimento de exteriorização em relação à casa, e que se conjuga com a entrada mais regular no mundo do trabalho. A sexualidade se conjuga a outras esferas sociais para sinalizar a mudança de condição: de meninos, passam a homens adultos, provedores. Podemos traçar um paralelo com o que acontece entre a Galera: afirmar que trepar é um meio de se integrar a esta, de tentar se igualar aos mais velhos, e se diferenciar dos nenéns, das crianças de família. E neste sentido, é um elemento símbolo da passagem para a vida de bicho solto, e, paralelamente, para a situação de não criança, para a condição plena de sujeito social das ruas. *“A iniciação sexual é assim um dos apanágios de uma identidade de não mais criança e se integra no processo de constituição da masculinidade adulta”* (Heilborn, 1999:43).

A perda da virgindade é aguardada e planejada ansiosamente, por meninas e por meninos. Desejam deixar a posição de otários, bebês, e para isso é imprescindível trepar. A iniciação masculina difere da feminina em vários aspectos, em geral (como por exemplo, os homens devem trepar logo, não importa com quem, enquanto as meninas devem fazê-lo com seu macho; a iniciação masculina é marcada pela inabilidade, enquanto a feminina é marcada pela dor), mas ambas são ardentemente ansiadas, pensadas como alívio. *Perder o cabaço* é também perder um punhado de estigmas negativos. Produtores de verdades sobre si, perpassados por incontáveis feixes de relações poder-saber-prazer, os muleques da Galera se pensam iniciáticos.

“Primeira vez que eu entrei numa mulher, faz é tempo, sabe, eu tinha onze anos, foi assim que me saiu gala (pode falar essas coisas aqui?) (...) Foi como se eu tivesse diferente depois. Não é igual mulher, que dói, mas aí eu era outro. Quando cheguei no Gramado, veio o Jackson perguntar se eu tinha dado o cu. Claro que não, era o contrário. Mas ele mesmo viu que eu tava diferente” (Kléber, 15 anos, 2006).

Era outro porque tinha acesso a segredos que outros não tinham. Mais do que isto, agora

podia construir sua verdade de si como homem macho, que já tinha cumprido o primeiro de seus muitos deveres-prazeres. Durante estas elucubrações, Kleber não se referiu nem uma vez a quem tinha sido a mulher adentrada. Não interessava quem tinha sido, apenas que era um sujeito-objeto mulher, com a qual, ou melhor, na qual havia realizado seu ritual de entrada definitiva para a Galera. Claro que Kleber estabelece relações afetivo-sexuais dentro da Galera, mas não era isto que estava em jogo no momento. Aos mesmos sujeitos são atribuídas múltiplas identidades.

“Perdi foi com Pedro, já não via a hora de rolar aquela coisa toda das meninas dizendo que meu pacote não descia por causa do lacre. Todas riam de mim, eu já tava com 9 pra 10, e lá, aquela bobona. Até que decidi que ia dar logo. Bom, bom, não foi não, mas ruim também num foi. Doeu um bocado, mas depois passou ”.
(Kelly, 15 anos).

Kelly também se via diferente, mulher, depois da iniciação. Bem verdade que o aspecto relacional estava dado, mas era antes a relação como meio de obtenção de iniciação sexual do que o contrário. Kelly namorou Pedro por pouco tempo, como contam ela e o irmão. Também o não ser mulher completa deve-se, em parte, por ser virgem, lacrada, e em parte por ainda não ter tido a menarca, fortemente relacionada ao primeiro aspecto. Interessante perceber como o conhecimento nativo se opõe ao que é cientificamente aceito.

Não existe homogeneidade de experiência, apesar de a maioria das mulheres ter relatado dor e desconforto. Algumas iniciações foram relatadas como violentas e traumáticas, mas ainda assim necessárias. Nino, de 15, e Adriano, de nove anos, recusaram-se a falar sobre a experiência, afirmando apenas que ela havia ocorrido, e que não estavam arrependidos. O lado negativo destas experiências existe, e está presente, apesar de não valorizado no discurso. A expectativa pela perda do cabaço apareceu mais vívida entre as pessoas mais novas, de 9 a 15 anos.

“Tudo que era irmão meu já tinha trepado, e só eu que não. Até

Kelly (irmã dois anos mais nova) já tava se engraçando com os macho dela, e nada de eu perder o cabaço.(...) Me sentia mal com isso, meio baitola. Um dia enchi o saco de vez, fui no São Sebastião paguei uma mulher muito velha e aí foi.(...) ah, tem que ir uma hora, logo é melhor”.(Washington, 15 anos , 2006. na iniciação, tinha 11 anos).

“É, quis dar logo, sabe. Pra que ficar aí, esperando. Vai doer, que doa logo. Porque depois fica tão bom, né?”. (Silvinha, 9 anos, 2006).

A dor, na iniciação feminina, aparece como elemento importante a ser vencido. São valentes porque a enfrentam, e espertas porque a dominam. É a dor que se transforma em prazer. A dor iniciática que as possibilita sangrar, por exemplo, expurgando o estigma de criança, assim como os ritos de sangramento de nariz, entre os noviços Sambia, de Herdt (1993), permite que eles se purifiquem do sangue contaminado de suas mães, deixando de ser crianças poluentes e poluídas.

Entre todos os entrevistados, apenas Paula, uma mulher de 15 anos, afirmou se arrepender de ter perdido a virgindade. Ficara, segundo ela, menos valorizada, menos limpa. A honra de mulher direita foi maculada, e é suficiente para marcar quase definitivamente sua pessoa. Também para ela , assim como para as outras pessoas entrevistadas, a iniciação sexual é etapa crucial para atingirem o patamar onde hoje se encontram.

Neste sentido, a sexualidade se apresenta como valor tanto para homens quanto para mulheres. É importante saber trepar, e mais do que isto, querer trepar. Aliado a isto, é a mulher quem tem o controle sobre a concepção. A esperteza feminina seria dupla, neste sentido: ser esperta o suficiente para trepar (como os meninos o são), e, por outro lado, ser esperta para embarrigar ou não. Dar o *golpe da barriga* , ficar grávida propositalmente sem que o parceiro saiba, é sinal de esperteza, que, a frente, se reverte em responsabilidade:

“ninguém mandou embarrigar, agora agüenta”.⁴³ Assim, meu argumento é que se a responsabilidade da reprodução está mais alinhada com o feminino tanto na Galera, quanto entre jovens em famílias de camadas populares e médias, tal como aparece na pesquisa Gravad, o feminino das meninas de rua também está, e, fortemente, ligado à sexualidade e ao desejo ativo.

Se a iniciação sexual é fato marcante para a entrada na Galera, também o são as práticas sexuais cotidianas. Afirmar trepar bem, e saber fazer tudo em matéria de sexo, é muito importante na construção de si. Perguntei, então, quais seriam as práticas sexuais, como e onde se dariam. Como a iniciação, o acesso ao segredo primeiro, descortina um rol de segredos outros, envergonhados ou não.

As práticas sexuais

*“Aula de ginástica
Façam comigo
Mão na perna
Mão no seio
Agora mão na xoxóta...
Abram bem as pernas
Façam comigo, façam comigo...
Invade!
O bixo vai pegar...
Hoje vai ter festa
vou pirar o cabeção.
as minas tão chegando
rebolando o popozão
o baile tá animado
quero ver você dançar
com a saíinha bem curtinha
sua calcinha bem curtinha sua
xoxota eu vou filmar...
Dançe funk das chuchucas
e comece a rebolar
essa dança das xoxotas
que as cachorras vão gostar
Prestem bem atenção
E façam comigo
abram bem as pernas,*

⁴³ Jackson, na época com 16 anos, pai do filho de Daiane, 12, comentando sobre o fato de esta reclamar ter de ficar em casa cuidando da filha e não poder voltar à Rodoviária.

*e façam comigo .
Mão no queixo,
Mão no peitinho
agora mão na xoxota
Na xoxota não dói”
(Aula de Ginástica, Furacão 2000)*

Assumindo que o exercício de sexualidade ativa é, em si, desafiador de uma moral e de ciências que vêem crianças como seres assexuados, ou no máximo com sexualidade latente (e em processo de construção, “até o amadurecimento”), pode-se concluir que a sexualidade de crianças e adolescentes em situação de rua envolve práticas sexuais liminares desenvolvidas em lugares também liminares. A proposta foi ir mais a fundo no tocante às práticas sexuais recorrentes.

Durante as entrevistas e os grupos focais, as práticas sexuais apareciam, na maioria das vezes, timidamente. Era necessário afirmar que trepavam, mas não exatamente o que faziam. Em parte pela relação etária, de classe e de poder que estava ali implícita entre eu e eles/as, discorrer espontaneamente sobre sexo oral ou sexo anal não pareceu uma possibilidade a mim, no início. Apareciam alusões a *arrombar cu*, pagar *um bola e fazer troca-troca*, mas quase sempre de maneira jocosa, em conversas entre eles. Inspirada pelo Gravad, resolvi perguntar diretamente sobre práticas sexuais específicas. Um pouco para minha surpresa, os indivíduos da Galera discorreram livremente sobre os temas, falando sobre si e sobre os outros, entrando em detalhes e enriquecendo em muito minha análise.

O que a Galera chama de trepar é, sucintamente, a penetração vaginal. Todos os entrevistados, à exceção de alguns dos bacuris, afirmaram realizá-la. Opiniões variam quanto à frequência, força, ritmo, duração e posição, mas há uma espécie de consenso quanto ao caráter prazeroso da prática, tanto para homens quanto para mulheres. “*Melhor que comer xereca, só comer duas xerecas*” (Daniel, 11 anos), “*do que eu gosto mesmo é de ver entrando*” (Kelly, 15 anos), “*...Bom mesmo é ir aos finalmentes*” (Creuza, 13 anos). A penetração vaginal seria, em si, o exercício pleno da sexualidade, no qual as identidades de homem e mulher se fazem claras “*pô, tia, o momento que eu mais gosto nessa vida, é do entra e sai. Só de pensar, já clareia as idéias*” (Batista, 13 anos). Saber sobre sexo é poder fazer sexo. Mais do que isto, saber sobre sexo é poder não ser criança como as outras, é ser

muleque, não ser otário.

Variações de posição sexual são valorizadas. Quanto maior o número de posições que alguém domina, mais experiente e prestigiado. Interessante notar que aí, vale a iniciativa masculina: deve partir dos homens a disposição para a troca de posição, cabendo às mulheres dominar a técnica em caso de demanda⁴⁴.

Aliado ao sexo vaginal, veio em minhas perguntas o beijo na boca, associação desfeita rapidamente. “*Beijo é bom, mas aí tem que saber direito com quem*” (Paulinho, 13 anos). O beijo não é muito valorizado como técnica sexual, podendo acontecer entre amigas mulheres, ou entre bacuris. Também dizem beijar pessoas de fora da Galera mais do que de dentro, “*porque aqui já não precisa, já conhece, faz logo. Agora, quando tem rabo novo, aí o negócio é outro. Tem que ir na bica, escovar dente, ficar nos trinquês*” (Felipe, 9 anos). É como se o beijo fosse uma atividade pré-sexo, anterior na evolução do relacionamento e nas relações de intimidade. Beija-se mais quem não se conhece.

Quando perguntada se sabia beijar, e se gostava de fazê-lo, Creuza respondeu que não, que “*beijar (é) o caralho, tudo com bafo. Bom mesmo é ir aos finalmentes*”. Interessante o mau-hálito aparecer aqui como mais poluidor do que o sexo em si. O cheiro da boca, o contato boca a boca polui. O beijo na boca deve ser destinado a ocasiões específicas, com preparações específicas⁴⁵.

⁴⁴ Os nomes das posições sexuais são os mais variados possíveis, diferentes da nomenclatura corrente entre meus pares, o que me dificultou o acesso imediato. Quando indagados, desenhavam ou faziam mímicas.

⁴⁵ Podemos traçar um paralelo com o que aponta a pesquisa Gravad, sobre uma parcela considerável de homens que, reconhecendo a divisão entre mulher da rua e mulher de casa, reserva à segunda práticas específicas, como o beijo na boca.

Sexo oral, o thinner e a flauta

*“Chupa neném,
chupa devagar,
chupa bem devagarzinho
para não o machucar
O trate com carinho,
não faça sofrer,
chupa menina,
mas só não vale morder”
(Chupa neném, Mc Paulão e MC Fat Boy).*

A propósito da oposição entre penetração vaginal e beijo na boca, invoco outra espécie de beijo, o genital. Para além do sexo vaginal, a felação (ou seja, sexo oral performedo em homens) aparece como prática sexual bastante difundida na Galera. Tanto as meninas fazem nos meninos quanto meninos mais novos fazem em meninos mais velhos, e, esporadicamente, estes fazem em homens que não são da Galera, também geralmente mais velhos.

Primeiro, ocupar-me-ei da prática de sexo oral entre meninas e meninos da Galera. As meninas fazem em seus machos, e ambos afirmam ser *o boquete*⁴⁶ uma prática prazerosa. Engolir o esperma aparece como ponto positivo no domínio dos segredos do sexo, apesar de nem todas as meninas admitirem fazê-lo. Já o cunnilingus só apareceu no relato de duas meninas e três meninos. Enquanto as primeiras referiram-se a parceiros eventuais mais velhos, os últimos afirmaram praticar com suas companheiras. Talvez a discrepância entre a alegação dos meninos que fazem e das meninas que recebem tenha a ver com a vergonha em admitir receber, por um lado (*“aquele cheiro de bacalhau, fico é com vergonha”*, Meriene, 13 anos), e com a afirmação de ser conhecedor de segredos, portanto mais prestigiado pelos outros.

Interessante notar que tanto meninas quanto meninos admitiram mais facilmente fazer, em troca de dinheiro, sexo oral do que qualquer outra prática sexual. Na fala de Núbia, 15 anos: *“Tem gente que fica falando que eu sou puta, mas não sou não, é inveja do meu corpo. Só de vez em quando, mas de vez em quando, é que pago uns bolas (faz sexo oral em alguém)*

⁴⁶ Felação.

pra descolar uma grana.” O sexo oral parece menos definidor de identidades, tanto entre meninos quanto entre meninas. Fazer sexo oral em troca de dinheiro não quer dizer prostituir-se, enquanto a prática da penetração (seja ela anal ou vaginal) parece significar ser prostituta.

Também alguns meninos admitiram, depois de mais tempo de conversa (é importante dizê-lo), *pagar boquete* em outros meninos da Galera, ou em outros homens. Isso não era visto necessariamente como baitolagem, desde que quem performasse o ato fosse mais novo do que quem recebesse. Assim, vários bacuris admitiram chupar o pinto dos outros meninos, assim como alguns recém-iniciados. Também meninos como Mauro, 12 anos, Nino, 13, e Olavo, 19, admitiram *pagar boquetes* para homens mais velhos em troca de dinheiro ou droga, ou thinner na maioria das vezes. Práticas homoeróticas como o sexo oral não são classificadas necessariamente como baitolagem, desde que respeitada uma hierarquia etária entre quem oferece e quem recebe. O sexo oral dos meninos com homens mais velhos aparece aqui como uma relação que não implica em homossexualidade, mas que se configura como forma de iniciação sexual masculina.

O boquete, quando praticado dentro das prescrições normativas é considerado uma iniciação identitárias. Uma comparação com os Sambia (Herdt, 1993) parece interessante. Como aponta o autor, a construção da masculinidade lá se dá por meio de rituais iniciáticos e práticas cotidianas que visam livrar o corpo do homem da influência maléfica das mulheres, e moldá-lo com substâncias masculinas em essência, que trazem em seu bojo a coragem e a virilidade necessárias a um bom guerreiro, sendo a principal delas o sêmen. Assim, quando um bebê do sexo masculino nasce, ele carrega a potencialidade de ser um homem, mas ainda não o é. Apesar de ter um pênis, seus órgãos seminais estão duros e secos, além de contaminados pelo sangue da mãe. É preciso primeiro expelir o sangue e outras substâncias malfazejas, e depois ingerir substâncias masculinas. Nenhum homem produz sêmen; é necessário, então, armazená-lo.

“Homosexual practices are introduced through the most secret of all rites, the 'penis and flute' ceremony. In the initiations I observed this

rite followed nose-bleeding by several hours. For the first time novices are shown the flutes. Indeed, it is the bamboo flute that is used to illustrate the mechanics of fellatio: its tip is inserted into boys' mouths. Along with the secrets of the flutes, they are told of the urgent requirement to consume semen (...) By this act, boys are absolutely enjoined to keep homosexual practices secret and to adhere later to heterosexual fidelity” (Herdt, 1993:233)

Além da felação iniciática, é recomendado que se “coma o pênis”, ou seja, beba o sêmen de alguém mais velho, de preferência, e, portanto mais viril, quase que diariamente. É preciso se construir e se manter viril, e para tanto é preciso ingerir sêmen. Enquanto, no pensamento ocidental, tendemos a produzir uma identidade que paira além do corpo, os Sambia concebem a construção da pessoa na transformação do corpo. A identidade e a pessoa são o corpo, e, portanto são construídas com o corpo.

Traçando um paralelo entre os Sambia e a Galera, a felação se configura, em ambos os casos, como relação homossexual que não é definidora de uma identidade homossexual. Os bacuris não são viados, assim como não são bichas os meninos mais velhos que chupam em troca de dinheiro. Mas existe uma linha tênue, ao menos na Galera, entre o pagar boquete e o ser baitola: é preciso seguir as prescrições etárias, ou então se é chamado de viado.

Ainda outro paralelo: na Grécia Antiga, como nos indica Quignard (2005), relações homossexuais entre homens eram, mais do que permitidas, recomendadas. Eram também, no entanto, observadas prescrições etárias: o penetrado deveria ser imberbe, ou estaria cometendo um ato vergonhoso. O que polui, mais uma vez, é o penetrante, sendo o penetrado poluído.

“Nunca hubo homosexualidad ni griega ni romana. La palabra 'homosexualidad' apareció en 1869. La palabra 'heterosexualidad' apareció en 1890. Ni los griegos ni los romanos distinguieron nunca homosexualidad y heterosexualidad. Distinguían actividad y pasividad. Oponían el falo (el fascinus) a todos los orificios (los

spintrias). La pederastia griega era un rito de iniciación social. Mediante la sodomización del país, el esperma del adulto le transmitía la virilidad al niño” (Quignard, 2005:14)

“La prohibición de la pasividad (de la impudicia) concernía en Roma a todos los hombres libres cualquiera fuese su edad. En Grecia esa prohibición afectaba a los hombres libres desde el momento en que les había crecido la barba (mientras que todos habían sido pasivos, es decir, femeninos, cuando imberbes)” (2005:15)

Ali e na Galera, os mais velhos podem penetrar, e os mais novos podem ser penetrados; quando ocorre o oposto, é o penetrado que carrega o estigma.

Entre os meninos e meninas com quem conversei, ninguém se identificou como homo ou bissexual. As relações sexuais entre mulheres não apareceram em nenhuma fala (sendo comum, por outro lado, o beijo na boca), enquanto as relações entre homens – especialmente o sexo anal – eram admitidas somente com meninos mais novos ou efeminados, que não fossem da Galera. Nestes casos, o ímpeto sexual insaciável aparecia como justificativa, e o uso da camisinha como indispensável. Aparece aqui uma concepção tradicional da homossexualidade fundada numa lógica hierárquica de gênero e regulada pela oposição passivo/ativo, restringindo (ou pelo menos maximizando) o estigma ao passivo. Eu não sei se existem relações homoafetivas dentro da Galera. De todo modo, o que interessa no momento é a necessidade de se negarem tais possibilidades.

Diferentemente do boquete, que pode ser definido como iniciático da identidade masculina heterossexual ou definidor de uma identidade baitola⁴⁷ o *troca-troca* é definido como brincadeira sexual, em que se roça o pênis em partes do corpo do outro, com ou sem roupa, mas sem penetração. Práticas como o troca-troca não são consideradas trepar, mas *brincar ou ousar*. Ribeiro (2006), em seu artigo sobre o brincar de ousadia entre crianças na escola

⁴⁷ Homossexual.

de uma comunidade no litoral do Ceará, aponta que também lá o *ousar* é categoria que indica brincar sobre sexo, com o sexo, mas não definir-se identitariamente. É brincar em torno do segredo que ele, o sexo, engendra.

Assim, o troca-troca aparece como brincadeira, enquanto o boquete aparece como espécie de iniciação. As brincadeiras não são definidoras da identidade, são exercício de prática sexual que não vai a termo, agindo como iniciação sem efeitos de produção de identidade sexual dentro da Galera.

“Por trás, só às vezes”: o sexo anal.

*“Entrei numa loja
Estava em liquidação
queima de estoque
fogão na promoção
Escolhi a marca Dako
Porque dako é bom.
Calma minha gente, é só marca de fogão”
(Tati Quebra-Barraco, Dako é bom)*

O sexo anal é considerado prática extraordinária pela maioria dos/as entrevistados/as: acontece quando as meninas estão menstruadas, principalmente. Entre as meninas, apenas Daiane, de 14 anos, declarou ser a prática indolor. As outras todas afirmavam sentir muita dor, mas que, quando impossibilitadas de praticar o sexo vaginal, faziam para agradar o parceiro. Das 11 meninas indagadas, seis declararam gostar da prática, apesar da dor, enquanto as outras declararam fazer somente para agradar. Talvez aqui apareça de novo a dor como elemento chave da obtenção do segredo. Além disso, o sexo anal envolve outras representações, como ser relacionado a prostitutas, estar bem próximo ao escatológico e ser prática que agrada aos homens. Saber *dar o cu*, mas afirmar a eventualidade do acontecimento parece equilibrar o segredo ao tabu.

Os meninos, por sua vez, tiveram opiniões variadas sobre a prática, oscilando entre considerar sujo e adorar a sensação de *apertado*. Alguns se referiram à prática de *comer cu de viado*, declarando que eventualmente gostavam de fazê-lo. Quanto ao sexo anal com as namoradas ou mulheres, também afirmaram ser esporádico, já que estas não gostavam

muito. Note-se que o sexo anal aparece tanto como demanda do parceiro quanto como prática restrita pelas preferências da parceira, não vistas necessariamente como limitações⁴⁸.

Discorrer sobre as práticas sexuais e as construções de sexualidade com os muleques da Galera é um exercício válido na (des)construção de noções correntes de infância, sexualidade, disposições e representações masculinas e femininas sobre o sexo. É bem verdade que, na Galera, a atividade sexual aparece como válida também em si para as meninas, ao mesmo tempo em que aparece também como relacional para os meninos. As inserções são sim diferenciadas, e apesar da aproximação, não ousaria igualá-las. Ao mesmo tempo, conseguem demonstrar como sujeitos lidam com feixes de relações distintos de hierarquia, gênero e classe social. As meninas e os meninos de rua ressignificam conceitos, práticas e vivências, e é isto que estamos tentando demonstrar.

Parceiros e relações afetivo-sexuais

*“Quem é fiel levanta a mão e diga eu
Se tu é mina fiel, valeu maior orgulho
Mas se mexe com as amantes, to
comprando esse barulho
Se liga no meu papo que é tão
interessante
Um homem de verdade tem que ter
uma amante
(...)
Nós pegamo as amante mas não
abandona as fiel
Chapadão no fim da noite
Não quero saber de nada, o que seria
de nós se não fosse as mamada”
(Mc Mascote, Tem que ter uma
amante)*

Resposta ao Funk acima:

*“O amigo deu um papo que é muito interessante
Ele disse que o homem tem que ter uma amante*

⁴⁸ O sexo anal pode ser interpretado dentro de um círculo de dádiva, em que o dar-receber-retribuir seja traduzido em dar o cu-comer o cu-não trair. Fazer sexo anal com seu macho é mais do que dar prazer a si e a ele: é garantir, mesmo que provisoriamente, a fidelidade.

*Se liga aí amiga, no que a Gaiola vai falar
Mulher de verdade quer um otário pra bancar
Ele chega no baile de cordão e celular
Quando vê uma gatinha ele corre pra azarar
Mas no final das contas é um otário pra bancar
Mas no final das contas é um otário pra bancar e aí
Os homens querem amantes
Escute o que eu vou falar
Os homens querem amantes
Escute o que eu vou falar
As mulheres do baile quer um otário pra bancar”
(Um otário pra bancar, Gaiola das
Popozudas,)*

As demandas sociais por se mostrar e se constituir adultos, dentro da Galera, são satisfeitas e legitimadas pelo reconhecimento, entre e intragênero, de suas capacidades e atividades sexuais. Neste contexto, o papel do/da parceiro/a é crucial: responsável por velar pela honra feminina, ou por controlar os impulsos sexuais masculinos, ele é também parte da obtenção do segredo.

Na Galera, existem basicamente três tipos de relacionamento, que se desdobram em vários outros: *ficar*, *piriguetar* ou *galinhar*, quando não se estabelece um relacionamento de contigüidade temporal perante o grupo, acontecendo encontros pontuais, sem compromissos monogâmicos ou de fidelidade; *namorar*, quando um relacionamento de exclusividade está estabelecido, mas os encontros não são necessariamente diários, e os *mocós* não são juntos; e *juntar*, ou, mais raramente, *casar*, quando se estabelece um relacionamento exclusivo, monogâmico, com compartilhamento de recursos materiais e de lugar de dormida. Quando as pessoas se *ajuntam*, viram macho e mulher, apesar de estas categorias serem também utilizadas, menos freqüentemente, entre casais de namorados.

A importância do *namorar* ou do *ajuntar* é diferente para homens e mulheres, apesar de existir tanto uma vontade de fazê-lo como uma não obrigatoriedade para ambos. É possível, tanto para meninas quanto para meninos, não namorar. Para as meninas, pode-se ser *menina só*, como o são Socorrão, atualmente com 14 anos, ou Taís, de 8. Para os meninos, pode-se ser *bicho brabo*, como Olavo, de 19, ou Mauro, de 12, por não querer estabelecer vínculos românticos, e sim *trepar* com o maior número possível de mulheres (“*meu negócio é*

piriguetar, trepar com todo mundo mesmo” Olavo, 19 anos).

Nas palavras de Paulinho, na época com 11 anos:

“Num existe pessoa que vive sem trepar, né, que é bom demais! Se eu pudesse, eu ficava era o dia inteiro nisso. Agora, não tenho (mulher) não, mas eu bem que queria “.

Além do querer e da disposição para o sexo, as falas masculinas estabelecem a diferença da conduta de mulheres. Na seqüência, Paulinho distingue entre as putas que come por causa de seu desejo sexual, e por não *agiëntar* e a menina que quer namorar, que deve ser *mais limpinha e se controlar*.

“É muito melhor, mais limpinha, tem que preocupar menos, né, porque essas mulheres que ficam dando para qualquer um aí, é tudo um bando de puta, sabe. Eu como porque sou foda. Mas mulher tem que se preservar (...)mulher tem assim, vamos dizer, menos vontade, né, num é que nem homem, que não agiënta.”

Apesar de o lugar construído do masculino ser o da disposição ativa para o sexo, e, portanto, aberto a qualquer possibilidade de intercuro heterossexual, do ponto de vista dos meninos da Galera, suas parceiras sexuais devem desempenhar um papel importante no tocante ao valor que eles têm perante si próprios e seus pares (Heilborn, 1999). Do ponto de vista masculino, a sexualidade feminina aparece aqui como naturalmente controlável, e, portanto devendo ser a única que se controla: o desejo que sentem é mais domável do que o masculino e, portanto, devem se preocupar em zelar por sua reputação, preservando-se e tendo relações sexuais só com seus machos.

A reputação e o respeito reconhecidos são valores importantes para os muleque do Gramado. É preciso impor e inspirar respeito, e a sexualidade é um dos mecanismos utilizados para tanto. Aparece, fortemente, a questão da fidelidade. O homem teria relações

fora do relacionamento porque não conseguiria resistir à sedução das outras mulheres. Mais do que isto, a disposição ativa para o sexo é condição de construção da masculinidade. A traição feminina, por sua vez, parece ser algo que mancha a reputação de seu macho. “*Ser corno, acho que deve ser ruim demais. Também porque pegou mulher piranha, queria o quê?*”, afirma Igor, de 15 anos.

É interessante perceber que as idéias sobre sexualidade feminina aparecem de forma diferente nos discursos das meninas. Na Galera, as mulheres têm como tarefa administrar o desejo sexual próprio e do outro, e daí a idéia de *golpe da barriga* e de *esperteza*. Assim, ao mesmo tempo deveriam gerir as investidas masculinas e dar vazão ao próprio desejo e tudo o que ele engendra em si e para além. Segundo Meriene, de 13 anos:

“Por exemplo, eu mesma. Perdi o cabaço foi com nove pra dez anos, mais porque o Kleber queria mesmo. Acho que mulher é assim, maior parte das vezes. Só que assim, eu me amarro muito em trepar. Ainda mais hoje em dia, que nem dói mais nem nada. Mas num sou que nem esses bichos aí, que num pode ver nada caminhando que já ataca. A gente, mulheres, se controla mais né? Tem vez que fico mês sem trepar. Num é que num faz falta, mas é só ir ali na bica, esfriar a cabeça, né?” (Meriene, 13 anos, 2006).

Meriene é uma das meninas da Galera. Está em Laranjais, de modo intermitente, há um ano e meio, no qual teve por macho Igor, de 15 anos. Apesar de a vontade sexual da mulher aparecer aqui também no domínio do controlável e do subordinado à vontade masculina, o controle aparece como ato da vontade sobre o instinto e a disposição. A vontade sexual existe, e é preciso “ir à bica esfriar a cabeça”. As mulheres são, neste sentido, mais espertas do que os homens, porque podem controlar sua vontade, fazendo assim escolhas como engravidar ou não. Querem e gostam de trepar, mas administram este desejo em nome de interesse outros, classificados, no momento dado, como mais importantes.

Neste sentido, dominam uma técnica que os homens não: o controle da vontade sexual, que aparece como contraponto à disposição masculina no ordenamento do ato sexual em si. Se são os homens que dizem em que posição sexual vão ficar, são as mulheres que dizem quando eles podem trepar. Elas têm de lidar, no entanto, com o medo da traição: se não querem *dar*, então que não reclamem se o macho for pegar outra mulher. A possibilidade de os homens traírem as mulheres parece ser mais aventada, e, até certo ponto, permitida também pelas mulheres. Meriene, por exemplo, afirma ser fiel ao seu macho, mesmo sabendo que ele “*acaba comendo umas piranhas por aí, que mulher pra dar em cima de homem dos outros é o que não falta mesmo*”. O controle da mulher se dá no âmbito da relação, mas não no tocante à disposição ou atividade em si do parceiro.

Meninos e meninas atribuem a ação do controle somente às mulheres. A diferença é que as meninas não consideram o desejo do sexo *naturalmente* mais controlável. Elas afirmam o desejo, e falam sobre o *esfriar a cabeça*, que envolve controle social e, mais do que isto, esperteza. Não negam o desejo do sexo, que não depende de uma relação fixa. O sexo querido não depende de uma relação afetiva e, mesmo que aceitem as que a moralidade da Galera as chame de putas, e aceitem estar no papel do controle, têm outra leitura de sua posição, relativizando o fato de serem chamadas de putas. O sexo aparece como meio tanto de entrada no mundo dos *muleques* e constituição de si como não infantil quanto, por outro lado, de controle sobre sua reputação e sobre os relacionamentos afetivos em que se engajam.

É também no âmbito das relações que as con(tra)cepções são pensadas. Cabe à mulher a esperteza de evitar a gravidez ou *dar o golpe da barriga*, ficar grávida. É sobre isto que nos debruçaremos no próximo capítulo.

Capítulo 4: E se pegar neném? Con(tra)cepção entre os muleques da Galera.

No bojo da sexualidade como meio de acesso ao status de quem sabe mais, de circulação por um mundo adulto, são apresentadas questões outras, engendradas pelo exercício de uma sexualidade ativa e valorizada positivamente. Considerações sobre quando e com quem trepar e as conseqüências para além do sexo são elementos evocados constantemente. A con(tra)cepção é algo que aparece fortemente nas falas dos muleques da Galera, e ter filhos, ou melhor, *virar pai ou mãe de família*, é algo que se coloca no horizonte de possibilidades dos meninos e meninas da Galera, e sobre o que eles discorrem frequentemente.

Ter filhos não aparece, porém, como conseqüência inexorável da relação sexual, ou da perpetuação de um relacionamento. *Embarrigar* não é a única coisa que pode acontecer depois de uma relação sexual, e virar *mãe ou pai de família* não é a única opção de quem embarriga.

As considerações sobre contracepção foram, em um primeiro momento, evocadas pelas meninas no contexto da necessidade de controle sobre a vontade sexual, sua e dos meninos. A partir daí, a discussão se tornou mais ampla, abarcando as idéias sobre parentalidade, entrada no mundo adulto e *responsabilidade*, categoria cara aos *pais de família*, provedores de suas mulheres e filhos.

Pra não prender neném

Na Galera o sexo aparece, em um primeiro momento, como atividade que pode ser praticada sem que se pense nela, não carecendo de qualquer programação. As iniciações, tanto masculinas como femininas, aparecem como obrigação social e técnica, e a ansiedade em torno delas é vivenciada e assumida. As relações sexuais como atividade cotidiana, porém, não são pensadas como antecedidas por considerações ou planejamentos.

Neste sentido, as trajetórias sexuais dos muleques são experimentadas como algo que

aglutina e, mais do que isto, circula entre o espontâneo e o controlado. A dimensão do que chamo controlado, aqui, difere para mulheres e homens: enquanto para as primeiras o controle se dá na barreira à vontade insaciável masculina, o controle para os segundos está ligado a esta mesma postura permanentemente ativa; é preciso sempre estar atento e disposto para se construir como *bicho solto*.

O conceito de trajetória aqui empregado condensa a série de episódios e estados que caracterizam uma dada esfera da vida, a saber, cenários e atores envolvidos em ações que aludem à moldura social que enquadra o exercício, por exemplo, da sexualidade, não deixando de considerar a ligação e imbricação entre esferas interiores e exteriores dos sujeitos (Heilborn & Bozon, 2006). “*A sexualidade com parceiro depende de uma contínua decifração de códigos de conduta, de gestos e de leitura das intenções dos envolvidos, de negociação de significados*” (Heilborn & Bozon, 2006:38).

Assim, nas trajetórias sexuais dos muleques da Galera, a preocupação com a con(tra)cepção é quase exclusivamente das meninas. Ao mesmo tempo em que cabe aos meninos escolher como trepar, cabe a elas o quando trepar, e, mais do que isto, o quando ejacular. Na fala de Núbia, grávida na ocasião, de 15 anos:

“Tem que saber fazer direito, se não fica esse bando de mulher otária, com 20 meninos pequenos carregando pra lá e pra cá. Porque os homens, pra eles é muito fácil, só dar tchau. Tem que saber direito quando pode, num deixar gozar dentro, se gozar ir na bica, essas coisas.”

Quando perguntada como a mulher fica grávida:

“Isso aí você sabe bem melhor que eu, né tia? Mas assim, eu sei também, os pessoal da GAPA já veio, já falou e tudo mais. A gala não pode pegar nos ovos da mulher, porque aí pega neném, não sempre, mas aí tem o perigo. E aí, também, se trepar quando

tiver de pacote⁴⁹, não fica grávida não, e nem se tiver perto de ficar.”

Controlar a vontade masculina tem a ver com a reputação das garotas na Galera, para não ficarem conhecidas como *arrombadas*, mas também tem a ver com o cuidado para não ficar (ou ficar) grávida.

A partir desta conversa com Núbia, passei a perguntar aos outros muleques como eles faziam para evitar filhos. As que ainda não tinham tido a menarca afirmavam não se preocupar com isto. Para as outras, os métodos que mais aparecem são o coito interrompido e a tabelinha, que dependem exclusivamente de cálculos da mulher: cabe a ela impedir a ejaculação em seu corpo, e dar vazão às investidas dos parceiros quando sabem que é seguro.

As meninas afirmavam que os conhecimentos para *não pegar neném* vinham das mães, ou das outras meninas da própria Galera, especialmente de Kelly. Cabe um paralelo com a pesquisa Gravad, que aponta ainda a presença sistemática da família como recurso cultural e sua primazia (limitada à mãe, para as moças) como interlocutora sobre a sexualidade nos grupos mais ricos. No que concerne à contracepção e gravidez, as mulheres dos grupos mais pobres *improvisam* entre a escola, a mãe e as amigas como fontes de informação, enquanto as oriundas de camadas ricas voltam a citar a mãe como recurso primeiro⁵⁰.

Outro método anticoncepcional bastante usado são os chás, comprados de ambulantes da rodoviária. Minha primeira impressão foi tratar-se de chás abortivos, mas depois entendi que não são estes os únicos: existem chás que as meninas tomam sempre, de cheiro forte e

⁴⁹ Menstruação.

⁵⁰ A família aparece aí não só como unidade de políticas públicas e socialização, mas também como espécie de “unidade de redenção”. Quando não é a família, a situação é retratada como improvisado. E os casos das meninas e meninos de rua, quem faz as vezes da família? Os pares, as famílias, as mães e os pais de rua?

coloração verde escura. A posologia varia de pessoa para pessoa, mas grande parte das meninas toma um copo do chá assim que a menstruação acaba, e outro por volta de dez dias depois⁵¹.

Camisinhas não são muito mencionadas, sendo trazidas à baila pelos meninos. É interessante perceber que a camisinha não figura como método anticoncepcional, mas como barreira ao contágio por um feminino (ou, em certos casos, um homem fora do masculino) fora de seu lugar esperado (como indica Douglas, 1986, a poluição tem a ver com o que está fora da ordem. Também os meninos e meninas de rua teriam poder de contágio devido a estarem fora de lugar?).

“Esse negócio de botar plástico, num gosto não, estranho demais. Mas quando vou comer cu de baitola, embrulho tudinho. Aquelas porras de viado, ainda junto com bosta, essas coisas nojentas... mas só assim mesmo”. (Leandro, 16)

Penetrar não o faz ser chamado de homossexual. Na posição ativa, não é poluído em sua identidade. Há que se ter o cuidado aqui para não reificar as noções de homossexual ativo e homossexual passivo. Parker (1990) indica uma dicotomização valorativa entre as posições de penetração. Os homens que têm posição ativa presumem que não serão chamados de homossexuais.

No tocante às relações com meninas, Mauro afirma:

“Aí tia, nós plastifica pra não pegar pereba, né? Vai comer puta por aí, aí até usa sim. Tem essas amarelinhas⁵², que tenho guardadas.

⁵¹ Infelizmente, meus conhecimentos sobre o chá são incipientes. Pretendo analisá-lo mais detidamente em outra ocasião.

⁵² Camisinhas de distribuição gratuita, dentro de campanhas do Ministério da Saúde.

Porque tem que tomar cuidado, senão fica doente mesmo. “
(Mauro, 12 anos)

A camisinha aparece sempre como meio de evitar doenças, mais do que como método contraceptivo. Parece ser importante usar camisinha quando se faz sexo com alguém que não seja sua namorada, para não *pegar pereba*, não *ficar sujo*. A camisinha parece ser pensada como uma barreira para a poluição: é possível penetrar o impuro e nem por isto abrir mão da pureza. Seu uso é prerrogativa masculina, são eles os que pegam as doenças, não os que as transmitem. As mulheres devem cuidar de sua reputação e de seus corpos, não trepando com quem não seja seu namorado e garantindo assim sua pureza⁵³. Para os meninos da galera, as mulheres que querem como namorada são as *limpinhas*. Uma mulher prostituta é considerada suja e, portanto, perigosa e poluidora.

Os meninos da Galera temem o contágio corporal quando as mulheres com quem têm relações são moralmente maculadas. As prostitutas (e as *arrombadas*⁵⁴) podem poluir o sexo deles, tornando-os sujos (aqui, está posta uma estreita relação entre sujeira e doença), mas não é a relação sexual em si com as prostitutas que vai poluir sua identidade moral. Eles se cuidam, porque serão poluídos não na sua moralidade, isto é, na sua reputação, mas sim pelos fluidos e secreções.

Na moralidade sexual hegemônica, é o masculino que pode macular o outro, não sendo maculável. O feminino, por sua vez, pode ser imaculado, ou maculável. Do ponto de vista da moralidade, o masculino não é poluível nem maculável, está no campo da ordem (Machado, 2000). Dentro do erotismo ocidental, aponta Bataille (1960), a mulher está posta

⁵³A pesquisa Gravad aponta que o uso do preservativo apareceu como dependente do tipo de relação. Camisinha foi mais utilizada por quem teve parceiro eventual, e o não-uso de proteção mais performado por aqueles que tiveram relação com ex-namorados.

⁵⁴ Em oposição às *apertadas*, ou seja, às meninas que tiveram poucas relações sexuais. Interessante refletir sobre o aberto e o fechado na Galera, pensado de uma forma muito diferente dos Makew estudados por Strathern.

no lugar do objeto sexual e cabe unicamente a ela dizer o não. O homem é posto na posição ativa na iniciativa sexual, e o interdito do sexo é posto na mulher. Na ordem lógica, cabe à mulher, para ser *honest*, dizer o não. As prostitutas, por sua vez, também são definidas pelo interdito: o *não* é substituído pelo dinheiro, e elas se tornam maculadas e moralmente poluídas.

Maculadas moralmente também são pensadas como da ordem da sujeira, e da transmissão das doenças. As doenças venéreas são consideradas como transmitidas pelas mulheres ou então, por analogia, pelos homens na posição passiva : os homens penetrados.

Enquanto os meninos podem ter relações com quantas mulheres lhes aprouver, as meninas da Galera não podem dormir com quem quiserem, porque viram *arrombadas*. Poluídas moralmente, podem ser poluidoras no sentido do contágio. As meninas da Galera, no campo das relações, também vão definir homens que poluem menos ou mais. Também definem os homens por padrões morais, mas a avaliação moral dos parceiros não reverbera no nível social. No domínio hegemônico, a posição de quem penetra é impolúvel. Não existe a idéia do menino arrombado, mas a das meninas arrombadas. O fato de não ser poluído moralmente faz com que não se tenha capacidade de contágio.

Na Galera, as meninas se colocam em posição de iniciativa sexual, de assumir o desejo sexual, mas também de deverem controlar o desejo, a sua reputação, e a reprodução. É ridículo meninas afirmarem que as meninas, no geral, não querem *trepar*. Apesar de se manter a dicotomia hegemônica conquistador/conquistada, as fronteiras vão sendo borradas. As mulheres são maculadas muito mais facilmente nas moralidades hegemônicas do que na Galera. A categoria da moralidade hegemônica *moça perdida* encerra em si comportamentos que na Galera são, mais do que aceitos, incentivados. É preciso não ser virgem, estar disponível para o sexo, gostar de trepar para ser muleque na Galera, sejam os muleques meninos ou meninas. Neste sentido, parece-me que enquanto o desejo da sexualidade diz respeito tanto ao masculino quanto ao feminino, a reprodução continua alinhada exclusivamente ao feminino (reproduzindo *ipsis literis* as concepções das moralidades hegemônicas).

No âmbito da preocupação com a contracepção, existiram referências, especialmente por parte das meninas mais velhas (Kelly, Paula e Daiane, com 15 anos), a pílulas anticoncepcionais. O preço caro, a dificuldade de acesso ao posto de saúde de Laranjais, a impossibilidade de retirar o remédio nas farmácias populares foram queixas que me fizeram voltar a atenção para as relações entre a Galera e as políticas de saúde voltadas a eles (se é que existe alguma).

A saúde fora do lar.

Meu primeiro contato com a relação entre os muleques da Galera e os serviços de saúde do DF se deu em 2003, quando de um confronto com a polícia, no qual três meninos da Galera ficaram feridos. Mesmo com ferimentos abertos, relutaram em ir ao hospital. Quando finalmente chegamos ao pronto-socorro do Hospital de Base⁵⁵, pude perceber as tensões que existiam entre ser atendido e conseguir ir embora. Depois de quase três anos, quando as meninas reclamaram da não disponibilidade de consultas aos ginecologistas e do acesso a métodos anticoncepcionais, mais uma vez as tensões se apresentaram.

Ainda na rodoviária, quando perguntados sobre possíveis campanhas de saúde dirigidas a eles, os muleques reclamaram de sua ausência. Durante o tempo em que estiveram na rodoviária, alguns grupos de prevenção a DST/AIDS, governamentais e não-governamentais, fizeram-se presentes, com oficinas sobre a utilização das camisinhas e a conscientização sobre comportamentos de risco. E, segundo os muleques, foram os únicos profissionais de saúde com o qual tiveram contato direto. Na fala de Batista, 11 anos:

“Quando é pra embrulhar o pau, pra vim dizer pra nós fazer assim, eles vem aqui. Mas pra tosse, pra um xarope, aí eles dizem que não tem como não. Pra verme, os bacuri aí tudo com olho baixo de verme, também num tem ninguém que vem falar. Parece que a única

⁵⁵ Hospital público do Plano Piloto, área nobre de Brasília.

minhoca que interessa é o pau, o resto.. deixa nós aqui, cagando mesmo, num tem problema não”.

A dificuldade de acesso a programas de saúde por parte dos meninos de saúde se insere no âmbito maior da assistência a pessoas em situação de rua. Apesar de algumas esparsas iniciativas⁵⁶, as dificuldades que se apresentam às pessoas sem domicílio fixo para atendimento na rede pública de saúde são imensas. Só é possível marcar consultas nos ambulatorios com os comprovantes de residência, o que impede o atendimento a populações como os moradores de rua e os ciganos, por exemplo. Para além disso, a exigência da ciência e consentimento dos responsáveis, para adolescentes, e principalmente crianças, dificulta a própria ida ao pronto-socorro, local em que o atendimento prescinde , ao menos idealmente, do comprovante de residência.

Durante o I Encontro Nacional sobre população em situação de rua, promovido em 2005 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o atendimento à saúde foi reivindicação de diversas associações de moradores de rua. Segundo o documento síntese do encontro:

“Antônia, do movimento dos catadores do DF reivindicou a adequação dos serviços de saúde à realidade dos moradores de rua, considerando que o requisito do fornecimento de endereço para que seja efetuado atendimento nesta área constitui fator limitante ao acesso. Destacou como estratégia que a política que está sendo pensada leve em conta as condições de moradia, alimentação, saúde e trabalho das pessoas que trabalham com materiais recicláveis” (MDS, 2005: 17).

⁵⁶ Em Belo Horizonte, por exemplo, existe um braço do Programa Integral de Saúde da Família voltado ao atendimento de população em situação de rua.

Machado (2006) traça considerações sobre a circulação de dons e prestígio nos serviços de saúde, entre usuários e funcionários. Tendo como foco o pronto-socorro, a autora discorre sobre circulações negativas e positivas da reciprocidade de formas de prestígio, a serem trocadas como dádiva entre médicos e usuários. Enquanto dos médicos é esperada atenção, escuta e cuidado, dos pacientes se espera atenção, fala e gratidão. Quando isto não se dá, acontece uma *circulação negativa de prestígio*. No caso dos moradores de rua, a circulação negativa de prestígio se dá antes mesmo da chegada ao médico: as circulações de prestígio se dão entre atendentes e pacientes, ou mesmo entre o *sistema de saúde* e os pacientes.

A dificuldade dos meninos e meninas da Galera está além da falta de residência fixa, porém, e talvez esteja estreitamente interligada à própria concepção de assistência social enquanto política pública, assentada em três elementos fundamentais: descentralização, territorialidade e foco na família⁵⁷. Se não estão na família, então estão fora da ordem.

No caso específico das pessoas com mais de 10 anos, chamadas pelo Governo Federal de adolescentes, existem algumas poucas menções, nas políticas do Ministério da Saúde, à necessidade de atenção especial a adolescentes em situação de rua. Lê-se, por exemplo, no documento que contém orientações para a organização de serviços de saúde no que concerne à *Saúde Integral de Adolescentes e Jovens (MS, 2005)*:

“É importante ressaltar que existem grupos de adolescentes e jovens em situações especiais de agravos, que devem ser priorizados na atenção à saúde. Esses grupos não vêm sendo adequadamente atendidos por despreparo dos serviços de saúde para o acolhimento dessa clientela. Isso implica no desenvolvimento de estratégias

⁵⁷ “População de rua, para nós, é um grupo heterogêneo, que vive em situação de pobreza absoluta, que sobrevive de atividades que desenvolve no espaço da rua, que mora na rua, tem vínculos familiares ou comunitários fragilizados ou interrompidos e passa a viver um processo de desfiliação social”. Rita de Cássia, Diretora de Proteção Social Especial (MDS, 2005: 23)

diferenciadas como a criação de mecanismos de integração com as instituições que lidam com esses grupos.

Dentre esses grupos, deve-se destacar os seguintes:

- Os envolvidos com exploração sexual;
- Os envolvidos com violência;
- Os profissionais do sexo e de outras formas de trabalho perigoso, penoso, insalubre e noturno;
- Os egressos de atividades laborais de risco;
- Os moradores de rua e de acampamentos rurais;
- Os institucionalizados;
- Os que estejam cumprindo medida socioeducativa;
- Os que apresentam alguma deficiência;
- Os infectados com HIV”.

No caso das crianças, porém, não aparecem alusões à possibilidade da ausência de responsáveis na Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança.

Como mostram Shore e Wright (1997), as políticas públicas vêm se delineando como um princípio organizador das sociedades contemporâneas. São, mais do que meros fatos e dados, lugares de discussão e de disputa por poder, prestígio e visibilidade, nos quais se elegem problemas sociais como mais ou menos importantes para aquela dada sociedade. Neste sentido, as políticas públicas aparecem como linguagem, agentes culturais e tecnologia política⁵⁸. As autoras apontam como as políticas públicas constroem problemas

⁵⁸Termo foucaultiano para designar os meios pelos quais o poder camufla sua própria existência.

sociais como objetos de poder, e como reivindicações normativas são usadas para apresentar um modo particular de definir um dado problema, silenciando (ou ao menos minimizando a importância de) os outros modos de abordá-lo.

Neste sentido, também a ausência de políticas públicas em determinado campo de problemas sociais fala muito sobre as construções simbólicas e relações de poder que o envolvem. Não assumir determinado ator social como objeto de políticas públicas é, em certo sentido, invisibilizá-lo, já que as políticas públicas servem como mediadoras e mesmo constituintes de subjetividades e identidades legitimadas socialmente, sendo recursos classificatórios e narrativas que servem para empoderar alguns e silenciar outros.

Neste contexto se dão as dificuldades de inserir tal população dentro das políticas públicas de saúde, mais especificamente as voltadas para as crianças (já que a noção de criança pressupõe envolvimento familiar e tutela adulta), e tecer considerações sobre o significado sobre a quase ausência de políticas públicas de saúde para meninos e meninas de rua, exceto por campanhas na área de prevenção contra DST/Aids.

Cabe, talvez, perguntar o porquê da eleição da prevenção a doenças sexualmente transmissíveis como único aspecto da saúde a ser abrangido para meninos e meninas de rua, mesmo que não se chegue a uma resposta satisfatória.

Interessante notar que a família aparece, aqui, como valor moral. Mais do que isto, é a principal referência simbólica para os pobres, como aponta Sarti (2003). Estar dentro de sua família significa pertencer a um todo que tem precedência sobre as partes, com um padrão tradicional de autoridade e hierarquia. Assim, não ter família significa estar fora das redes de pertença, fora da lógica que tem a família como universo moral, e ser considerado inferior. A criança só é legitimada se dentro deste universo da família. Depende da relação filho/mãe para se constituir como cidadã plena. Portanto, só se é criança relacionando-se com adultos, enquanto filho, pupilo, aluno, tutelado. E está aí a dificuldade da individualização das crianças como objeto de políticas públicas. Tem-se um paradoxo em torno de uma cidadania incompleta, já que, quando se está preso em uma totalidade, não se

é indivíduo.

Neste sentido, podemos traçar um paralelo entre o processo de individualização das crianças e a análise do movimento feminista de emancipação das mulheres de suas identidades necessariamente vinculadas a papéis sociais, principalmente papéis sociais do domínio do privado e da família, como demonstram Franchetto, Cavalcanti & Heilborn (1981):

“A postulação da mulher enquanto indivíduo vem questionar a sua alocação exclusiva no domínio do privado, o fundamento da distinção de papéis sexuais, que a instituição familiar, na sua feição nuclear, expressa. Pois o que é uma família nuclear senão um homem, uma mulher e crianças? As mulheres em movimento requerem autonomia, realização enquanto indivíduos, fracionando a totalidade hierarquizada da família. O próximo passo não será o das crianças?”. (1981:39)

Na *Agenda de Compromissos para a Saúde Integral da Criança e redução da mortalidade infantil*, de 2004, o Ministério da Saúde aponta, já na apresentação, que, segundo os princípios do SUS, o atendimento deve ser indiscriminado e “a pessoa deve ser tratada na sua individualidade. Não basta atender a todos para que o tratamento seja bem sucedido. Há que se levar em conta as especificidades de cada paciente.” Percebe-se uma apropriação do discurso considerado correto e dominante na área da saúde, de atenção integral ao indivíduo e adequação a suas especificidades (neste sentido foi criada um Plano de Saúde da Criança, vinculado intrinsecamente ao Plano de Saúde da Família e ao Plano de Saúde da Mulher). Durante todo o documento, a figura que liga os projetos de atenção à saúde à criança é a família, personificada na figura da mãe.

Entre o que o documento aponta como *Princípios norteadores do cuidado na saúde da criança* aparecem o planejamento e desenvolvimento de ações intersetoriais (principalmente a saúde do escolar e a educação infantil), o acesso universal, o acolhimento,

responsabilização, assistência integral, assistência resolutiva, equidade, atuação em equipe, desenvolvimento de ações coletivas com ênfase nas ações de promoção da saúde, participação da família/controle social na gestão local e avaliação permanente e sistematizada da assistência prestada. A criança alvo destas políticas, como fica claro por seus princípios, é a criança dentro da família (e determinada quase que totalmente por ela) e da escola, instâncias em que o governo pode se fazer mais presente do que na rua, espaço da circulação, do não controle, uma espécie de não espaço. A valorização à participação da família vem a favor de uma interpretação da criança como um todo e de uma assistência médica humanizada, refletindo os valores morais e sociais que estabelecem a criança como categoria relacional e só plena se dentro de seu papel de filha.

Assim, meninos e meninas de rua não conseguem se enquadrar nem na noção de criança, nem nas políticas públicas de saúde. A eles falta o elo com o Estado, falta-lhes a família, tão zelosamente construída como célula base das políticas públicas de saúde. São vozes silenciadas⁵⁹, crianças que, por não se enquadrarem nos papéis sociais legítimos de crianças (mesmo que seu papel social tenha sido assegurado legítimo pelo ECA), são invisibilizadas, transformadas ou bem em delinquentes (e aí podem ser enquadradas nas políticas para estes), ou bem em adultos mirins.

Não se encaixam nas ações do PSF (Plano de Saúde da Família) por não construírem suas identidades somente por meio destas; não se encaixam no Plano de Atendimento Integral à Saúde da Criança por não possuírem o elemento adulto necessário para fazer a mediação

⁵⁹ Paralelo interessante com crianças e adolescentes do Reino Unido. Como nos relata Alderson: “Em 1994, assisti a sete adolescentes apresentarem relatos e poesias para mais de 200 profissionais da saúde. Primeiro, pediram que o público tapasse os ouvidos com as mãos. Isso durou mais ou menos um minuto, mas pareceu demorar muito mais. Os sorrisos dos participantes começaram a se transformar em perplexidade. Finalmente, um dele disse: 'Agora, podem tirar as mãos. Vocês nos perguntam como é, para nós, falar com trabalhadores da saúde. Normalmente, é assim'”.

entre a criança e o Estado, apesar de o ECA e o SUS garantirem atendimento integral. Não têm políticas específicas porque não têm um lugar específico legítimo.

Segundo o princípio de universalidade do SUS, meninos e meninas de rua devem ser atendidos. Por não terem endereço fixo, não conseguem ser atendidos nos Postos de Saúde, mas o problema é maior do que este. Nos prontos-socorros, depois de muita espera, conseguem o atendimento: o problema são suas conseqüências. Sempre presente está o medo de não conseguir sair do Pronto-Socorro. Apesar de não haver nenhuma recomendação explícita no Estatuto da Criança e do Adolescente ou nas diretrizes do Sistema Único de Saúde, é praxe (segundo os muleques da Galera) exigir a presença dos responsáveis, especialmente para os muleques mais novos. Com as idas aos hospitais, são descobertos, e portanto sua permanência nas ruas é ameaçada, já que são pensados como fora do lugar. Precisam ser realocados, encaminhados de volta às suas famílias (sempre elas) ou a instituições de “apoio”.

Adriana Vianna (1997) aponta que o termo *menor* vem descolar certos indivíduos de uma idéia geral de infância, remetendo-se a processos de hierarquização social “*na medida em que permitem que seja consolidada uma desigualdade de acesso ou utilização de determinados 'direitos' legalmente estabelecidos*” (1997:22), trazendo em seu bojo toda uma gama de significações outras. Neste sentido, por mais que não mais caracterizados juridicamente deste modo, meninos e meninas de rua são sim menores, ou, como diriam eles mesmos, *de menor*.

Após o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a não utilização jurídica do termo menor (o que não implicou em sua obsolescência em termos de eficácia social- os muleques da Galera ainda se vêem e são vistos como *de menor*), meninos e meninas em situação de rua (ou mesmo pobres no geral, como indica Nunes,2000) passam de não-crianças a crianças homogeneizadas pelos padrões familiares de classe média, ou se não, pelo menos dos códigos relacionais que as subsumem à família como bem social, político e jurídico.

Talvez o Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens pudesse contemplá-los (ou ao menos uma parcela deles). Um de seus 14 objetivos específicos é *“Instituir, reordenar e qualificar o atendimento na rede do SUS a adolescentes e jovens que vivem em situação da/na rua, em acampamentos rurais ou em abrigos; que estão em conflito com a lei; que são portadores de deficiência ou de transtorno psíquico”*. Interessante notar que o espaço ocupado pelos jovens em situação de rua é mínimo no documento de mais de 30 páginas, e que é dividido com vários outros grupos com especificidades diferentes e heterogêneas. E, no documento síntese, aparece apenas uma menção rápida à necessidade de especificidade de atendimento. Mesmo que isto ocorresse, o plano abrange a população que tem entre 10 e 24 anos de idade. E quanto às crianças de rua de menos de 10 anos de idade? Provavelmente, têm ainda menos direito de estar na rua e ainda quererem tratamento de saúde.

Por deslizarem entre categorias, meninos e meninas de rua são muitas vezes não abarcados por políticas de saúde (diarréias, verminoses, doenças respiratórias, todas tão comuns entre esta população, não são alvo de nenhuma política específica). E uma das maneiras de realizarem esta circulação entre categorias como adulto e criança é utilizando-se da sexualidade.

Neste contexto, talvez de preocupação por crianças estarem se utilizando de dispositivos adultos, talvez de preocupação de não reprodução de uma população indesejada e com poder de contágio, as únicas políticas de saúde específicas para meninos e meninas de rua dizem respeito à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da Aids.

Mas mesmo neste contexto, de algumas iniciativas voltadas a adolescentes em situação de rua, o atendimento aos muleques do Gramado é considerado por estes como truncado e difícil⁶⁰. As meninas reclamam sobremaneira da dificuldade de obtenção da pílula

⁶⁰ O primeiro (e até agora, único) posto de saúde de Laranjais conta com consultório médico, consultório odontológico, enfermagem, farmácia, vacinação e nebulização. O hospital regional mais próximo a esta região conta com atendimento emergencial, pediatria,

anticoncepcional. Segundo Paula, 15 anos:

“Eles falam que pode ir no posto, pra pegar o remédio. Aí, é chegar lá e falam que tem que ter receita, porque senão não pode tirar. Mas pra ter receita, tem que marcar consulta, ou então ir em um negócio lá, parece de reunião, que tem que o pai saber. Quer dizer, pra mim, não dá. E olha que já fui lá, perder meu tempo, várias vezes. Agora, já sei: quando junto grana, compro ali na farmácia mesmo, porque é mais fácil. E quando não tem, aí me viro mesmo, né?”

Ter assegurado o direito a tratamento específico no documento base do Ministério da Saúde não é garantia, de modo algum, de atendimento. As bases de funcionamento da Farmácia Popular, que exige a receita médica, e dos ambulatórios, que exigem o endereço, tornam a proposição utópica. Também o acesso ao PRAIA (Programa de Atendimento Integral ao Adolescente) de uma Região Administrativa próxima, se aventado, tornar-se-ia impossível, posto que a anuência dos responsáveis é buscada. Como garantir o acesso destas crianças e adolescentes a direitos sexuais e reprodutivos, sem passar necessariamente pela figura dos pais?

Dentro do imaginário da saúde pública brasileira, como aponta Brandão (1996), os adolescentes são, em grande parte das vezes, retratados como inseqüentes, irresponsáveis e incapazes de gerir a própria vida sexual e afetiva (e não só ela), já que juventude e adolescência são concebidas como etapas de muitas mudanças em curto espaço de tempo. As crianças, por sua vez, são quase que completamente subsumidas à família, ou, no mínimo, às suas mães.

A legitimidade da sexualidade juvenil e a construção da autonomia social dos jovens estão ligadas à noção de direitos como aquisição de autonomia. Políticas públicas para

clínica médica, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia. Conta também com um PRAIA (Programa de Atendimento Integral ao Adolescente).

adolescentes tratam muito da noção de risco e, portanto, proteção. Jovens protegidos da sociedade como um todo e também de si mesmos (meninos e meninas de rua têm ainda um outro elemento a ser acrescentado: a sociedade deve ser protegida deles).

“Quando nós pega barriga”

Nestes mais de três anos de pesquisa, seis meninas da Galera (duas com 12, uma com 11, uma com 13 e duas com 15 anos) ficaram publicamente grávidas. E a responsabilidade pela gravidez foi colocada, em todas as vezes, sobre as meninas. Na opinião da maioria dos/das integrantes da Galera, são elas que devem cuidar para que isto não aconteça, e é também sobre elas que recaem as maiores conseqüências da gravidez. As duas meninas que tiveram filho voltaram para casa depois do parto, mesmo que por um período relativamente curto. A volta à casa para ter o filho parece-me estar ligada tanto à maternidade como redenção frente à família quanto com um retorno ao domínio do privado, em que, apesar de obedecerem regras, as meninas têm quem as cuide, suas mães. É na ocasião em que se transformam em mães que as meninas circulam, quiçá pela última vez, entre o ser criança e o ser muleque.

Na Galera, embarrigar não quer dizer necessariamente virar mãe. Várias vezes, contam as meninas, os métodos anticoncepcionais *falham*. E a gravidez acontece sem que a menina queira. Outras vezes, como afirma Meriene “*é tudo muito triste, sabe, porque eu quero ter neném e tudo mais, mas é tão difícil, que depois me dá medo, muito medo*”. Das meninas da Galera que entrevistei, oito estavam em idade fértil, das quais três afirmaram já ter *tirado criança*. Duas usaram chás e pedras abortivas, enquanto uma foi a um médico, que lhe cobrou 300 reais pelo aborto. Segundo ela, ficou com medo de morrer caso as coisas dessem errado, portanto preferiu pagar por um médico.

Dos meninos da Galera, apenas um afirmou já ter tido *filho tirado*. Também dos meninos, 3 têm filhos, pelos quais são responsáveis, e por meio dos quais realizam a passagem para a vida adulta. A categoria responsabilidade é muito importante aqui: enquanto são bichos soltos, são livres, valentes e espertos, donos do próprio nariz, sem ninguém que mande

neles. Quando têm filhos, se vêem como pais de família, homens provedores responsáveis por “*botar comida na boca dos meninos, educar mesmo*” (Jackson, 17).

A gravidez aparece, pois, no cenário de aprendizado da sexualidade e da gestão de afetos, apesar de a gravidez não dizer respeito só a sexualidade e afetos. Ela também diz respeito a autonomia, status e prestígio dentro do grupo, projeto de vida e uma infinidade de outros aspectos que, mesmo perpassados pela sexualidade (e não necessariamente pelo afeto ou pelo viés biologizante) vão para muito além dela. (Leal, 2005)

Os discursos sobre gravidez na adolescência adquirem tom alarmista e moralista, relacionando-a a pobreza, marginalidade social e desestruturação familiar (não seriam estas todas características atribuídas também aos meninos e meninas de rua?). Já que a maternidade é a assunção de um papel adulto, ela geraria instabilidade, imaturidade e crise (o que não casa com a visão social sobre a parentalidade). A gravidez precoce é definida medicamente como aquela ocorrida até após dois anos da menarca, que pode trazer riscos a mãe e ao filho. Brandão, 2006, aponta que literatura afirma serem gravidezes neste período decorrentes, em geral, de incesto e abuso sexual.

Dentro da visão das políticas sociais, e mais, de um imaginário nacional compartilhado (Bozon & Heilborn, 2006) sobre gravidez na adolescência como problema social, não assumir explicitamente seu desejo de gravidez pode ser uma saída frente à interdição social que paira sobre o fato. Dentro das mudanças socioculturais que transformaram o comportamento social e de gênero e da nova visão de cidadania, que amplia o elenco de direitos juvenis, aprofundando o individualismo na esfera dos direitos sociais e políticos, a sexualidade, a reprodução e a família passam a ser valoradas como direitos tanto pública quanto privadamente. Aparece aqui a hipótese da gravidez como um mecanismo de autocontrole que afasta a jovem do risco de cair em uma vida sexual promíscua, socialmente rechaçada (Leal, 1999), ao mesmo tempo em que a ameaça de homossexualidade é afastada da figura do pai da criança.

A adolescente grávida é apresentada, pois, sob a égide da vitimização. A assistência médica

e atenção integral, propostas pelo Ministério da Saúde, devem começar na gravidez e durar até o primeiro ano de vida do bebê. A primeira entrevista pré-natal, à qual nenhuma das meninas teve acesso, tem por um de seus objetivos detectar fatores de risco, além de traçar um perfil familiar, construindo a noção de *família de risco* ou de *família disfuncional*. Ocorre, aí, um deslizamento semântico entre gravidez e parentalidade.

Pai de família/Mãe de família: a responsabilidade e o respeito.

*“Era só mais um Silva,
Que a estrela não brilha
Ele era funkeiro
Mas era pai de família”
(Rap do Silva, Mc Marcinho)*

*“a nomeação feminina passa por outro processo,
havendo apenas dois nomes ao longo da vida:
quando criança imatura e quando se torna adulta.
Porém, não é a atribuição do nome que confere maturidade à mulher
, e sim as etapas do ciclo de vida, de crescimento biológico,
aliadas a mudanças de status, desde que é recém-nascida
até ser mulher madura, quando já tem um filho.
Note-se, com curiosidade, que tanto para o homem quanto para a mulher
, a maturidade vem com o nascimento de filhos,
embora sejam considerados adultos após as cerimônias de iniciação
ou casamento.” (Angela Nunes, O lugar das crianças nos textos
sobre sociedades indígenas brasileiras)*

A maternidade (e, em certo sentido, também a paternidade) é uma forma de mudança de status: em nove meses, passa-se de filha ou filho para mãe ou pai, ou seja, passa-se de criança para adulto. Resguardando-se as temporalidades específicas, esta ocorrência marca um engessamento das possibilidades de circulação. Enquanto trepar significa ser “mais adulto”, conhecer seus segredos; tornar-se mãe significa virar totalmente adulto, penetrar no universo adulto das responsabilidades e obrigações. E é aí, neste universo da parentalidade como possibilidade concreta de mudança de status, muitas vezes pensada como positiva, que se colocam as considerações a seguir. Como a maternidade/paternidade pode ser diferentemente significada, e como pode ser ela parte de um projeto de futuro que,

para parte destas meninas/os de rua, deve acontecer no agora. A gravidez pode aparecer como estratégia de melhora de condição de vida (Roland, 1994).

Nas falas da Galera, as meninas aparecem como devendo fazer jus e serem responsáveis por suas ações: *“ninguém mandou embarrigar, então agora agüenta”*. Vale a pena também pensar no papel duplo que a maternidade ocupa no imaginário das meninas da Galera: ao mesmo tempo aparece como uma possibilidade de projeto de futuro, mudança de status e remédio para a solidão (é a construção certa de um núcleo familiar, mesmo que os homens não queiram assumir as crianças) e como a indesejável morte da liberdade (inclusive sexual) propalada nas ruas, e de um possível abandono futuro, desta vez por parte das/os filhas/os. Nas palavras de Kelly, de 15 anos:

“Tem várias vez que penso que queria pegar filho. Era certeza de não viver mais só, de ter alguém do meu lado, sabe? Porque macho, esses vai e vem, num é certeza de nada. Quando eu ficar grávida, certeza que num é pra prender macho. Desde quando que menino prende macho? (...) Mesmo tempo, eu fico pensando assim, que se eu tiver filho que nem eu mais Washington (irmão de Kelly, também da Galera), vou continuar é sozinha mesmo. Minha mãe sempre que diz, que de castigo vou ter filha trejeira que nem eu, que vai largar de mim cedinho. E aí, no que eu penso é nisso: vou perder minha liberdade, sabe, assim, de poder ir com quem eu quero, pra depois menino vim me deixar sozinha?”

Interessante a visão de Kelly, e dos outros muleques da Galera também, sobre a agência de seus possíveis filhos. Poderiam abandoná-los, como eles fizeram com suas mães (e não o contrário). Negam-se, por sua própria experiência, o lugar da família como único possível para crianças, também consideram esta negação para as gerações futuras.

Aparece na fala de Kelly o outro aspecto da esperteza dentro da sexualidade das meninas: ficar grávida para prender macho. Se é por serem espertas que elas fazem sexo, é por serem mais espertas ainda que ficam grávidas, de quem quiserem, para ter poderes de barganha

frente à sexualidade masculina, que encontra alguns limites nas responsabilidades parentais. Também para os meninos, “*ter filho é assim responder por alguém sabe, ser assim honrado de botar comida pro filho comer, de guiar a pessoa*” (Batista, 14). Mesmo assim, a responsabilidade pela concretização da gravidez, nas falas da Galera, é das mulheres: elas que não foram prudentes, os meninos apenas colocaram mais uma vez em prática sua sexualidade não plenamente controlável. E é exatamente por isto que a esperteza das meninas que querem engravidar triunfa.

Um dos desdobramentos interessantes da paternidade precoce é justamente o efeito de afirmação da sexualidade pelo fato de terem feito um filho em uma mulher e não pela paternidade em si, sobretudo entre os segmentos populares, como apontam Heilborn et alii. Gravidez aparece como afirmação da sexualidade com parceiro e reconhecimento entre e intragênero.

A sexualidade desempenha papel crucial na construção das identidades destes meninos e meninas, aparecendo como um dos possibilitadores da movimentação entre o ser criança e o ser adulto no universo das ruas. É dentro deste universo, marcado pela circulação entre lugares físicos e sociais, que se produzem e reproduzem valores permeados por construções de gênero que, ao mesmo tempo em que cristalizam concepções de vários mundos morais, colocam novas questões. O desafio é não reduzir estes meninos e meninas à sexualidade, tentando dar conta da pluralidade de valores, vivências e representações acerca destas e de outras questões.

Mais do que isto, o desafio é perceber que os meninos e as meninas pensam-se e repensam-se constantemente, construindo predominantemente suas identidades como adultos baseadas em valores como a liberdade, a esperteza e a valentia. Consideram-se autônomos, trazendo em seu bojo o horror pela obediência e o apreço à liberdade. Ser adulto, portanto, aparece como valor estritamente ligado a tais condições de autonomia.

Se os muleques da Galera se pensam autônomos e livres, circulando entre o ser criança e o não ser criança, e são exatamente a liberdade e a sexualidade peças basilares de suas

identidades enquanto *bichos soltos*, quando eles passam à condição de pais as coisas mudam de figura. Agora inseridos na lógica do mundo adulto das responsabilidades, tornam-se respeitáveis não mais exclusivamente pela sua valentia, mas por seus status de pais de família. Representam a mudança de status pelo ideal de constituírem outra família: não deveriam mais obediência à família de origem sendo pais de família, o que simbolizaria autonomia e responsabilidade.

Neste sentido, afirmam que, sendo pais, saem do domínio de suas famílias de origem, domínio este que já questionavam desde quando foram para as ruas, e passam a formar uma nova família, aonde podem se reconhecer como adultos respeitáveis. A responsabilidade parece ser uma categoria bastante vinculada à noção de paternidade nas classes pobres, aparecendo também nos estudos de Cabral (2004), sobre paternidade na favela.

De novo, a não-obediência aparece como valor caro aos muleques da Galera, que marcam uma fronteira identitária entre ser filho/filha e ser pai/mãe. Neste sentido, invocam o ditado “*criança que faz criança não é mais criança*”. Se são pais, acreditam carregar em si uma marca identitária que os separa de uma visão de criança associada à obediência e ao não conhecimento. Como veremos adiante, quando estas marcas não são suficientes para dar fim à exigência de obediência nas casas de seus pais (lugar para onde voltam por ocasião do nascimento dos nenéns), as meninas acabam voltando para as ruas, com seus filhos.

Nenéns da Galera

Durante meu convívio com a Galera, Daiane, na época com 12 anos, e Jackson, na época com 15; e Núbia, com 14, tiveram filhos que foram aguardados e festejados pela Galera. Vale uma pequena recuperação das histórias destes muleques (os pais), e uma breve introdução das destes nenéns (os filhos).

Importante também falar sobre os *filhos dados*, crianças que as meninas da Galera pariram, e que são cuidadas por outras pessoas, normalmente por parentes do lado materno (o que

nos remete novamente à circulação de crianças apontada por Fonseca, 1986; Sarti, 2000 e Stack, 1976). Só soube da existência destas crianças depois de muita conversa sobre gravidez e maternidade. Paula me confidenciou que tivera um filho, aos 11 anos, um pouco antes de vir para a rua, e que dera para a tia do namorado cuidar. *“Tenho muita vergonha, sabe. Quase nunca vejo o menino. Prefiro não ver. Mas se eu souber que tão judiando, vou lá na hora e trago pra cá.”* Também Mauro, de 12, e Maria, de 13, têm filhos dados. A vergonha parece vinculada à impossibilidade de ser mãe ou pai, colocada como uma espécie de falha. *“Eu não agüentei não, minha vida é aqui, no mundo cão, como que eu ia ter neném atrás de mim? Foi melhor, no fundo. Mas um dia vou ser pai de família.”* (Mauro, 12).

“Lugar de mãe é em casa” – o caso de Daiane

Daiane estava na rodoviária, sem voltar para casa, há mais ou menos cinco meses, quando a conheci (em novembro de 2003). Saiu de casa, em Santo Antônio do Descoberto, onde morava com a mãe, o padrasto, dois irmãos e uma irmã mais novos (todos filhos da mãe com o padrasto) há três anos. Afirma voltar todo ano para visitar a família, e levar alguma ajuda, principalmente para o natal. Quando indagada sobre o motivo por ter saído de casa, alegava que o padrasto “judiava muito” dela, recusando-se, porém, a especificar o significado desta expressão.

Daiane era mulher de Jackson desde que chegara à Galera. Diz que o conheceu no primeiro dia em que visitou a rodoviária, na companhia de um amigo, seu antigo vizinho. Começaram, então, a namorar, o que culminou com sua ida definitiva para o Gramado. Quando a conheci, Daiane estava grávida de aproximadamente quatro meses, e preparava-se para voltar para casa, no natal. Estava preocupada com a reação da mãe à sua gravidez: *“minha mãe vai é dizer sei lá o que, que eu virei vagabunda. Num tô a fim de ouvir, sabe, só encheção de saco. Num tem direito é nenhum na minha vida, e vem brigar. Quero só é ver”*. Disse estar contente com a gravidez, apesar de não saber o que fazer quando o neném nascer.

No Gramado, Daiane estava extremamente ligada à imagem de Jackson: era a mulher dele, que estava *buchuda*. Na verdade, conseguiu se inserir aí, em grande parte, por meio de sua relação com ele. Parece ser importante, também para ela, apresentar, em seu discurso, certo nível de dependência em relação a ele. Não trabalhava, e, durante a tarde, esmolava em sinais de trânsito próximos da rodoviária. Dizia gostar de esmolar, “*porque é o jeito melhor de conseguir dinheiro, né, com respeito pelas pessoas, sabe. se não quiser dar, não dá, tendeu? Mas na maioria das vezes, da pra tirar dinheiro bom*”⁶¹. Apesar disto, fazia questão de afirmar ser sustentada por Jackson: “*ah, tia, ele que arranja o mais de comida pra nós comer, então posso falar que ele é meu macho, né, que me sustenta*”. Aqui aparece uma relação interessante de tutela e pertença: é importante afirmar ser dependente de Jackson, para demonstrar ser ele seu macho, e portanto ganhar respeito e status dentro do grupo.

Como apontam Macedo (1979), Fausto Neto (1982) e Sarti (2003), dentro dos valores das famílias pobres, cabe ao pai de família, ou seja, ao homem, o papel de provedor. Também parece ser assim dentro da Galera. Se Jackson sustenta Daiane, ele a protege, e ela o obedece. Parece comprar o discurso hegemônico do grupo, ao mesmo tempo em que o burla: consegue bastante dinheiro esmolando, e eu mesma já a vi comprar comida para Jackson. Daiane se vira em mulher de Jackson, mas se vira também em menina de rua, independente, dona de si.

O fato de estar grávida mudou a posição de Daiane tanto dentro do Gramado quanto na sociedade mais ampla. Depois do Natal de 2003, não voltou mais para a Rodoviária, ficando na casa da mãe, enquanto Jackson voltou para o Gramado logo após o nascimento. A criança, uma menina, nasceu em março de 2004, e ficou morando com a mãe. Por algum tempo, tive notícias de Daiane por meio de Jackson, que a visitava ao menos uma vez por semana:

⁶¹ Sarti (2000), aponta que, na ética do trabalho da moral dos pobres, esmolar é melhor do que roubar.

“Aí, quando foi no natal, a mãe dela não quis deixar ela vim embora comigo. Mas eu acho é bom, sabe. Agora, é outra coisa, ela tem que cuidar da minha filha, não pode mais ficar perdida por aí(...). Eu até vivo brigando com ela, pra cuidar direito da criança, que parece que não ta nem aí(...). Mas eu não deixo é mesmo ela voltar pra cá. Ela fica brava, eu fico só é rindo da cara dela: ninguém mandou embarrigar, então agora agüenta”.

Se a responsabilidade por engravidar aparece novamente como sendo inteiramente da mulher, o zelo pela educação da criança também vem do homem, por mais que em forma de cobrança. O *pai de família* continua em sua vida pública, mas exigindo da mãe uma postura de entrega e abnegação ao espaço da casa e da família. A maternidade (ou paternidade) aparece como transformação da identidade. Jackson e Daiane se viraram em pai e mãe, mas, enquanto a capacidade e possibilidade de viração de Jackson permanece grande, a de Daiane é bastante modificada.

A maternidade estabelece vínculo com o privado: lugar de mãe é em casa. A carreira pública feminina está vinculada intimamente ao seu corpo e ao seu papel de mãe, papel este que infere uma série de comportamentos esperados e cobrados socialmente. Jackson sente-se no direito de cobrar de Daiane uma conduta de menina de família que antes não era cobrada. A maternidade poderia melhorar ou piorar o estigma de Daiane, dependendo de como ela se comportasse: tanto pode ser mais respeitada, por ser mãe e zelosa, quanto poder ser vista mais facilmente como vagabunda por não cuidar “apropriadamente” de sua filha.

Com o tempo, Jackson se tornou menos constante na Galera. Passava muito tempo fora de Brasília, mas continuava tendo como ponto de referência a Galera. Pouco tempo depois da mudança pra Laranjais, Jackson apareceu. Conversando sobre o Gramado, e os acontecimentos passados, perguntei por Daiane. Afirmou que não estavam mais juntos, mas que dava algum dinheiro para ajudar na criação da filha.

“Th, essa aí (Daiane) é louca. Leva aquela menina pra lá e pra cá, parece boneca. Eu tenho tino, dou todo mês R\$150, pra comprar o de comer da menina, e pra ajudar mesmo, porque naquela casa ali, vixi, só tem gente louca”

No final de 2006, qual não foi minha surpresa ao chegar um dia em Laranjais, e ver Daiane e a filha. Haviam voltado para a Galera:

“Nossa, eu achei foi ótimo virem aqui pra Laranjais, porque é mais perto Da casa da minha mãe, dá pra levar a Laura (filha dela) pra lá, quando precisar. (...) Ah, eu voltei porque sou daqui mesmo, ficar no mesmo teto de mãe, padrasto, não dá pra mim não, sabe. Nesse tempo aí, fiquei na rua uns tempos, mas sempre voltava por causa da Laurinha, pra não deixar ela. Daí que resolvi vim de vez pra cá, fiquei sabendo que a Galera tava em Laranjais”

Para Daiane, a vocação para *bicho solto* (ideal adulto e essencialmente masculino, por mais que as meninas também o persigam) é condicionada pela filha. Quer ser boa mãe (“*porque ter minha mãe de novo, aí, não dá. Minha neném merece melhor*”), ao mesmo tempo em que sente necessidade de ir para a rua. Voltar para a Galera, em um espaço considerado mais perto e mais seguro, como Laranjais, pôde representar a junção das duas coisas, mesmo que não por muito tempo.

Perguntei a ela sobre Jackson, que a esta altura já não estava mais por Laranjais (segundo me contaram, estava em Campo Grande).

“Ele é legal, mas é muito cabeça dura. Não deu certo não. Queria mandar em mim demais, demais, demais. E não gosto que ninguém me mande, nem macho, nem mãe. E também vivia sumindo,

passava meses sem dar notícia, sem abanar o rabo, aí, né, já viu. Por um tempo ele dava grana, ajudava a criar a filha que ele pôs no mundo, mas já tem tempo que eu num vejo nem a cor (do dinheiro). Mas tudo bem, sei que agora é minha filha e eu”

Se na fala de Jackson, Daiane aparece como inconseqüente, e ele como responsável, na de Daiane o inverso acontece. Além de reclamar da falta de responsabilidade com a filha, Daiane afirma não ter se submetido ao jugo de Jackson, que passou a querer controlá-la por meio da filha que tiveram juntos.

Laura, a filha, tem, atualmente três anos. Fala muito, costuma ir pedir esmola com a mãe no Lago Sul, bairro nobre de Brasília. Segundo ela, é namorada de João, de 7 anos, com quem sempre brinca. Mas, na fala dele: *“Oh, tia, imagina se eu sou namorado dessa aí? Ela é nenenzinha. (...) Sou namorado é com a Taís (de oito anos). Aí sim, né. Porque a Laurinha, não dá”*.

Laura é neném da Galera, filha dos muleques, de algum modo. O zelo que se tem com ela é grande, por parte dos meninos e das meninas.

***“Por causa de menino”*: Núbia**

Núbia veio para a Galera no final de 2005. Muito amiga de Kelly e Meriene, nunca teve macho dentro da Galera. Gostava de ser *moça só*, sem precisar ficar se preocupando com a repercussão de seus atos junto aos meninos. Alguns meses depois de sua chegada, eu soube que ela estava grávida. Gerônimo, o pai da criança, não era da Galera. Morava no Recanto das Emas, com a família. Nas palavras de Núbia:

“Fiquei meio puta quando descobri. Aí, fui contar pro Gerônimo, e ele veio perguntar se era dele. Mandei ir se fuder, me subiu um calor que deu vontade de matar. Mas os muleques aqui me deram mó força, vou ser mãe. Acho que até pode ser bom, né. Criança é

bom.”

Resolvendo ter o filho, Núbia continuou no Gramado de Laranjais até o final da gravidez, quando resolveu ir para a casa da mãe, parir. *“Ah, cuidado de mãe, né. Sei lá se eu fico aqui, num consigo chegar em hospital, acabo me estribuchando por este barro mesmo. Melhor ao menos ir pra uma casa”*. Enquanto estava grávida, conversei com ela sobre sua vida sexual, e foi ela a primeira a tecer considerações sobre contracepção, afirmando ser a primeira vez que ficara grávida.

Voltou para a Galera logo depois de ter o bebê, um menino que trouxe com ela. Os muleques da Galera pareceram entusiasmados com o novo bebê, cercando-a de cuidados, e construindo para ela e o filho uma barraca de tijolo e lona, para protegê-los do frio, da chuva e da poeira.

Os cuidados especiais não duraram muito tempo, mas Fabiano, filho de Núbia, sempre estava nos braços de alguma menina mais nova, ou mesmo nos de Kelly. Quando o neném tinha cinco meses, em maio de 2007, sentamos em um bar para conversar. Perguntei o que ela estava achando de ser mãe.

“Tem lado bom e lado ruim (...) Não ser sozinha, cuidar de outra pessoa, isso é bom mesmo. Mas tô meio de saco cheio. Tudo na minha vida agora é por causa de menino. Num posso sair por aí, pra onde eu quiser, por causa de menino, que é pequeno e vai que fica doente. Queria minha liberdade de volta”

Ao mesmo tempo em que o filho é a entrada plena no mundo adulto das responsabilidades, é também o símbolo do final da liberdade. Para Núbia, o cuidado com o filho aparece como condicionante de sua vida, e condicionador de sua liberdade.

Para os meninos, ser *pai de família* aparece como motivo de orgulho. Os meninos não se orgulham só de ter sua *macheza* comprovada com a geração de um filho, mas também se encantam com o prestígio que traz a idéia de ser pai⁶². Afirmam sua responsabilidade para com a criança, estreitamente ligada ao papel de provedor (especialmente financeiro), e arrolam para si o status de adultos responsáveis e respeitáveis, mesmo que o apoio financeiro, como vimos no caso de Jackson, não seja continuado.

A liberdade não aparece (ao menos não entre os meninos da Galera) como algo a ser ameaçado, por entenderem que podem largar esta responsabilidade a qualquer momento e que, em última instância, cabe às meninas a responsabilidade sobre os filhos (além daquela sobre a contracepção), o que pareceu ser ponto de tensão entre os *pais* e as *mães* da Galera.

Para as meninas, a responsabilidade está estritamente ligada ao *cuidado com os filhos*. São responsáveis por zelar pela criança, e, portanto, devem estar junto a esta (o que não acontece com os pais, cujo zelo é traduzido, em grande parte, pelo sustento econômico). Como vimos nas falas de Núbia e Daiane, a responsabilidade traz consigo o condicionamento à liberdade: devem cuidar não só de si, mas também dos filhos, e o ônus que isto traz pode significar, inclusive, não serem mais tão *donas de seus narizes*.

Liberdade e responsabilidade são valores caros a *pais e mães de família* da Galera. Elas e eles buscam a liberdade e neste sentido, ser responsável quer dizer também deixar de ter que obedecer. As diferenças entre os desdobramentos da parentalidade para meninos e meninas se colocam dialogando em grande medida com os valores hegemônicos, mas reconfiguradas pela Galera. Um forte valor é atribuído ao ser adulto livre e responsável, mas as praticas reprodutivas mostram que buscam especialmente a *liberdade*. Quando esta está em cheque, os meninos podem *sumir*, perdendo contato com seus filhos e as mães

⁶²Machado (1998) encontra representações de paternidade bem próximas a estas em suas pesquisas com jovens infratores.

destes, enquanto as meninas (com reprovação moral por parte da Galera bem maior do que o *sumiço* dos meninos) podem passar o cuidado de seus nenéns às pessoas de sua família.

Considerações Finais

*“Para desconstruir de vez o lugar de fala dominante,
sobretudo em países como o Brasil,
é preciso dar acesso à condição de narradora,
já não só à mulher pobre, mas à menina pobre,
que fala, exorta-nos a exercer, enquanto intérpretes da cultura
, o exigente ciclo nietzscheano de registrar, lembrar,
esquecer e renovar, e logo desaparece desta cena política
e ideológica - miticamente, poeticamente, silenciosamente”
(José Jorge de Carvalho, Poder e silenciamento na representação
etnográfica)*

Escrever uma dissertação de mestrado em antropologia social sobre a Galera do Gramado não foi tarefa fácil. Vivências em campo e para além dele foram muitas mais do que as que consegui expressar aqui, atuando como tradutora de um texto do qual sou co-autora (Carvalho, 2000). As considerações que proponho tecer não são, de modo algum, finais, apesar do título do capítulo. Minhas relações e reflexões com os muleques da Galera e com a Antropologia como disciplina continuam, sempre.

A Galera do Gramado e, em sentido mais amplo, as ruas, delinearão-se como espaços produtores de (e produzidos por) valores próprios, em relação com as moralidades hegemônicas. Apontar alguns destes valores e categorias construídos por mim e pela Galera foi uma de minhas intenções.

Os integrantes da Galera do Gramado se definem como *muleques*, categoria que coloca em jogo as noções vigentes de *criança*, *adulto*, *meninos/as em situação de rua*. São muleques da Galera não porque lhes falte a casa ou a família, ou porque sejam *crianças carentes*. São muleques da Galera porque são mais do que crianças, mais do que adultos, mais do que pessoas em situação de rua (ou de qualquer outra coisa). Estão, no entanto, inseridos nas lógicas destas categorias, e não saem completamente delas. Opõem-se à noção de criança, e, por estarem presos a ela, têm o ser adulto como valor. Circulam entre o ser criança e o não ser criança, entre as famílias e as ruas, e é neste circular que desafiam e põem em cheque as concepções vigentes de criança. É saindo de casa que os muleques invalidam o lugar de pertença da criança, a obediência, a tutela, sua *menorização intelectual* (Duarte,

2002).

Abandonar (mesmo que não definitivamente) a casa para ir para as ruas é entrar em um novo mundo, com valores, construções e regras próprias. É estar na rua e ser da rua, é compartilhar visões, modos de lidar com a violência e utilizar-se dela para construir sua identidade. Não é, porém, deixar de vez a casa: ela está presente nas memórias, nos discursos, na saudade da família, na vontade de voltar, nos valores. A rua, como o sertão, não tem fronteiras claramente definidas, mas sabe-se muito bem quando se está nestes espaços.

Para os muleques, ser criança está intimamente ligado a não saber, a ter de obedecer, e a não ser livre. Interessante perceber que a falta é posta na *criança de família*: eles, os muleques, constroem-se como livres, autônomos, conhecedores. Sabem de coisas que as outras crianças não sabem, e mais, que mesmo alguns adultos não sabem. Neste contexto está a sexualidade para a Galera: trepam, sabem trepar, querem trepar.

A disposição para uma vida sexual ativa e os conhecimentos que giram em torno disto são marcantes como valor na construção das identidades para os muleques. A sexualidade é uma das esferas em que a liberdade se combina com o conhecimento: são livres para trepar, e espertos para saber trepar bem.

Tanto meninas quanto meninos têm na sexualidade (e na liberdade) um valor. Importantíssima é a disposição ativa para o sexo, tanto por parte das mulheres quanto por parte dos homens. Os modos de expressão desta disposição, no entanto, são diferenciados: enquanto os meninos devem sempre propor a relação sexual, as meninas devem, não propor, mas estar sempre dispostas para o sexo. Não estão no lugar do não, mas do sim.

Ao mesmo tempo em que diminuem as distâncias entre o masculino e o feminino no tocante à sexualidade-valor em si, os muleques da Galera reproduzem a moralidade no tocante à reprodução, vista como responsabilidade e preocupação exclusivamente

femininas. São elas que podem ser espertas o suficiente para *embarrigar* e prender macho, e são elas que devem se ocupar dos cuidados para que isto não aconteça.

Neste sentido, na Galera, são as mulheres que devem administrar o desejo masculino em função não só da contracepção, mas também de suas (das mulheres) reputações. Querer, gostar e saber trepar combinam-se a manter-se longe da categoria *arrombada*, posto que, na Galera como na moralidade dominante, o feminino é maculável, enquanto o masculino não o é.

As diferenças entre ser *arrombada* na Galera e ser considerada *piranha* pela moralidade hegemônica são muitas. O lugar dos muleques da Galera não é o da negativa, e sim o da disposição, sejam eles homens ou mulheres. Neste sentido, parece-me que a Galera se insere em um universo (o das ruas) em que o paradigma é aquele arrolado como masculino pelas moralidades hegemônicas: a sexualidade e a liberdade são valores em si. No imaginário ocidental, o adulto mais livre é o homem.

A novidade está no encurtamento das distâncias entre o masculino e o feminino, dentro do paradigma masculino, que se dá no seio da Galera. As meninas podem e devem se inserir neste paradigma: pensam-se livres, valentes, espertas, conhecedoras e sempre dispostas para o sexo. São mais do que meninas, são muleques da Galera. No *ethos* masculino das ruas, as mulheres se fazem presentes. São também livres, espertas, *bicho solto neste mundo cão*.

Os muleques da Galera circulam entre as casas e as ruas, entre a liberdade e a obediência, entre a esperteza para burlar as regras e a valentia para enfrentá-las. E este circular, ao mesmo tempo em que permite que eles coloquem em cheque as noções reificadas de criança e adulto (e tantas outras), constitui-se como empecilho ao acesso a políticas de saúde, por exemplo. Ao mesmo tempo em que liberta, aprisiona-os na categoria de *meninos e meninas em situação de rua*. São de rua porque se negam a ser completamente de casa, porque se negam a ser subsumidos pela família, porque têm horror à obediência submissa dos *nenéns de família*.

Por outro lado, continuam sendo *menores* perante a sociedade. São menores porque estão fora da ordem, e não se poupam esforços para enquadrá-los de volta na moralidade acética dos que só podem conceber crianças e adolescentes subsumidos por suas famílias ou, no máximo, acompanhados de perto e controlados por instituições. As visões da sociedade brasileira sobre meninos e meninas de rua espreitam os muleques da Galera em cada esquina, materializadas na carrocinha branca da qual devem fugir.

Os caminhos pelos quais os muleques da Galera do Gramado me conduziram passaram pelo Gramado da rodoviária de Brasília, por Laranjais, por bares, hospitais, ruas, casas, centros de atendimento, por relações violentas e não violentas, liberdade, castigo, confronto, valentia, medo, esperteza, sexualidade, conquista, gravidez, e por tantos outros lugares. Meu medo inicial da rejeição nunca realmente se dissipou, e somou-se a outros tantos: de não fazer jus às suas expectativas, não corresponder no circuito da dádiva, de não conseguir tirá-los dos centros de atendimento, de não ser valente, de perder mais um amigo, como perdi Barriga, de perder as certezas que tinha sobre o que era ser criança e ser menino de rua.

A maioria destes medos se concretizou e a vida continuou. A Galera ainda está lá, construindo conhecimento e lidando com valores e categorias próprios e alheios que lhes são imputados; lutando por voz, por autoridade, por comida. E eu ainda estou aqui, lutando com a antropologia, com os títulos, com a academia. E ainda estamos nós, eu e eles/as, lutando, em posições muito diferenciadas, por construir um texto outro, diferente. Um texto em que mais do que um parágrafo seja destinado aos muleques; um texto do qual meninos e meninas, de casa e de rua, possam ser autores.

Referências Bibliográficas

ALDERSON, Priscilla. *As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa*. Educação e Sociedade. 91(26): 419-442, 2005.

ALVIM, Rosilene e VALLADARES, Licia do Prado. *Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura*. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Nº 26, 2º Semestre de 1988.

AQUINO, Estela et al. *Adolescência e Reprodução no Brasil : a Heterogeneidade dos perfis sociais* . Cadernos de Saúde Pública, vol.19 (x), p.109-118, 2003.

ARENDT, Hanna. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1994 [1969].

ARIÈS, Phillippe. *História Social da criança e da família*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ASSIS, Simone Gonçalves de. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1999.

BATAILLE, Georges. *O Erotismo*. Porto Alegre: L & PM, 1987 [1957].

BOZON, Michel. *A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas*. In: Heilborn, Maria Luiza (org.), *Família e sexualidade*, Rio de Janeiro : Editora Fundação Getulio Vargas, p.119-153, 2004.

_____. *As novas formas de entrada na vida sexual no Brasil e na América Latina*. In: Heilborn, M. L.; Duarte, L.F.D.; Peixoto, C.; Lins de Barro, M. (orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____ & Heilborn, Maria Luiza. *As carícias e as palavras. Iniciação sexual no Rio de Janeiro e em Paris*. Novos Estudos CEBRAP, n. 59. São Paulo, 2001.

_____ & HEILBORN, Maria Luiza. *Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais*. In: HEILBORN, Maria Luiza et al. *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*,

Rio de Janeiro : Editora Garamond, editora Fiocruz,2006.

BRANDÃO, Elaine Reis. *Gravidez na Adolescência: um balanço bibliográfico*. In:Heilborn, Maria Luiza et al. O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros, Rio de Janeiro : Editora Garamond, editora Fiocruz, 2006.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero.Feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira,Rio de Janeiro, 2003.

CABRAL, Cristiane S.*Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro*. Cadernos de Saúde Pública, vol. 19(Sup. 2). Jul-Dez, 2003.

CALAF, Priscila P. Entrando no Gramado: considerações sobre o cotidiano de um grupo de meninos e meninas de rua da rodoviária de Brasília. Universidade de Brasília, 2004.

CARVALHO, José Jorge de. Poder e silenciamento na representação etnográfica. Série Antropologia. Brasília: Departamento de Antropologia, n. 316, 2002.

CAVALCANTI, Maria Laura V.C.; FRANCHETTO, Bruna & HEILBORN, Maria Luiza. (orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 1*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CAYUBI NOVAES, Sylvia. *Mulheres, homens e heróis: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida bororo*. Coleção Antropologia 8, FFLCH/USP, 1986.

COHN, Clarice. *A experiência da infância e o aprendizado entre os Xikrin*. In: SILVA, Aracy Lopes da & NUNES, Ângela (Org.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002a.

COHN, Clarice. *A criança, o aprendizado e a socialização na antropologia*. In: SILVA, Aracy Lopes da & NUNES, Ângela (Org.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002b.

CORSARO, William. *The Sociology of Childhood*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1997.

_____. *Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas*. Educação e Sociedade. 91(26), 2005.

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*, Graal, 32 ed.. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CRAPANZANO, Vincent. *Horizontes imaginativos e o aquém e além*. Revista Antropologia, São Paulo, v. 48, n. 1, 2005.

DAMATTA , Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio, Zahar, 2005.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*, São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUARTE, Luis Fernando Dias. *Prefácio* In CASTRO, Lúcia Rabello de. *Crianças e jovens na construção da Cultura*. Rio de Janeiro: NAU e FAPERJ, 2001.

DURKHEIM, Emile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971 [1922].

EISENSTADT, Samuel Noah. *From generation to generation*. New York, London: The Free Press, 1964.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os Nuer*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978 [1940].

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis, Vozes, 1982.

FERNANDES, Florestan. *As trocinhas do bom retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis*. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1946.

FONSECA, Claudia. *Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros*. Psicologia USP , São Paulo, v. 13, n. 2, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão* . 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004 [1975] .

_____. *História da sexualidade 1. A vontade de saber*. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006 [1976] .

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Homens livres na Sociedade Escravocrata, São Paulo: Ática, 1976.

FREITAS, Marcos Cezar de. *Para uma sociologia histórica da infância no Brasil*. In FREITAS, Marcos Cezar de (ed.) História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1978

GIERYN, Thomas. *Boundaries of Science*. In: JASANOFF, S.; MARKLE, G.E.; PETERSEN, J.C & PINCH, T (ed.). Handbook of Science and Technology Studies. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1995.

_____. *Cultural Boundaries of Science: Credibility on the Line*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

GREGOR, Thomas. Mehinaku. The drama of daily life in a Brazilian indian village. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

GUIMARÃES ROSA, João. Grande Sertão: Veredas. Rio, Editora Nova Fronteira, 2001 [1956].

HARDMAN, Charlotte. *Can there be an Anthropology of Children?* In: Journal of the Anthropological Society of Oxford 4(2), 1973.

HEILBORN, Maria Luiza . *Construção de si, gênero e sexualidade*. In HEILBORN, Maria Luiza(org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

_____. *Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil*. In BRUSCHINI, Cristina & COSTA, Albertina de Oliveira (orgs.). Uma questão de gênero. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____; AQUINO, Estela; BOZON, Michel & KNAUTH, Daniela Riva. O aprendizado da sexualidade – reprodução e trajetórias sociais dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro : Editora Garamond, editora Fiocruz , 2006.

HERDT, Gilbert. *Guardians of the Flutes: Idioms of masculinity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993 [1981].

HIRSCHFELD, Lawrence A. *Why Don't Anthropologists Like Children?* *American Anthropologist*. 104(2): 611-627,2002.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura. Volume 1: Aspectos da vida da classe trabalhadora*. Barcarena: Presença,1977.

Hutz, C.S. & Koller, S.H. *Methodological and ethical issues in research with street children*. In: M. Raffaelli, & R. W. Larson (Orgs.), *Homeless and working youth around the world: Exploring developmental issues*. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 85, 59-70, 1999.

JAMES, Allison & PROUT, Alan. *Constructing and reconstructing childhood*. Bakingstone: Falmer Press, 1990.

JAVEAU, Claude. *Criança, infância(s), crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância?* *Educação e Sociedade*. 91(26): 379-389, 2005.

KOWARICK, Lúcio (ed.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo: passado e presente*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

LEAL, Andréa F. *Práticas sexuais no contexto da conjugalidade: em que implica a intimidade*. In: Heilborn, M. L.; Duarte, L.F.D.; Peixoto, C.; Lins de Barro, M. (orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro:Garamond, 2005.

LEAL, Ondina F & FACHEL, J. *Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais*. In: Heilborn, M.L.; Brandão, E.R. (orgs.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1999.

LEENHARDt, Maurice.Do Kamo. *Person and Myth in the Melanesian World*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1979 [1947].

LEWIS, Oscar . *Los hijos de Sanchez: autobiografia de uma família mexicana*. 16.ed. México: J. Mortiz, 1978.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Era do Vazio*. Lisboa: Relógio d'Água Editores,1989.

MACEDO, Carmen Cinira de Andrade. A reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário. São Paulo, Hucitec, 1979.

MACHADO, Lia Z. *Matar e morrer no feminino e no masculino*. Série Antropologia, no 239. Brasília, UnB, Departamento de Antropologia, 1998.

_____. *Sexo, Estupro e Purificação*. Série Antropologia, Brasília-DF, v. 286, 2000.

_____. *Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea*. Série Antropologia, no 290. Brasília, UnB, Departamento de Antropologia, 2001.

_____. *Dádivas, Conflitualidades e Hierarquias na Saúde*. In: MARTINS, Paulo Henrique & CAMPOS, Roberta Bivar C. (Orgs.). *Polifonia do Dom*. 1 ed. Recife-PE: Editora Universitária da UFPE, 2006.

_____. *Violentas emoções, familiares correções*. No prelo, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. *A vida sexual dos selvagens*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1982 [1932].

MANHEIM, Karl. *O problema da juventude na sociedade moderna*. In: *Sociologia da Juventude. Para uma sociologia diferencial*, tomo II. Britto, Sulamita de (org.). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950*. In FREITAS, Marcos Cezar de (ed.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

MEAD, Margareth. *Educación y cultura en Nueva Guinea*. Buenos Aires: Editorial Paidós. 1977 [1930].

_____. *Adolescencia, sexo y cultura en Samoa*. Barcelona: Laia, 1972.

_____. *Sexo y Temperamento*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1961 :1935.

MELATTI, Delvair Montagner & MELATTI, Julio César. *A criança Marubo: educação e*

cuidados. In: ALENCAR, Eunice Soriano M. L. de. A criança na família e na sociedade. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. *Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica*. Educação e Sociedade. 91(26), 2005.

MONTEIRO, Simone. *Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca*. In HEILBORN, Maria Luiza(org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

MOURA, Cristina Patriota de. *Vivendo entre muros: o sonho da aldeia*. In: Velho, Gilberto e Kuschnir, Karina (orgs.) Pesquisas Urbanas. Desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MOURA, Cristina Patriota de. *A Fortificação preventiva e a Urbanidade como Perigo*. Série Antropologia, n 407. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

MÜLLER, Regina Pollo. *Mensagens visuais na ornamentação xavante*. In: Vidal, Lux (org.) Grafismo Indígena. São Paulo: Edusp, Studio Nobel e Fapesp, 1992.

NIMEUNDAJU, Curt. Os Apinayé. Belém: Cnpq, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

NUNES, Angela & SILVA, Aracy Lopes. *Introdução*. In: Aracy Lopes da Silva; Ângela Nunes. (Org.). Crianças indígenas: ensaios antropológicos. 1 ed. São Paulo: Global, 2002.

NUNES, Angela. *O lugar da criança nos textos sobre sociedades indígenas brasileiras*. In: Aracy Lopes da Silva; Ângela Nunes. (Org.). Crianças indígenas: ensaios antropológicos. 1 ed. São Paulo: Global, 2002.

_____. *A sociedade das crianças Au'we-Xavante: por uma antropologia da criança*. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Inovação Educacional, 1999.

NUNES, Brasilmar Ferreira. *Sociedade e infância no Brasil*. Brasília: UnB, 2003

PARKER, Robert. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

PARSONS, Talcot & BALES, Robert. *Family: socialization and interaction process*.

Glencoe, Illinois: The Free Press, 1960.

PASSETTI, Edson. *Crianças carentes e políticas públicas*. In DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999,

QUIGNARD, Pascal. *El sexo y el espanto*. Buenos Aires: El cuenco de plata, 2005.

RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. *Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças*. *Cadernos Pagu*. 26: 145-168, 2006.

ROLAND, Maria Inês de França. *A construção social do problema da gravidez na adolescência. Estudo de caso sobre o campo institucional da Central da Gestante, em Piracicaba, SP*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. *Criança e criminalidade no início do século*. In DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

SARMENTO, Manuel J. *As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade*. In: Sarmento, Manuel & Cerisara, A. *Crianças e Miúdos. Perspectivas Sócio-Pedagógicas da Infância e Educação*. Porto: Asa, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen . *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2. ed. rev. São Paulo, Cortez, 2003.

SCHADEN, Egon. *Educação e magia nas cerimônias de iniciação*. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, n. 8, vol. III, 1945.

SHORE, Cris & Wright, Susan. *Anthropology of policy: Critical perspectives on governance and power*. London: Routledge, 1997.

SILVA, Hélio R. S. *O menino, o medo e o professor de Saarbrücken*. In VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos, ed . *Cidadania e violência*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 2000.

STACK, Carol B. *All our kin: strategies for survival in a black community*. New York, Harper, 1975.

STRATHERN, Marilyn. *Self interest and the social good: some implications of hagen gender imagery*. In .ORTNER, Sherry B; WHITEHEAD, Harriet. *Sexual meanings: The cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge Univ Press, 1981.

STRATHERN, Marilyn. *Gender of the gift: Problems with women and problems with society in melanesia(the)*. Berkeley: Univ California Press, 1988.

STRATHERN, Marylin. *Entre uma melanesianista e uma feminista*. In *Cadernos Pagu* (8/9) 1997.

SUÁREZ, Mireya & BANDEIRA, Lourdes. 1999. *Introdução*. In SUÁREZ, Mireya & BANDEIRA, Lourdes (orgs.), *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15 e UnB, 1999

VALDERRUTÉN, Maria del Carmen Castrilló. *Menores ciudadanos o sujetos de derechos tutelados? Reflexiones sobre la politica y programas para la infancia y la adolescencia en Brasil y Colombia*, Tese de Doutorado, Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro (1910-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira*. São Paulo:Hucitec, 1977.

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

WAGLEY, Charles. *Lágrimas de boas vindas*. Coleção Reconquista do Brasil, 2 série, vol.137. Editora Itatiaia, Edusp, 1988.

ZALUAR, Alba. *A globalização do crime e os limites da explicação local*. In VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos, ed 2000. *Cidadania e violência*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 2000

_____. *As classes populares urbanas e a lógica do “ferro” e do “fumo”*. In ZALUAR, Alba, *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan e UFRJ, 1994.

_____ & ALVITO, Marcos (ed). *Um século de favela*. 3. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

Documentos Citados

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei n 8069/90.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Agenda de Compromissos para a Saúde Integral da Criança e redução da mortalidade infantil. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.